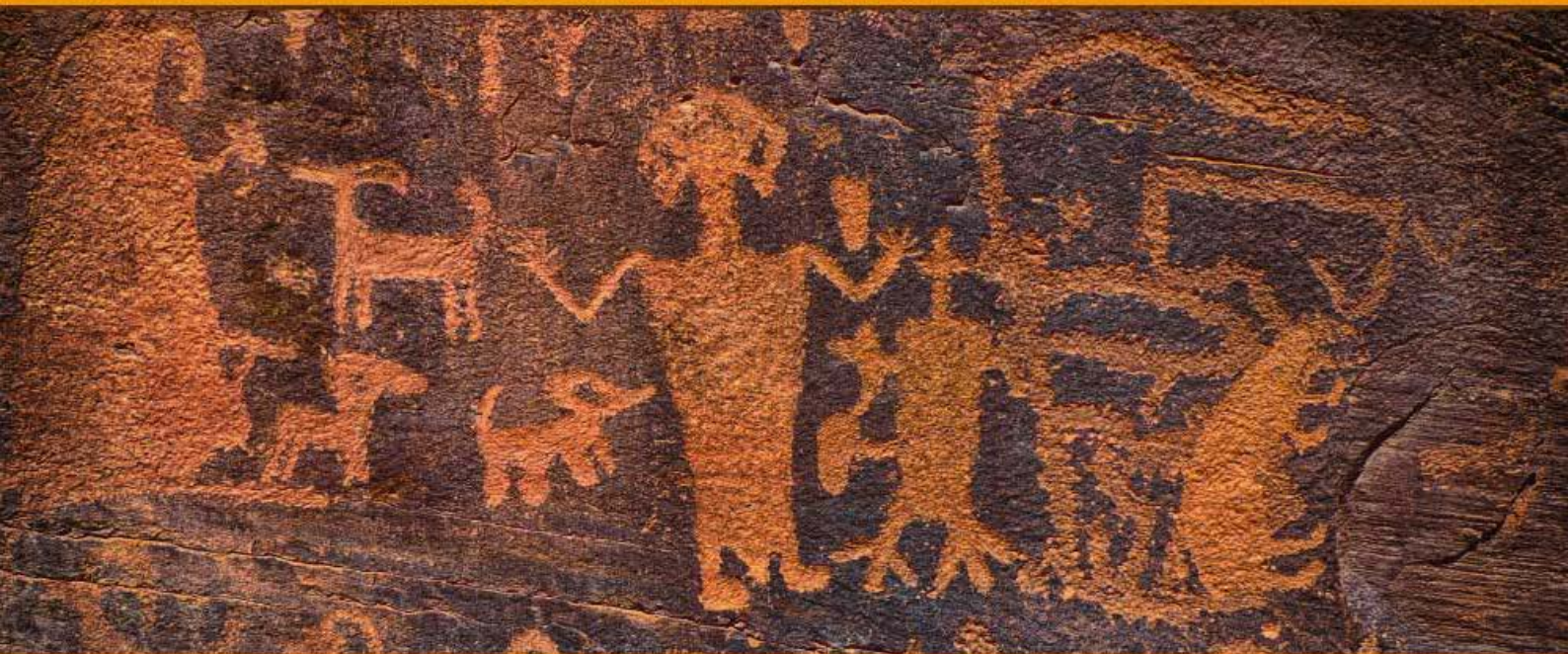


DIVULGANDO O
PATRIMÔNIO
ARQUEOLÓGICO

Vera Regina Toledo Camargo e Pedro Paulo A. Funari



DIVULGANDO O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

Organização

Pedro Paulo Funari
Vera Regina Toledo Camargo



Rio de Janeiro, 2018

EDITORA BONECKER

Editora Bonecker Ltda

Rio de Janeiro

1ª Edição

Junho de 2018

ISBN: 978-85-93479-76-2

Todos os direitos reservados.

É proibida a reprodução deste livro com fins comerciais sem prévia
autorização do autor e da Editora Bonecker.

Projeto Gráfico: Celeste M. N. Ribeiro

CONSELHO EDITORIAL

Ana Cristina Teixeira Bonecker
UFRJ - Univ. Federal do Rio de Janeiro

Assed Naked Haddad
UFRJ - Univ. Federal do Rio de Janeiro

Betina Ribeiro Rodrigues da Cunha
UFU - Univ. Federal de Uberlândia

Carlos Alberto Lopes
ISPA - Instituto Universitário de Ciências Psicológicas,
Sociais e da Vida (Portugal)

Claudia Costa Bonecker
UEM - Univ. Estadual de Maringá

Ilana Zalcberg Renault
INCA - Instituto Nacional de Câncer

Isabel Andrade
ENSP/UNL - Escola Nacional de Saúde Pública
da Univ. Nova de Lisboa (Portugal)

Karl Schurster Veríssimo de Sousa Leão
UPE - Univ. de Pernambuco

Magali Christe Cammarota
UFRJ - Univ. Federal do Rio de Janeiro

Manuel José Brandão Sá
P.PORTO - Politécnico do Porto (Portugal)

Maria Madalena G. Rosário Carvalho
UaB - Univer. Aberta de Lisboa (Portugal)

Nuno Henriques
UCP - Univer. Católica do Porto (Portugal)

Sérgio Luiz Costa Bonecker
UFRJ - Univ. Federal do Rio de Janeiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D618 Divulgando o patrimônio arqueológico [recurso eletrônico] /
Organizadores Pedro Paulo Funari, Vera Regina Toledo
Camargo – Rio de Janeiro (RJ) Bonecker, 2018.
186 p. : 21 x 28 cm

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-93479-76-2

1. Arqueologia. 2. Comunicação. 3. Divulgação científica. 4.
Patrimônio arqueológico. I. Funari Pedro Paulo II. Camargo, Vera
Regina. III. Título.

CDD 930.1

PROJETO – ARQUEOLOGIA E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: DIÁLOGOS E SABERES

No ano de 2011, concorremos ao Edital proposto pela Sociedade de Arqueologia Brasileira, **SAB**, com patrocínio da Petrobrás, que tinha como objetivo selecionar projetos para a execução do **Programa de Apoio à Difusão do Conhecimento Arqueológico**. O prêmio consistia na entrega de recursos financeiros às instituições. O projeto encaminhado foi uma proposta, no campo da divulgação científica, referente ao conhecimento arqueológico. Basicamente, o projeto consistia na aproximação da Arqueologia Pública, sediada no Laboratório de Arqueologia Pública do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais-LAP/NEPAM/UNICAMP, com a execução do projeto pelo Prof. Dr. Pedro Paulo Funari e pelo Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade LABJOR/NUDECRI/UNICAMP, como Executor substituto do projeto, Dra. Vera Regina Toledo Camargo. O livro que apresentamos é uma das ações previstas no projeto.

Coordenadores do Projeto

Vera Regina Toledo Camargo e Pedro Paulo A. Funari

Pesquisadores

Aline Vieira de Carvalho; Camila Delmondes; Cristiane Delfina; Eliana Ferreira; Gloria Tega; Maria Beatriz Rocha Ferreira; Pedro Paulo Funari; e Vera Regina Toledo Camargo

Créditos das Fotos

Cristiane Delfina; Gloria Tega; e Vera Regina Toledo Camargo

Administrativo

Rosângela da Silva

Sumário

7 PREFÁCIO(S)

Lourdes Domínguez

Jorge Eremites de Oliveira

Ana Carolina de Moura Delfim Maciel

Simone Pallone de Figueiredo

Aline Vieira de Carvalho

13 ARQUEOLOGIA E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Pedro Paulo Funari

Vera Regina Toledo Camargo

PARTE I: Os Estudos Históricos e suas pesquisas

**17 ARQUEOLOGIA NO BRASIL E NO MUNDO:
ORIGENS, PROBLEMÁTICAS E TENDÊNCIAS**

Pedro Paulo Funari

Lucio Menezes Ferreira

31 OS ESTUDOS DE GÊNERO NA ARQUEOLOGIA

Tais Pagoto Bélo

**43 A IMPORTÂNCIA DAS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NO PARQUE NACIONAL SERRA
DA CAPIVARA PARA A CONSTRUÇÃO DE NARRATIVA DOS PRIMEIROS
HABITANTES DO BRASIL**

Michel Justamand

Gabriel Frechiani de Oliveira

58 PERCURSOS HISTÓRICOS DA ARQUEOLOGIA CLÁSSICA: UMA INTRODUÇÃO

Filipe N. Silva

PARTE II: Patrimônio, Cultura e Divulgação

- 70** ARQUEOLOGIA E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: EMPODERAMENTOS E SABERES
Camila Delmondes
Eliana Ferreira
Glória Tega
Maria Beatriz Rocha Ferreira
Marina Gomes
Vera Regina Toledo Camargo
- 82** NUMISMÁTICA, ARQUEOLOGIA E O ACERVO DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, RIO DE JANEIRO
Cláudio Umpierre Carlan
- 95** ARQUEOLOGIA PRÉ-COLOMBIANA: CONTEXTO BRASILEIRO E TRAJETÓRIA DA DISCIPLINA
Fernando Pesce
- 107** PRÁTICAS EDUCACIONAIS NOS MUSEUS DE ARQUEOLOGIA DO BRASIL: DIÁLOGOS COM A ARQUEOLOGIA PÚBLICA E O “FAZER COM”
Cristiane Eugênia Amarante
- 132** EDUCAÇÃO POPULAR, PATRIMÔNIO CULTURAL E ARQUEOLOGIA: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DE DIÁLOGOS E PRÁTICAS DE SABERES E FAZERES COMUNITÁRIOS
Elizabete Tamanini
- 147** A MULHER ORIGINAL: PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE A ARQUEÓLOGA NIÈDE GUIDON. SOBRE O DOCUMENTÁRIO
Cristiane Delfina
- 168** ARQUEOLOGIA PÚBLICA E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: APRESENTAÇÃO DE CONCEITOS E DE AÇÕES DESENVOLVIDAS NO LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA PÚBLICA PAULO DUARTE (LAP/NEPAM/UNICAMP)
Frederic M. C. Pouget
Victor Henrique Menezes
Thiago do Amaral Biazotto
Gabriela Souza Morais
Patrícia Pompeu
Ana Lúcia Marques Monteiro
Aline Vieira de Carvalho
- 179** SOBRE OS AUTORES

PREFÁCIO(S)

Lourdes Domínguez

*Academia de la Historia de Cuba
Oficina del Historiador de la Habana*

Este livro compila uma série de reflexões originais e inovadoras sobre a Arqueologia no mundo e no Brasil. A Unicamp destaca-se na América Latina não apenas pela pesquisa de ponta como, também, pela preocupação com a sociedade, com a divulgação científica e com objetivos de inclusão social. Isto é de particular importância na América Latina. No campo da Arqueologia, o nosso continente tem produzido interpretações, atividades práticas e políticas públicas inovadoras desde, ao menos, a década de 1960, com a Arqueologia Social Latino-Americana. A cooperação entre os países latino-americanos tem sido fundamental, como atestam os laços entre a Unicamp e a Academia de la Historia de Cuba e a Oficina del Historiador de la Habana, nas últimas décadas. Este volume oferece novos caminhos trilhados e que podem inspirar outros tantos preocupados com tornar a Arqueologia relevante para todos.

Jorge Eremites de Oliveira

Presidente da Sociedade de Arqueologia Brasileira

Docente da Universidade Federal de Pelotas- UFPel

e bolsista de produtividade em pesquisa do Conselho

Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq

Quando recebi o convite para prefaciar o livro *Divulgando o Patrimônio Arqueológico*, sob a coordenação de Vera Regina Toledo Camargo e de Pedro Paulo A. Funari, senti-me prestigiado com a chamada e, ao mesmo tempo, desafiado a corresponder à altura da tarefa incluída na pauta do dia. De início, observei que a obra conta com a participação de valorosas(os) pesquisadoras(es), cujos trabalhos chamam atenção pela qualidade dos estudos e por sua relevância científica e social. Trata-se, portanto, de uma publicação oportuna que atesta o padrão de excelência e o compromisso social deliberadamente perseguidos na Unicamp, instituição que conta com uma equipe de colegas engajados com a Arqueologia Pública e outras especialidades da Arqueologia e campos afins.

No tempo presente, às vezes somos surpreendidos pelo crescente interesse das pessoas pela Arqueologia. Isso pode ser observado nos médios e grandes centros metropolitanos, de Norte a Sul do país, mas também em lugares situados no Brasil profundo, onde comunidades indígenas e quilombolas estão cada vez mais atentas ao patrimônio arqueológico existente em seus territórios e sobre o que escrevemos a seu respeito e acerca de seus antepassados.

Ocorre que a divulgação de conhecimentos sobre o patrimônio arqueológico, especialmente para o grande público, tem sido uma prática constante para muitas pessoas que trabalham com a Arqueologia em diferentes lugares e instituições. Esta situação é mais bem observada a partir dos anos 1990, haja vista um conjunto de mudanças positivas registradas neste campo do conhecimento científico no Brasil e em outros países. Trata-se, em linhas gerais, de um compromisso assumido com a produção coletiva de novos conhecimentos, a socialização de saberes e a defesa e valorização do legado arqueológico de gerações pretéritas às gerações atuais e futuras. Esta herança cultural está diretamente relacionada à trajetória de pessoas e coletivos dos mais diversos, desde sítios arqueológicos ligados a antigas populações indígenas até a materialidade da

presença humana em espaços com os quais nos relacionamos frequentemente: escolas, museus, parques etc. Isso significa dizer que a Arqueologia está cada vez mais presente em nosso dia a dia, como ocorre, apenas para exemplificar, com a publicação de livros didáticos e paradidáticos e, também, com matérias jornalísticas, vídeos e documentários que circulam pelas redes sociais.

Por esses e outros motivos, temas como história da Arqueologia Brasileira, relações de gênero, origens do povoamento indígena das Américas, Arqueologia Clássica, divulgação científica, educação patrimonial e numismática, dentre outros, são muito bem-vindos e marcam positivamente o presente livro.

Boa leitura!

Ana Carolina de Moura Delfim Maciel

*Coordenadora da Coordenadoria de Centros
e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa da Unicamp-COCEN-
Pesquisadora do Centro de Memória - UNICAMP
Presidenta ABHO*

O livro *Divulgando o Patrimônio Arqueológico* reúne reflexões sobre o passado através de suas evidências materiais devidamente analisadas sob várias perspectivas, dentre as quais destaco: o lugar ocupado pela arqueologia no Brasil; o conhecimento de civilizações ancestrais da América pré-colombiana (e em outros territórios geográficos); aspectos concernentes à ampliação da divulgação científica resultante dessa prática investigativa; a função da salvaguarda de acervos arqueológicos depositados em museus e arquivos, além de uma potencial produção de sentidos tendo como matéria-prima vestígios da existência humana.

Vale ressaltar que a presente publicação apresenta a produção de pesquisadores vinculados ao LABJOR-NUDECRI e ao NEPAM, órgãos de pesquisa que integram o sistema Cocen-Unicamp, coordenadoria que engloba a gestão de vinte e um Centros e Núcleos interdisciplinares de pesquisa atuantes nas mais diversas áreas de conhecimento. Nesse sentido, os textos aqui reunidos inserem-se numa perspectiva interdisciplinar, atenuando fronteiras e contribuindo para tecer novas conjecturas e conexões, resultando, portanto, num redimensionamento do nosso passado.

Na escassez de evidências e na “supressão de todas as coisas”, como bem nos pontuou Didi-Huberman, “convém olhar como um arqueólogo. E é através de um olhar desse tipo – de uma interrogação desse tipo – que vemos que as coisas começam a nos olhar a partir de seus espaços soterrados e tempos esboroados.”

Olhemos, pois, como um arqueólogo. E boa leitura!

Simone Pallone de Figueiredo

Coordenadora do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI

Pesquisadora do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo – Labjor

Editora da revista Inovação Unicamp

Coordenadora do Programa de web rádio e podcast Oxigênio

O Brasil foi pioneiro na pesquisa arqueológica. Isso porque Dom Pedro II, um grande entusiasta das ciências, coletou e trouxe, de Pompeia, artefatos como múmias egípcias e outros materiais, que foram expostos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado por ele. Ao final da monarquia, a arqueologia brasileira sofreu reveses, tendo sido retomada somente nos anos 1930 sob a influência do nacionalismo. Nos anos 1960, o intelectual e humanista Paulo Duarte conseguiu organizar o Instituto de Pré-História que foi atrelado à Universidade de São Paulo, dando à arqueologia o caráter de ofício acadêmico no país. A riqueza em arte rupestre, além de uma ampla gama de vestígios de culturas indígenas, sempre atraíram pesquisadores de outros países que, trabalhando com pesquisadores brasileiros, têm garantido o constante crescimento dessa área de pesquisa científica.

Hoje, são várias as linhas de investigação, abordando temas como as ocupações humanas, a arte rupestre, assuntos pré-históricos, mas há também estudos sobre a arqueologia clássica, arqueologia pública e arqueologia subaquática. Porém, quase nada desse rico acervo de pesquisa chega ao público em geral, seja por meio da imprensa diária ou de programas específicos sobre ciência e tecnologia. O apoio da Sociedade Brasileira de Arqueologia e da Petrobrás para o desenvolvimento do Programa de Apoio à Difusão do Conhecimento Arqueológico mostra-se de suma importância para ajudar a divulgar esse conhecimento.

O conjunto de textos trazidos pelo livro *Divulgando o patrimônio arqueológico* representa esse esforço de mostrar resultados de pesquisas na área no Brasil e, como grande diferencial, ações de divulgação da arqueologia no país. Trata-se de um trabalho inspirador, que destaca a relevância da divulgação da área e que certamente terá grande sucesso.

Aline Vieira de Carvalho

Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais – NEPAM

Pesquisadora - Arqueologia Pública

LIPAC - Laboratório Interdisciplinar do patrimônio, ambiente e comunidades.

Não nos traz estranheza a afirmação, bastante genérica, de que vivemos tempos de incertezas. A sensação da insegurança, dúvida, hesitação e perplexidade parece pautar as afetividades do ocidente nos últimos séculos (ou, poderíamos dizer, milênios). Se o sentimento parece vestido de um caráter antropológico quase universal, o que temos de novidades em nosso contexto? Sem dúvida alguma, temos vivenciado a construção de competências questionadoras sobre o papel das ciências em nossa contemporaneidade. Eis a novidade de cerca de meio século. Questões como: quem faz ciências? Para quem se faz ciências? Quem tem se beneficiado do conhecimento científico? E, claro, quem tem sido excluído ou silenciado por esses discursos são pautas centrais nos jogos de poderes que buscam a democratização e a pluralização da produção de conhecimentos.

A arqueologia, em especial aquela produzida no seio da arqueologia social e política, está profundamente pautada por tais questionamentos. A compreensão de que o mundo material e simbólico em que vivemos não é algo natural, ao contrário, é arquitetado com inúmeras intencionalidades, tem a tônica da liberdade. Afinal, se não é natural, pode ser combatido e modificado. Nesse viés, o livro que temos em mãos lança-se ao desafio de ser transformado em uma plataforma para a construção de reflexões e práticas libertárias.

Fruto de um edital da Sociedade de Arqueologia Brasileira, e da parceria entre os Laboratórios de Arqueologia Pública (Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais-LAP/NEPAM/UNICAMP) e de Estudos Avançados em Jornalismo do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade (LABJOR/NUDECRI/UNICAMP), a obra reúne capítulos de especialistas que trabalham com temas pulsantes no campo arqueológico. Em todos eles, a percepção da ciência como uma construção social indica caminhos para a defesa de novas teorias e práticas arqueológicas e cidadãs. Em tempos de incertezas, o livro traz as reflexões sobre nossas leituras do passado, presente e desejos de futuros.

E que tenhamos um futuro mais receptivo ao plural!

ARQUEOLOGIA E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Pedro Paulo Funari
Vera Regina Toledo Camargo

A arqueologia apresenta um campo de conhecimentos complexos. Muitos associam-na à busca pelo tesouro, ao colecionismo, a grandes aventuras, dentre tantos outros signos. É uma ciência social, que ultrapassa a concepção mais tradicionalista de recuperação de objetos antigos, chegando à esfera de compreensão de sociedades por meio de objetos deixados por elas. Para a realização dessas ações, utiliza-se de e desenvolve metodologias científicas para extrair as melhores informações dos objetos.

Como ciência que estuda as sociedades, a aproximação da Arqueologia com o público é fundamental. A aproximação também pode ser facilitada através da comunicação, permitindo tanto que a sociedade possa conhecer essa área do conhecimento, suas ações e pesquisas e, por outro lado, enfatiza-se a importância de divulgar o conhecimento arqueológico também entre a comunidade científica, para os não especialistas na área.

Apresentamos as interfaces entre a Divulgação Científica e Cultural e as interconexões da Arqueologia com os mais diversos aspectos: colaborando com Estratégias de Educação Patrimonial e nas discussões do contexto da Arqueologia Pública.

As ações desenvolvidas e relatadas sobre Divulgação Científica da Arqueologia trabalha diferentes vertentes e práticas dessa ciência, estimulando sua reflexão, interação e compreensão pela sociedade. Concomitantemente, projetos e ações com os próprios arqueólogos visam estreitar relações entre eles e os veículos midiáticos e facilitar a interação com os meios de comunicação de massa. Incentivando, dessa maneira, um fluxo de informações proativo, constante e preciso, tal como a disseminação de informações científicas geradas pelos arqueólogos.

É importante instrumentalizar a sociedade para o real entendimento dessa ciência. A divulgação científica permite que a ciência chegue às pessoas comuns, a todas aquelas que não são

estudiosas, mas que constituem a imensa maioria e, de fato, todos nós, pois mesmo os cientistas são entendidos de suas áreas específicas, não de todas. A divulgação é a maneira da ciência ser relevante para todos. A divulgação torna-se essencial para a Arqueologia, como ciência de tão grande visibilidade. Mais do que tantas outras, aparece no cotidiano da imprensa escrita, falada e audiovisual, mas também na ficção, nos *games*, no cinema. Para a Arqueologia, o estudo e a reflexão sobre a divulgação é, portanto, de particular relevância. Este livro, resultado de um projeto sediado na Unicamp, procura reunir um conjunto de reflexões sobre os rumos da disciplina arqueológica no geral e no Brasil, e sobre a sua relação com a sociedade. Ficaremos contentes se levarmos os leitores a reflexões e ações críticas em benefício da socialização da Arqueologia, em benefício de todos.



Imagens das pesquisas de campo realizadas em: São Raimundo Nonato (PI); Santos (SP) e Ribeirão Preto (SP)

PARTE I

Os Estudos Históricos e suas pesquisas

ARQUEOLOGIA NO BRASIL E NO MUNDO:
ORIGENS, PROBLEMÁTICAS E TENDÊNCIAS

Pedro Paulo Funari e Lucio Menezes Ferreira

OS ESTUDOS DE GÊNERO NA ARQUEOLOGIA

Tais Pagoto Bélo

A IMPORTÂNCIA DAS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NO PARQUE NACIONAL
SERRA DA CAPIVARA PARA A CONSTRUÇÃO DE NARRATIVA DOS PRIMEIROS
HABITANTES DO BRASIL

Michel Justamand e Gabriel Frechiani de Oliveira

PERCURSOS HISTÓRICOS DA ARQUEOLOGIA CLÁSSICA:
UMA INTRODUÇÃO

Filipe N. Silva

ARQUEOLOGIA NO BRASIL E NO MUNDO: ORIGENS, PROBLEMÁTICAS E TENDÊNCIAS

*Pedro Paulo Funari
Lucio Menezes Ferreira*

I. CIÊNCIA E SOCIEDADE: A TRAJETÓRIA DA ARQUEOLOGIA

Bruno Latour (1947-) é apenas um dos mais recentes, e ainda vivos, estudiosos a ressaltar que as ideias científicas dependem da aceitação social e não apenas de descobertas empíricas ou lógicas. Isso significa, como ressaltaram historiadores da ciência a partir de nuances interpretativas próprias, que a ciência não progride apenas no campo científico em si, mas sempre mediado pelas relações sociais. A própria noção de verdade objetiva, tão cara ao desenvolvimento histórico das ciências, hoje é pensada como produto de relações de força institucionais (Cf. SHAPIN, 1974)

Contudo, herdamos da modernidade o preceito de trabalhar com conceitos puros e de separar radicalmente “cultura” e “natureza”. De um lado, teríamos Boyle, o grande experimentador e formulador das ciências naturais e exatas; no outro extremo, encontraríamos Hobbes, fundador das ciências políticas e sociais. Nesse esquema, não sabemos bem onde situar Bacon, uma vez que o “inventor do indutivismo” foi, ao mesmo tempo, inventor da categoria de monstro na vida social, isto é, os “monstros da política”, aqueles que deveriam ser encarcerados ou exterminados (LINEBAUGH & REDIKER, 2008, p. 75). Como diz Bruno Latour (1991), essa separação entre um poder científico, representativo das coisas, e um poder político, representativo dos sujeitos, é um dos paradoxos da modernidade.

Há, hoje, uma tendência bastante clara para ver nossos conceitos, noções e instrumentos de análise como atores de um romance, vistos em sua própria história conjunta. Não seria a ciência, como propôs Neil Postman (Cf. 1992, 154), uma forma de contar histórias? A Arqueologia não esteve e não está imune a essas discussões. Debate-se, hoje, como ela repousa entre a *mathesis* e a *poiesis*, entre a imaginação e a narrativa, o cálculo e as medidas (Cf. FERREIRA,

2016); porém, e esse é um enunciado bachelardiano, a matemática ou qualquer ciência natural seriam impensáveis sem a imaginação poética. Por isso mesmo, há uma inclinação para compreendê-la segundo sua historicidade e narratividade, para além dos avanços técnicos e tecnológicos, mesmo que também relevantes.

A Arqueologia moderna é filha do Iluminismo, ainda que tenha precedentes muito mais antigos, pois já na Antiguidade havia o gosto pelas coisas antigas e belas por parte das elites. Mesmo os grupos intermediários, com alguns recursos, miravam para os antigos para encomendar suas próprias estátuas ou pinturas. O colecionismo, a partir do Renascimento, ameaçou não apenas o belo, como também outras coisas antigas, como as inscrições. Essa prática aristocrática, até certo ponto, atingia pessoas de posses modestas, que também podiam ficar fascinadas. Esse apego ao antigo revelava o poder da atração das coisas antigas, aspecto que continua a animar não apenas os aficionados, como as pessoas em geral, em muitas culturas. Dois aspectos, assim, devem ser retidos: um apego ao antigo como traço cultural e humano e uma ligação, nas sociedades estratificadas, entre esse sentimento e a desigualdade de alguns que podem usufruir disso, ante uma maioria que pode só aspirar a fazê-lo.

A modernidade viria a produzir uma mudança profunda, com a indústria e o desenvolvimento técnico, com o racionalismo e o empirismo, com o desafio às desigualdades naturalizadas de *status* entre nobres e comuns, mas também com o nacionalismo, o imperialismo e com o projeto de uniformidade cultural, a partir do século XVIII. Esse processo tem caracterizado a Modernidade até hoje, ainda que com modificações significativas. Em especial, nas últimas décadas, tem havido a defesa da diversidade social, sexual, religiosa, política, entre outras.

A ciência moderna insere-se nessa trajetória. A Arqueologia, surgida do colecionismo aristocrático, logo foi marcada pelo novo cientificismo, com sua busca por fatos objetivos, filha da Filologia, com o conhecimento dos idiomas, e da História, e com o seu anseio por encontrar o que, de fato, ocorreu. Esse aspecto racional introduzia uma lógica laica e que se pressupunha inexorável. Ela introduziria noções tão violentas e opressoras como o racismo, a superioridade ocidental e dos varões, entre outras. Como reação ao domínio das igrejas, o Iluminismo colocou, no centro, a certeza empírica, experimental e humana. As nascentes Biologia e Filologia foram fundamentais para que se propusesse uma nova ordenação da natureza e da cultura. O mundo natural e humano passou a ser ordenado em termos de semelhança, diferença e herança. Isso surgia em clara contraposição à ideia bíblica de criação de um mundo tal qual, fixo e criado

ex nihilo (Gênesis 1: “No princípio, criou Deus os céus e a terra”). De outra parte, essas noções configuraram o raciocínio arqueológico, aquele que é premido pelo isolamento de estruturas de semelhança com base na seriação de objetos e sua frequência de aparição estratigráfica.

Em seu lugar, começava a lógica neutra de classificação de tudo. Inventavam-se as raças humanas, com os brancos no topo e os negros embaixo, as mulheres como machos defeituosos destinados à procriação, os pobres e os colonizados como menos intelectualmente dotados e, por isso, destinados ao trabalho manual subalterno. Mesmo aqueles que se opunham à exploração de classe, e colonial, não escapavam da naturalização desse estado de coisas, com conceitos de atraso oriental e de uma necessidade de passar pelas fases de evolução, antes de alcançar o Ocidente. A invenção das raças categorizadas substituiu as antigas justificativas bíblicas que legitimavam, entre outras, a submissão dos judeus, dos muçulmanos e a escravidão dos africanos. Pouco a pouco, as diferenças físicas, tomadas como objetivas, foram eivadas de preconceitos, como se fossem constatações científicas. A submissão feminina vinha na mesma esteira. A posição subalterna e procriadora da mulher estava justificada por passagens do Antigo Testamento, como no Gênesis, e por algumas outras do Novo Testamento, em particular, em trechos de Paulo. A nova ciência substituíra isso por noções em aparência objetiva, hoje consideradas esdrúxulas.

A partir do pós-guerra (1945), de maneira mais acentuada, a Modernidade passou a incorporar as massas e o consumismo contribuiu para difundir o individualismo e o respeito à diversidade racial, sexual e de comportamentos em geral; e a luta anticolonial agregou, ainda, o conflito como objeto de atenção da teoria social. Essas mudanças chegaram, aos poucos, à Arqueologia, tendo sido um marco a criação do Congresso Mundial de Arqueologia, em 1986, com a explicitação do antirracismo, da aceitação de não arqueólogos, a inclusão de indígenas, o anseio por incluir todos os continentes, a abertura para temas políticos, controversos e polêmicos, a diluição das fronteiras disciplinares e sociais, entre outros aspectos.

Outra discussão importante, proporcionada pela Arqueologia moderna, é o seu uso como preciosa ferramenta para a fabricação de identidades culturais, nacionais e coloniais. Por outro lado, temos, hoje, uma aguçada consciência das relações entre Arqueologia e política (na acepção geral do termo). O que nos reporta a três questões mais gerais. Em primeiro lugar, ao reconhecimento de que a imbricação entre Arqueologia, nacionalismo, o imperialismo e o colonialismo tem um efeito ainda hoje visível na paisagem contemporânea: a edificação dos museus como expressões espaciais, culturais e sociais da expansão dos impérios; como instituições

por excelência onde se expõem os artefatos dos povos “primitivos” que foram colonizados (Cf. BARRINGER & FLYN, 1997) Argumento da mesma verve encontra-se no livro de Tony Bennett (2004): os museus, por meio de arranjos evolucionistas dos artefatos arqueológicos, classificam, a partir da ciência, os povos colonizados como “primitivos” e lidam, aos olhos do público ocidental, as “missões civilizadoras”. Essa equação entre museus, Arqueologia, expansão dos Estados Nacionais e colonialismo foi aplicada na América Latina (Cf. NASTRI & FERREIRA, 2010), e em particular no Brasil, como demonstraremos mais abaixo.

Em segundo lugar, a consciência da articulação entre Arqueologia e política capacita-nos para discussões mais embasadas em teoria arqueológica. Ora, já no início da década de 1980, o arqueólogo Ian Hodder publicou *Symbols in Action* (1982), explicitando a dimensão simbólica da cultura material. Para Hodder, os artefatos podem ser vistos como signos que auxiliam seus donos e usuários na comunicação entre as pessoas, além de expressar suas identidades ante a sociedade. Ou, com o diria o antropólogo indiano Arjun Appadurai, organizador do volume *The Social Life of Things* (1991), a produção, circulação e distribuição dos artefatos em uma sociedade, em especial nas sociedades modernas, ocorrem pelo intermédio de instituições. Os artefatos só ganham valor social quando investidos pelas políticas institucionais e cosmologias de uma sociedade. Os artefatos formam seus significados e valores menos por suas qualidades materiais e artísticas e mais pelos contextos nos quais foram usados e criados.

Nas palavras do arqueólogo Julian Thomas (2005), a cultura material é integral à sociedade. Os materiais que restam do passado – e aqueles que circulam no presente – são mais do que testemunhos de sociedades extintas; eles continuam conosco no presente e são recontextualizados. Se, quando estavam no sítio arqueológico, os “restos do passado” repousavam, por assim dizer, no reino do heteróclito, passam a ser submetidos, durante a escavação, no setor de curadoria de um museu ou no laboratório arqueológico, a outras cosmologias; são recontextualizados e circulam no interior de uma sociedade em instituições específicas: as universidades, os museus, entre outros. São submetidos, nesse passo, às diferentes representações culturais dos diversos coletivos humanos.

Assim, a Arqueologia, para usar a expressão bélica de Lynn Meskell (1998), está sob fogo. Uma vez que os estudos arqueológicos podem valorizar identidades culturais, ajudar a governar e a compor as estratégias de poder das sociedades, a disciplina e suas representações culturais tornaram-se palco de disputa. A Arqueologia vem sendo usada por grupos subalternos na luta

por seus direitos ou para criticar as injustiças e opressões sociais. Três exemplos vêm-nos logo à mente: a Arqueologia preocupada com as relações de gênero; a que trata das relações étnicas de modo antirracista; e as lutas de povos indígenas pela repatriação arqueológica. Aqui emergem, ainda, proposições consistentes de descolonização das metodologias arqueológicas e da escrita da disciplina desde a perspectiva do indígena e do colonizado (Cf. GIVEN, 2004; SMITH & WOBST, 2005). Se os símbolos da cultura material estão sempre em ação, então os estudos da Arqueologia devem dirigir-se ao comprometimento e posicionamento da disciplina perante a sociedade e à tomada de consciência de sua decorrente responsabilidade.

Em terceiro lugar, a consciência da articulação entre Arqueologia e política trouxe-nos um desdobramento teórico mais recente: a chamada “virada ontológica”. Inspirada em grande parte na obra dos antropólogos Eduardo Viveiros de Castro e Tim Ingold, os proponentes da “virada ontológica” argumentam que os objetos – ou melhor, as coisas – têm ação social. As coisas têm vida social e entranham-se nas cosmologias das comunidades. Os estudos centrados nas coisas discutem, ainda, os modos pelos quais as coisas e as sociedades se coproduzem e como a materialidade serviu, e serve, como lastro para o governo das comunidades (Cf. BUCHLI, 2007). Outra influente abordagem é a do sociólogo Bruno Latour. Rompendo o dualismo sujeito-objeto, ele incentiva uma interpretação simétrica entre humanos e não humanos e denota a ação social das coisas sobre ambos (Cf. LATOUR, 2008). Em suma, nos últimos anos, se tem enfatizado que a dicotomia entre sujeito/objeto é um artefato moderno, integrando a separação entre cultura e natureza ou entre “nós” e “eles”; descobrimos que a cultura material é animada (Cf. OLSEN et al., 2012). É viva e pulsante. As coisas têm *anima*; são estruturantes e influem em nossos comportamentos (Cf. GOSDEN, 2005). A humanidade não existiria sem as coisas, pois estas circunscrevem memórias sociais, fixam calendários, inspiram celebrações (Cf. JONES, 2007). Comunidades e coisas emaranham-se (Cf. HODDER, 2012).

Essas discussões têm despertado crescente interesse e já passaram pelo crivo de duras críticas. Primeiro, tem-se dito que a virada ontológica em Arqueologia nada tem de novidade e, de maneira insidiosa, desviaria nossa atenção da intencionalidade humana ao manipular objetos, servindo, assim, à agenda neoliberal (Cf. KILLICK, 2005). Segundo, que a atual atenção à agência das coisas é uma derivação da “crise da representação” dos anos 1980; como as comunidades são cada vez mais refratárias à pesquisa arqueológica, sobretudo aquelas com forte legado colonial, voltamos nossa atenção, agora, à etnografia das coisas (Cf. FOWLES, 2016).

Embora com historicidades específicas, a Arqueologia brasileira não esteve e não está infensa aos movimentos dessas discussões mundiais. É o que discutiremos a seguir.

II. O BRASIL E A ARQUEOLOGIA

O Brasil experimentou a Modernidade descrita acima, mas em situações muito particulares. A Arqueologia chegou aqui antes mesmo do ensino superior, pois veio com a família real portuguesa e a instalação da corte no Rio de Janeiro. Seguiu no Império, em contato com o melhor da ciência da época, mas com nítido caráter nobiliárquico. Tratava-se de uma Arqueologia nobiliárquica. Em uma sociedade escravista e fundada na diferenciação de *status*, a Arqueologia no Brasil, mesmo bem conectada, estava marcada pela escravidão e pelo patrimonialismo^[1].

A Arqueologia nobiliárquica atém-se ao período formativo da disciplina, durante o transcorrer do Primeiro e Segundo Reinados. Sem querer simplificá-la em suas diferenças conceituais e políticas internas, pode-se dizer que a Arqueologia nobiliárquica cimentou as estruturas do Estado Nacional. Fê-lo ao modo nacionalista e colonialista. Procurava validar uma hipótese mediterrânica de povoamento do Brasil. Buscava, nos vestígios arqueológicos, na arte rupestre e, sobretudo, nas línguas e mitos indígenas, uma origem que remontasse aos povos nautas da Antiguidade: gregos, fenícios, egípcios, ou outros. Essa civilização primordial poderia também advir de navegadores europeus modernos, em particular os nórdicos. A busca por uma vetusta civilização indígena correspondia à constituição de uma identidade nacional. Tratava-se de prescrever uma determinada ordem, um lugar social a ser ocupado pelos indígenas na hierarquia e na representação histórica da Nação.

Numa sociedade que distribuía títulos de nobreza, os indígenas que a rodeavam deveriam ser também “nobres”. Ainda que sua “nobreza” estivesse entre artefatos despedaçados, restos petrificados e em pleno mutismo. Com os instrumentos da Filologia, procurava-se remodelar

[1] Salvo indicações ao contrário, esse parágrafo e os seguintes são uma síntese dos argumentos apresentados em Ferreira (2010).

aqueles pedaços, dar-lhes voz. Fazê-los falar um relato histórico de origem, um *Epos* onde as elites do país se autorreconheceriam. Alicerçada em uma sociedade em que a imagem do indígena figurava nos brasões imperiais, em que os nomes indígenas batizavam a proveniência de uma família, do sangue e da tradição, a Arqueologia confundiu-se com a heráldica. Lia os artefatos como suportes de signos de civilização.

Movendo-se num transporte numismático, ela trazia consigo uma moeda de reversos antitéticos. De um lado, devia-se poli-la para que seu metal lampejasse um brilho civilizado. Mas esse brilho vinha do passado. De um lugar onde os conflitos podem ser conjurados por meio de uma narrativa epopeica, por uma *Odisseia* ambientada na floresta, com um majestoso Ulisses a disseminar, no passado, a civilização entre os nativos. O outro lado da moeda era o índio vivo. O índio do presente. E o presente é um lugar onde os conflitos se resolvem pelo combate e pelas táticas políticas. Os solos de manobra destas táticas repousavam, para a Arqueologia nobiliárquica, na proposição de que o indígena era degenerado. A noção de degeneração que se estendeu, com respostas diversas, por toda a América, foi axiomática no Brasil.

Reconhecia-se, no indígena, alguém que teve um passado civilizado, mas que se degenerou pela ação impiedosa dos trópicos, pelos desejos frenéticos da miscigenação e da antropofagia. Se os artefatos do passado podem guardar inscrições civilizadas, os do presente, embora sejam objetos etnográficos, são ameaçadores. O arco e a flecha impedem a interiorização da civilização, o avanço geopolítico do Estado Nacional, a delimitação das fronteiras. Assim, as respostas à “integração” dos indígenas na sociedade Monárquica bambearam entre a solução do extermínio e a defesa da “guerra justa” contra os “degenerados”; a receita eugênica da miscigenação entre índios e imigrantes europeus, ou entre índios “semicivilizados” e os “brancos”. Qualquer possibilidade de pacto social implicava a diluição do indígena no corpo da Nação. Numa palavra, o conceito de degeneração era um apanágio para incorporar as terras indígenas.

A República Velha (1889-1930) viria a mudar muito a situação. Acabaram-se a escravidão, as diferenças formais de *status* e os títulos nobiliárquicos; a educação primária foi ampliada e o poder foi descentralizado. Contudo, as oligarquias locais reforçaram o seu poder e a instrução continuou a atingir poucos. Durante esse período, a pesquisa arqueológica destacou-se no Museu Botânico do Amazonas, dirigido por João Barbosa Rodrigues (1842-1909), no Museu Paraense, sob a gestão de Emílio Goeldi (1859-1917), e no Museu Paulista, administrado por Hermann von Ihering (1859-1930).

Os diretores dos museus Botânico, Paraense e Paulista institucionalizaram a Arqueologia atando-a aos fluxos do processo de mundialização da ciência, ao nacionalismo e ao colonialismo. Barbosa Rodrigues, no Museu Botânico, compôs representações arqueológicas nacionalistas ligando-se à tradição de pesquisas da Arqueologia nobiliárquica. Com efeito, o diretor e fundador do Museu Botânico foi um dos lídimos representantes da Arqueologia nobiliárquica. Sua prolífica obra, ademais, teve como referência os debates arqueológicos internacionais. Ele citou pesquisas arqueológicas coetâneas e considerou as coleções de museus europeus. Suas pesquisas alinhavaram-se a uma ampla rede museal e científica, ajudando a formular temas debatidos em fóruns internacionais, como o Congresso dos Americanistas.

Nos museus Paraense e Paulista, tanto Emílio Goeldi como Hermann von Ihering também afinaram suas pesquisas pelo diapasão científico internacional. Seus problemas arqueológicos definiram-se, ainda, pelo diálogo ativo com a Arqueologia nobiliárquica, cujas interpretações ambos refutaram. Silenciaram, assim, a retórica nacionalista que embalava a Arqueologia nobiliárquica. Contudo, há similaridades entre a Arqueologia nobiliárquica, Barbosa Rodrigues, Goeldi e Ihering. Não só a cadência das pesquisas arqueológicas ritmadas pela mundialização da ciência; mas, também, a conjugação entre Arqueologia e colonialismo.

Desde o Império, a Arqueologia acolchetou-se às estratégias de expansão do Estado Nacional e às técnicas de dulcificação dos “índios bravos”. Assim como Barbosa Rodrigues, Goeldi e Ihering defenderam uma típica noção da Arqueologia colonialista de entonação francesa: a de que os territórios primitivos clamavam pelas missões civilizadoras (*mission civilisatrice*). Goeldi e Ihering, entretanto, vivendo as fertilizações cruzadas da mundialização da ciência, não seguiram apenas orientações francesas. Valeram-se, também, do exemplo do *Smithsonian Institution*, que organizou, desde 1879, o *Bureau of Ethnological Research*, destinado ao planejamento de uma ciência de governo subsidiada pelas pesquisas arqueológicas e antropológicas. Para Goeldi e Ihering, amparados no modelo do *Smithsonian*, os Diretórios de Índios reformular-se-iam como institutos de pesquisa e postos avançados de governo científico dos indígenas.

Outro ponto convergente entre Ihering, Goeldi e a Arqueologia nobiliárquica é o uso das pesquisas arqueológicas para a circunscrição de fronteiras geopolíticas. A Arqueologia nobiliárquica, no auge do Segundo Reinado, aparelhava viagens científicas – que, claro, não eram apenas arqueológicas – às regiões mais longínquas do poder Imperial, sediado no Rio de Janeiro. Dirigiam-se às regiões limítrofes, aos espaços pouco conhecidos, como a Colônia de Sacramen-

to, a fronteira com a Guiana Francesa e com Mato Grosso, locais onde os conflitos geopolíticos datavam do Período Colonial.

Por seu turno, Goeldi, no Museu Paraense, organizou, em 1895, uma expedição arqueológica e em ciências naturais para a, então chamada, Guiana brasileira. Com os resultados dessas pesquisas, Goeldi ajudou o Barão do Rio Branco a resolver o secular litígio com a França pela região, incorporando o atual Estado do Amapá à República brasileira. No Museu Paulista, Ihering valeu-se das pesquisas arqueológicas e antropológicas como forma de conhecimento dos territórios classificados como “desertos” pelo Estado de São Paulo, isto é, o Oeste paulista. As viagens arqueológicas, promovidas por von Ihering, além de colherem e pilharem os artefatos dos povos indígenas que viviam nos “desertos”, topografaram e cartografaram grandes porções das regiões percorridas.

O nacionalismo da década de 1930 focou no Barroco Mineiro, e foi apenas com o fim da ditadura do Estado Novo (1937-1945) que a Arqueologia, muito por iniciativas humanistas de Paulo Duarte (1899-1984) e de outros preocupados com a destruição dos vestígios pré-históricos indígenas, voltou à baila. Duarte foi responsável pela valorização dos nativos por meio de seus restos, ao mesmo tempo que outros dedicavam-se aos índios vivos, como os irmãos Villas Boas, Berta e Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes e Egon Schaden, entre outros. Duarte levou esse movimento humanista pró-índio à Arqueologia. Foi, também, responsável pelo *aggiornamento* técnico da disciplina, ao propiciar a vinda de profissionais franceses e o treinamento de brasileiros com renomados pré-historiadores, como André Leroi-Gourhan, orientador de Niède Guidon. Tudo estava bem inserido no quadro anticolonial, antirracista e liberal mencionado no contexto internacional, no qual o Brasil também estava inserido.

Esse período testemunhou, ainda, dois novos desenvolvimentos: o estudo das coleções de artefatos e a publicação de manuais. Na esteira da celebração do Centenário da Independência, em 1922, Theodoro Sampaio publicou uma densa síntese, compilando os dados disponíveis para todas as regiões brasileiras. Anibal Mattos produziu manuais escolares, em particular sobre o material proveniente do Estado de Minas Gerais. *O Guia de Pré-História Brasileira* (1938), de Mattos, é ainda digno de ser lido, em especial sua avaliação pormenorizada das disputas entre diferentes profissionais. Angyone Costa (1936; 1984) escreveu sínteses volumosas sobre a Arqueologia e Pré-história brasileiras. Frederico Barata (1944; 1950), por sua vez, escreveu sínteses com base em estudo de coleções indígenas. Finalmente, o argentino Antonio Serrano (1937;

1938; 1940) estudou coleções brasileiras de artefatos indígenas e, então, ao lado de Barata, estabeleceu um novo campo na Arqueologia brasileira. Todo esse período é comumente desprezado pelos estudiosos da Arqueologia brasileira. Contudo, a publicação dos primeiros manuais e o início dos estudos de coleções não deveriam ser subestimados, pois esse período de formação deveria ser interpretado como importante marco delimitador. Até mesmo porque todos esses autores revisaram de forma crítica as obras arqueológicas do Império e da República Velha.

A Guerra Fria (1947-1889) que já afetava a América Latina de maneira negativa, com o acirramento dos conflitos sociais, adquiriu tons mais dramáticos a partir da Revolução Cubana (1959), com a derrubada de uma ditadura pró-americana, a expropriação de bens, o exílio das elites cubanas, a aliança da ilha com a União Soviética e a instituição do partido único comunista (1965). Se na Europa Ocidental a democracia liberal opunha-se às chamadas ditaduras do proletariado do Leste, no Terceiro Mundo, em geral, e na América Latina, em particular, houve o patrocínio ocidental de ditaduras anticomunistas, regime que dominou na maioria dos países e que, por isso mesmo, evidenciaram movimentos de luta armada com o apoio de Cuba, da União Soviética e até mesmo da China, ainda que em menor escala.

Houve, pois, uma clara diferença entre os países desenvolvidos e democráticos e as ditaduras periféricas, como a América Latina. Enquanto a Arqueologia lá estava sob o influxo dos movimentos sociais e das reflexões críticas da teoria social, no Brasil os militares restringiram as liberdades com um regime autoritário (1964-1985), cada vez mais repressivo (1964-1979), antes da abertura (1979-1985) e do retorno dos exilados. A Arqueologia humanista foi golpeada, e foi estabelecido um programa arqueológico com o *Smithsonian Institution*, com pressupostos interpretativos deterministas, colonialistas, e mesmo racistas, e com técnicas de campo já há muito questionáveis. Enquanto Duarte era expulso da Universidade (1969), o Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica, com apoio do CNPq, dominou a cena por uma década (1965-1975), estabelecendo uma variação do conceito de degeneração indígena, bem aquele que grassou durante o Brasil Imperial (Cf. NOELLI & FERREIRA, 2007).

Embora a anistia seja de 1979, certas descompressões permitiram, por exemplo que, mesmo antes disso, Niède Guidon voltasse com o apoio francês. A anistia e o retorno dos exilados e a legalização dos partidos políticos (1979) seguiam o modelo espanhol dos Pactos de La Moncloa (1977); levaram a eleições diretas nos estados (1982) e ao retorno de governos estaduais eleitos, culminando com a devolução do governo federal aos civis (1985). A Arqueologia começou a florescer

neste novo contexto de pluralidade, ainda que de maneira muito menos crítica do que as outras ciências humanas e sociais, na medida em que a Arqueologia depende muito mais de autorizações governamentais e verbas. Ainda uma vez, seriam as mudanças sociais a alterar a Arqueologia.

O modelo de transição de um regime fechado para aberto, adotado no Brasil, seguia o espanhol e fugia do espantinho da Revolução dos Cravos (1974), em Portugal. Os militares brasileiros queriam uma passagem não só sem rupturas, como também lenta e gradual, e assim o foi. Basta lembrar que José Sarney foi um dos próceres do regime, primeiro presidente civil e continuou próximo do poder federal desde então. Isso ocorreu na academia também, mas de maneira mais acentuada na Arqueologia do que em outras disciplinas. As mudanças na sociedade aceleraram-se a partir do retorno dos civis e do estado de direito (1985), com a nova constituição (1988) e as resultantes legislações de proteção ambiental e políticas de consulta (audiência pública) e, a partir de 2002, com a criação de graduações em Arqueologia e a expansão e reforço da pós-graduação.

O impacto na Arqueologia foi variado e imenso. Em primeiro lugar, a liberdade introduziu uma salutar diversidade de temas, pontos de vista, abordagens e metodologias de campo, de gabinete e de análise. Esse o primeiro resultado da abertura que se iniciara em 1979 e que logo se substanciou na criação da Sociedade de Arqueologia Brasileira (1980): a existência de mais de uma perspectiva estava implícita. Em seguida, a disciplina, afetada pelos movimentos sociais e pelas outras ciências humanas e sociais, pôde ampliar seus horizontes e estudar de novo a cultura indígena: Cultura com “c” maiúsculo, como atestam as pinturas rupestres milenares. Enquanto o cacique Juruna tinha voz no Congresso Nacional, na década de 1980, a Arqueologia mostrava que os índios produziam alta cultura havia milênios.

Os indígenas passaram a marcar presença no passado colonial também, já na década de 1980, nas Missões, assim como os afrodescendentes, em seguida com Palmares e com os excluídos em geral com Canudos, na década de 1990. A multiplicação de estudos arqueológicos, como resultado da legislação ambiental e patrimonial, dos projetos acadêmicos e da preocupação como a Arqueologia Pública representou um grande incremento tanto dos dados empíricos, como da diversidade de interesses e perspectivas, como as relações de gênero, as relações entre teoria e prática de campo, a incorporação de discussões antropológicas, entre muitos outros aspectos. A internacionalização também deve ser mencionada, com a crescente inserção dos estudiosos brasileiros no âmbito internacional. Muitos têm tido a oportunidade de aprender em outros paí-

ses, tanto em estágios curtos, como em formação mais prolongada, como alunos, mas também como professores, em países latino-americanos, na Europa, nos Estados Unidos e Canadá e, em menor medida, na Ásia e na África. Essa interação foi facilitada pelos avanços da comunicação global, mas revela, também, uma saudável ambição de contato.

Por fim, tais contatos e intercâmbios internacionais, produzidos, também, graças à expansão dos cursos de graduação e pós-graduação em Arqueologia, têm sintonizado a disciplina com as discussões globais mencionadas na primeira seção desse texto. Já há, entre nós, sólidos estudos sobre gênero, colonialismo e pós-colonialismo; os temas da “virada ontológica” e das relações entre Arqueologia e política são também destacáveis e maduros. Tudo isso leva-nos a crer que a Arqueologia Brasileira, nas próximas décadas, consolidará sua sintonia com a ciência internacional (Cf. FUNARI, 2014).

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Joana Bezerra, Charles Orser, Almudena Hernández, Alexandre Guida Navarro, Anna Roosevelt, Alfredo González-Ruibal, Katherine Sampeck, Gustavo Politis. Mencionamos, ainda, o apoio institucional da Unicamp, UFPel, Fapesp e CNPq. A responsabilidade pelas ideias restringe-se aos autores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPADURAI, A (org.). **La Vida Social de las Cosas: perspectiva cultural de las mercancías**. México: Grijalbo, 1991.

BARATA, F. Os Maravilhosos Cachimbos de Santarém. In. **Estudos Brasileiros**, (7): 13, 1944, pp. 37-39.

_____. **A Arte Oleira dos Tapajó**. Belém: Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará, 1950.

BARRINGER, T; FLYN, T. **Colonialism and Object: Empire, Material Culture and the Museum**. London: Routledge, 1997.

- BENNETT, T. 2004. **Pasts Beyond Memory: Evolution, Museums, Colonialism**. London: Routledge.
- BUCHLI, T. Material Culture: Current Problems. In. MESKELL, L; PREUCEL, R. W. (eds.). **A Companion to Social Archaeology**. Oxford: Blackwell Publishing, 2007. pp. 179-194.
- COSTA, A. **Arqueologia Geral**. São Paulo: CIA Editora Nacional, 1936.
- _____. **Introdução à Arqueologia Brasileira**. São Paulo: CIA Editora Nacional, 1984.
- FERREIRA, L. M. **Território Primitivo: A Institucionalização da Arqueologia no Brasil (1870-1917)**. 1. ed. Porto Alegre: EDIPUCSRS, 2010.
- _____. Entrecampos: trajetórias na antropologia e na Arqueologia. In. **Revista do Lepaarq**, (XIII): 26, 2016, pp. 290-302,.
- FOWLES, S. The Perfect Subject (postcolonial object studies). In. **Journal of Material Culture**, (21): 1, 2016, pp. 9-27.
- FUNARI, P. P. A.. L'archéologie brésilienne au cours des vingt dernières années. In. **Perspective**, v. 2, 2014, pp. 269-287.
- GIVEN, M. **The Archaeology of Colonized**. London: Routledge, 2004.
- GOSDEN, C. What do Objects Want?. In. **Journal of Archaeological Method and Theory**, (12): 3, 2005, pp. 93-211.
- HODDER, I. **Symbols in Action: Ethnoarchaeology Studies of Material Culture**. Cambridge: Cambridge U. P., 1982.
- _____. **Entangled: An Archaeology of the Relationships between Humans and Things**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012.
- JONES, A. **Memory and Material Culture**. Cambridge: Cambridge U. P., 2007.
- KILLICK, D. Comments IV: Is There Really a Chasm Between Archaeological Theory and Archaeology Science?. In. **Archaeometry**, (47): 1, 2005, pp. 185-189.
- LATOUR, B. **Nous n'avons jamais été modernes: essai d'anthropologie symétrique**. Paris: La Découverte, 1991.
- _____. **Reensamblar lo Social: una introducción a la teoría del actor-red**. Buenos Aires: Manantial, 2008.

LINEBAUGH, P; REDIKER, M. **A Hidra de Muitas Cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico Revolucionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MATTOS, A. **Pré-história Brasileira**. São Paulo: CIA Editora Nacional, 1938.

MESKELL, Lynn (ed.). **Archaeology under Fire: nationalism, politics and heritage in the Eastern Mediterranean and Middle Eastern**. London: Routledge, 1998.

NASTRI, J; FERREIRA, L. M (orgs). **Historias de la Arqueología Sudamericana**. Buenos Aires: Félix Azara, 2010.

NOELLI, F. S; FERREIRA, L. M. A Persistência da Teoria da Degeneração Indígena e do Colonialismo nos Fundamentos d Arqueologia Brasileira. In. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, (14): 4, 2007, pp. 1239-1264.

OLSEN, B; SHANKS, M; WEBMOOR, T; WITMORE, C. **Archaeology - The Discipline of Things**. Berkeley & Los Angeles: University of California Press, 2012.

POSTMAN, N. **Technopoly, the Surrender of Culture to Technology**. New York: Vintage Books, 1992.

SAMPAIO, T. Arqueologia brasileira. In. **Dicionário Histórico, Geográfico e Etnológico do Brasil**, 1922, pp. 115-128.

SERRANO, A. Arqueologia Brasileira: subsídios para a Arqueologia do Brasil Meridional. In. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, (36), 1937, pp. 14-30.

_____. La Cerámica de Santarém. In. **Revista Geográfica Americana**, (9), 1938, pp. 2-22.

_____. Los Sambaquis y otros ensayos de Arqueología brasileña. In. **Anais do Terceiro Congresso Rio-grandense de História e Geografia**, 1940, pp. 17-25.

SHAPIN, S. Property, Patronage, and the Politics of Science. In. **The British Journal for the History of Science**, (7): 1, 1974, pp. 1-41.

SMITH, C; WOBST, H. M. (eds.). **Indigenous Archaeologies: Decolonizing Theory and Practice**. London: Routledge, 2005.

THOMAS, N. **Colonialism's Culture: Anthropology, Travel, and Government**. Princeton: Princeton U. P., 1991.

THOMAS, Julian. Materiality and the Social. In. FUNARI, Pedro Paulo A; ZARANKIN, Andrés; STOVEL, Emily (eds.). **Global Archaeology Theory: Contextual Voices and Contemporary Thoughts**. New York: Kluwer Academic, 2005. pp. 11-18.

OS ESTUDOS DE GÊNERO NA ARQUEOLOGIA

Tais Pagoto Bélo

I. A ORIGEM DOS ESTUDOS DE GÊNERO

Os estudos de gênero têm como objetivo explicar e compreender os debates ligados aos discursos de identidades, subjetividades e relações de poder dentro do pós-modernismo e das modificações teóricas pelas quais as Ciências Humanas passaram nos últimos tempos (Cf. SALERNO & ZARANKIN, 2009; BÉLO, 2014, p. 20).

O gênero tornou-se mais frequente na Arqueologia e em outras ciências, ao longo das últimas décadas do século XX, quando ocorreu uma “crise” dos paradigmas iluministas. Consequentemente, em finais do século XX e início do século XXI, observou-se a construção de uma nova concepção (Cf. SILVA, 2004; BÉLO, 2014, p. 20) metodológica.

No século XIX, o pensamento evolucionista e o pensamento teleológico, que tinham como intuito o estudo filosófico dos fins e dos propósitos, influenciaram diretamente intelectuais como Hegel, Kant, Comte e Marx que, desse modo, contribuíram para uma tradição intelectual respeitada até os dias de hoje e a que configurou a modernidade (Cf. SILVA, 2004; BÉLO, 2014, p. 21).

O século XX, com todos os seus avanços científicos, só fez explicitar o fracasso do ideário Iluminista, mostrando a utilização nefasta da ciência, que muitas vezes colocou em risco a humanidade, como no caso das grandes guerras mundiais, bombas atômicas, colonialismo, imperialismo, entre outros acontecimentos (Cf. SILVA, 2004; BÉLO, 2014, p. 21).

Presenciou-se a rejeição dos modelos empiricistas positivos, e do ceticismo em relação às metanarrativas, além do surgimento de críticas sobre a busca das origens, da verdade histórica e dos essencialismos. A concepção de verdade, existente anteriormente, dava lugar às perspectivas sociais e culturalistas, que percebem os indivíduos e as práticas como construções discursivas. Dessa forma, o campo das Ciências Humanas passou a demonstrar uma perspectiva mais democrática, includente e revisionista (Cf. SILVA, 2004; BÉLO, 2014, p. 21).

Nesse ínterim, o conceito de homem e mulher também começou a ser questionado segundo as características físicas, com desempenhos e parceiros sexuais específicos, fixados por uma tradição baseada em relações heterossexuais. As discussões foram levadas ao campo teórico, com análises das variedades e comportamentos pessoais adquiridos ao longo da História (Cf. FEITOSA, 2005; BÉLO, 2014, p. 22).

O pós-modernismo estabeleceu-se, portanto, a partir do fracasso do projeto social Iluminista, e é nesse contexto de revisão teórica que se insere a ideia de uma pós-modernidade, abrindo as portas para os estudos acadêmicos nessa área.

II. O FEMINISMO

Foi com a inovação do surgimento da história das mulheres que outras categorias começaram a ser exploradas, tais como o homossexualismo, transexualismo e afins. Pode-se afirmar que essa recente abordagem sobre as mulheres deu-se pela inovação do papel feminino no quadro da sociedade, pelas novas condições assumidas por elas (Cf. SILVA, 2004; BÉLO, 2014, p. 25) e pela luta do Movimento Feminista.

O Feminismo é um movimento social de mulheres, que atualmente também envolve homens, e que tem como objetivo abolir o patriarcalismo, demonstrado em diversas questões, campanhas e tipos de feminismos, tendo em vista que esses movimentos diferem entre si de acordo com a maneira com que o assunto é visto, e com a forma que ele é organizado para ser combatido (Cf. MANN, 1985). Esse movimento foi dividido em três ondas:

A primeira onda é delimitada pela publicação da obra de Mary Wollstonecraft (1759-1797), intitulada *Vindication of the Rights of Women* (1792), editada sob a influência da filosofia liberal política do século XVIII, que se baseava nos direitos políticos igualitários e em oportunidades econômicas. Desde o primeiro momento, o racionalismo foi utilizado como base para a atribuição desses direitos às mulheres, isto é, o argumento utilizado pelas feministas era o de que as mulheres e os homens tinham a mesma capacidade de raciocínio. Esse movimento gerou diversas mudanças na situação das mulheres, além de ter dado origem ao sufrágio em 1920, que levou-as a ganharem o direito ao voto, a liberdade reprodutiva, um maior acesso à educação

e, muito posteriormente, à realização profissional (Cf. CUDD & ANDREASEN, 2005; BÉLO, 2014, p. 17 - 18).

O movimento sufragista tornou-se importante nos Estados Unidos na segunda metade do século XIX, mas apenas em 1920 a Constituição sofreu modificações para dar às mulheres o direito de votar. No final do século XIX e início do século XX, as mulheres da Inglaterra também começaram a reivindicar seu direito ao voto. Após diversas promessas de sufrágio, o Parlamento Inglês negou o pedido e, com isso, as sufragistas tornaram-se violentas e muitas delas foram aprisionadas. A campanha do movimento feminista foi interrompida em 1914 em decorrência da Primeira Guerra Mundial, na qual elas puderam contribuir com seus esforços. Em razão disso, ao término da guerra, em 1918, o governo britânico concordou em conceder-lhes o sufrágio, embora limitado apenas àquelas acima de 30 anos. Em 1928, entretanto, as mulheres finalmente ganharam igualdade de voto a partir dos 21 anos de idade (Cf. CROWTHER & KAVANAGH, 1999; BÉLO, 2014, p. 18 - 19).

A segunda onda feminista data de 1949 com a publicação de *Le Deuxième Sexe* (1949), de Simone de Beauvoir (1908-1986). Este movimento foi caracterizado por querer mudar alguns argumentos colocados pela primeira onda. Estabeleceu que a igualdade política e legal não foram o bastante para colocar um fim na opressão sobre a mulher, e que o sexismo estava embebido em vários aspectos da vida humana, tais como economia, política, sociedade, normas, hábitos, interações cotidianas e relações humanas (Cf. CUDD & ANDREASEN, 2005).

A terceira onda teve início em 1980, com apelo maior à diversidade da mulher, centrada na teoria feminista e política. Além disso, desafiou a dicotomia público/privado, escrutinando áreas da vida social humana que eram previamente vistas como políticas – tais como a instituição do casamento, a maternidade, as relações heterossexuais, a sexualidade feminina, e assim por diante. Neste ínterim, as vozes das mulheres negras foram tomadas em consideração e representaram os diversos grupos sociais que sofriam diferentes tipos de opressões. Esse movimento questionou as bases do próprio movimento e a divisão entre sexo e gênero, além de discutir se “mulher” era uma categoria isolada unificada (Cf. CUDD & ANDREASEN, 2005; BÉLO, 2014, p. 19).

É evidente que as reflexões dos estudos de gênero foram permeadas pela perspectiva crítica do olhar feminista, que combateu as desigualdades entre o masculino e o feminino. Todavia, as análises de gênero ampliaram as discussões, apresentando diferentes abordagens, polemicamente utilizadas em diversas áreas do conhecimento (Cf. FEITOSA, 2005; BÉLO, 2014, p. 20).

É no contexto de mudanças nos paradigmas das Ciências Humanas, crise da modernidade, das metanarrativas e dos essencialismos, que os grupos ditos “excluídos”, tais como negros, mulheres, homossexuais e outros, irão reivindicar o direito de tornarem-se objetos de estudo e de escreverem sua própria história (Cf. SILVA, 2004). Dessa forma, na esteira desse processo, foram criados debates e problematizações sobre o assunto dentro do pensamento intelectual acadêmico (Cf. BÉLO, 2014, p. 25).

III. A ARQUEOLOGIA E OS ESTUDOS DE GÊNERO

A Arqueologia começou a receber críticas na década de 1980 referentes às suas teorias metodológicas anteriores, que compreendiam o histórico-culturalismo e o processualismo. Neste período de acirradas críticas, o arqueólogo inglês Ian Hodder ressaltava que ainda havia uma dimensão simbólica na cultura que deveria ser tratada e propôs o pós-processualismo, com influências pós-estruturalistas. Entretanto, foi com Shanks e Tilley, em 1987, com a obra *Re-Constructing Archaeology*, que a arqueologia foi marcada por novos pressupostos, criticando tanto o modelo histórico-cultural quanto o processual (Cf. FUNARI, 2003).

O histórico-culturalismo foi criticado por considerar que todas as pessoas compartilham os mesmos valores em determinada sociedade, e que cada sociedade distingue-se das outras por esses mesmos valores. Na verdade, o que ocorre é o contrário, as sociedades são distintas e, no interior de cada uma, há uma grande variação. O Processualismo foi criticado por considerar que os seres humanos agem, em qualquer tempo e lugar, da mesma maneira (Cf. FUNARI, 2003, p. 51).

O pós-processualismo, que teve como maior contribuição a inserção da disciplina na sociedade, levando em consideração as relações que a sociedade presente tem com o passado, também se preocupou com o contexto histórico e social de produção de conhecimento, além de considerar a subjetividade e o comprometimento com os grupos sociais (Cf. FUNARI, 2003).

Sendo assim, a própria arqueologia deu espaço para que fosse utilizada por grupos feministas, étnicos e raciais, demonstrando que a cultura material tem um papel ativo nas relações sociais, não sendo apenas um simples reflexo da organização social; demonstrando, também,

que o indivíduo faz parte das mudanças sociais e da cultura material que as envolvem, e faz com que a sociedade tenha consciência de sua própria história.

Consequentemente, na década de 1990, esse comprometimento da disciplina, com o político e social, fez com que crescesse a chamada Arqueologia Pública, com implicações públicas, cuidado com o patrimônio e os direitos humanos (Cf. FUNARI, 2003), além da maior implicação da arqueologia de gênero, com a validade das perspectivas feministas, que ganharam um reconhecimento bastante difundido. As relutâncias iniciais deram-se pelo positivismo tardio e pelas tendências hipoteco-dedutivas da arqueologia processual (Cf. MESKELL, 1999).

A partir desse momento a arqueologia não foi apenas concebida como o conhecimento do que é antigo, mas também como uma disciplina de poder, passando a ser utilizada para reivindicações de indígenas, mulheres, homossexuais e outros, tendo muitas vezes, no passado, contribuído para os interesses dos grupos dominantes, valorizando critérios de identidade nacional ou cultural, com o intuito de legitimá-los por meio de testemunhos materiais para lhes dar sustentação.

O desenvolvimento da arqueologia feminista já vinha sendo trabalhado desde meados da década de 1970, mas foi com o artigo de Conkey e Spector, de 1984, “Archaeology and the study of gender”, que começou a crescer esse tipo de estudo. Desde o início da elaboração dessa obra, o movimento feminista norte-americano e inglês passou por acirradas discussões políticas sobre a opressão do patriarcalismo sobre as mulheres. As obras apresentavam severas críticas ao androcentrismo na arqueologia, sugerindo, desse modo, outro ponto de vista, como a ênfase na procura por mulheres nos registros arqueológicos e na sua contribuição para o passado (Cf. VOSS, 2008).

Segundo Meskell (1999), o primeiro volume dedicado ao gênero, e esclarecedor da teoria feminista, foi editado em 1991. Trata-se de uma obra de Gero e Conkey, intitulada *Engendering Archaeology: women and prehistory*, que foi influenciada por contribuições feministas da Antropologia (Cf. MESKELL, 1999). Citando Wylie (1991), Meskell (1999) demonstra que a estudiosa vê o desenvolvimento da Arqueologia de gênero dividido em três partes: a primeira critica o androcentrismo; ao passo que a segunda procura pelas mulheres, e é por isso denominada “a descoberta das mulheres”, não apenas das mulheres pré-históricas, mas das arqueólogas, que foram apagadas de nossa história; a terceira, por fim, é aquela que fez uma reconceitualização fundamental (Cf. MESKELL, 1999).

A contribuição do movimento feminista foi mostrar que as mulheres também são agentes ativos, que criam suas próprias realidades sociais e resistem ao processo de dominação. Em 1990, uma série de estudos contextuais emergiram, colocando em prática as teorias de gênero, e funcionando como ponto de partida para as críticas ao androcentrismo. Entretanto, alguns desses estudos ficaram trancados na linguagem da segunda onda feminista e na “descoberta das mulheres”, com temas ligados à vestimenta e ao estilo de cabelo feminino, ignorando, assim, a complexidade do sexo, sexualidade, idade, status, etnicidade e outras possibilidades (Cf. MESKELL, 1999).

Seguindo a terceira onda feminista, começaram os estudos de gênero ligados à idade, orientação sexual e etnicidade, tendo em vista que a identidade de gênero deveria ter sido concebida como algo complexo, classificado por uma rede de significados, variando de indivíduo para indivíduo ao longo do tempo, juntando-se a outras redes de práticas e simbólicas localizadas nos conceitos de classe e raça. Segundo a terceira onda feminista, a exploração feminina varia de acordo com a classe social, raça e divisão étnica em que ela está inserida, e por isso pode-se considerar a identidade como algo fluido e mutável (Cf. MESKELL, 1999).

Contudo, com os estudos de gênero, nas últimas décadas, iniciou-se a exploração dos ideais e compartimentos vinculados à masculinidade em diferentes contextos socioculturais e, assim, as abordagens também se voltaram às expressões de identidades que ultrapassavam a matriz heterossexual (Cf. SALERNO & ZARANKIN, 2009). A arqueologia *queer* foi pioneira no estudo das posições sociais que desafiavam as normas de gênero dominantes, não se limitando ao estudo da homossexualidade, mas considerando todos aqueles que são sexuais, intelectuais ou culturalmente marginalizados (Cf. DOWSON, 2000). Implicando, assim, a possibilidade de estudar a pluralidade de identidade em qualquer sociedade, pois as identidades de gênero são historicamente produzidas e podem ser modificadas com o objetivo de gerar uma organização mais igualitária e pluralista, na qual se valorize o “diferente” (Cf. SALERNO & ZARANKIN, 2009).

O estudo de temas feministas, de gênero, *queer*, ou de diversas subjetividades, está na vanguarda da arqueologia atual e, além disso, as mais renomadas enciclopédias do século XXI dão cada vez mais destaque às representações da sexualidade e das identidades de gênero (Cf. FUNARI & CARVALHO, 2009).

IV. OS ESTUDOS DE GÊNERO NA ANTIGUIDADE CLÁSSICA

Para Marilyn Skinner (1993), os estudos clássicos ainda são muito conservadores, hierárquicos e patriarcais (Cf. SKINNER, 1993; FUNARI, 1995, p. 179). Esse conservadorismo costuma apoiar-se em leituras empiristas de fontes textuais, a partir de um senso comum. Funari (1995) sugere que se deve evitar esse tipo de abordagem, pois “apenas uma análise crítica permite compreender o “masculino” e o “feminino” como construções sociais que variam em termos de classe social, gênero e etnicidade, em diferentes períodos históricos e em diferentes sociedades” (Cf. MORGAN, 1993, p. 194; FUNARI, 1995, p. 180).

As mulheres começaram a aparecer nos estudos clássicos depois que Finley, em 1965, publicou o artigo “The Silent Women of Ancient Rome”, argumentando que as fontes para o estudo das mulheres, nessa área, eram escassas e que, conseqüentemente, não se poderia propor uma imagem fiel delas. Entretanto, mesmo assim, a quantidade de artigos sobre o assunto aumentou, pois se encontraram novas maneiras para estudá-las. Portanto, desenvolveram-se condições para se interpretar melhor as fontes, e vários tipos de estudos expandidos poderiam englobar as mulheres como, por exemplo, o estudo da família romana, que mostra como era o relacionamento do homem com a esposa, seus serviços domésticos e a inclusão do patronato, que acabou por envolver a mulher na vida econômica e social. Além disso, estudaram-se as profissões das mulheres, textos legais e as representações, sobretudo na arte, na literatura e nas inscrições funerárias, que revelaram relações pessoais, especialmente da mãe com o pai, e com as crianças. A Antropologia e a Demografia auxiliaram nos estudos de saúde e doenças, e o interesse em temas como a sexualidade e o erotismo também encorajou os estudiosos a observarem o mundo romano com outros olhos (Cf. RAWSON, 2006, p. 324).

As fontes escritas, como *A Lei das Doze Tábuas*, a codificação mais antiga romana, puderam dar visões de valores romanos, relações sociais, princípios de propriedade e direitos individuais e seus deveres. Obras como os escritos de Salústio não trouxeram tantas informações a respeito das mulheres, mas ele comentou sobre Sempronia, uma mulher da elite que se envolveu na conspiração de Catilina para adquirir poder em 63 d. C.; Cícero trata de atividades femininas na sociedade em suas cartas, discursos e comentários jurídicos, que sobreviveram na última compilação do *Digesto*. A poesia de Catulo, que explorou o mundo do sexo, do casamento e da sociedade, a filosofia de Lucrécio, que empreendeu os temas das emoções humanas, a inscrição do ano I, de Aurelia Philematio e seu esposo, e as estátuas de

mulheres individuais (Cf. RAWSON, 2006, p. 325) também foram inspirações para o estudo das mulheres na Antiguidade.

Os textos, de certa forma, consistem em parte da negociação identitária da materialidade e são utilizados como administradores dos limites normativos que são esperados. Eles estabelecem caminhos para se comunicarem as normas culturais e suas transgressões. Desse modo, muitos textos romanos discutem o que é ser da elite masculina e nos informam tipos de situações nas quais o *status* e a masculinidade eram negociados, além das áreas que causavam tensões, em vez de uma representação acurada do comportamento de cada membro da elite (Cf. REVELL, 2016, p. 13).

Eleanor Scott (1995), arqueóloga britânica, tem demonstrado como o estudo sobre as mulheres ainda vem sendo suprimido da academia. Primeiramente, pela própria exclusão, a estudiosa menciona que as mulheres são completamente ignoradas devido às narrativas do mundo romano, que foram concentradas em atividades em que os homens eram dominantes, como a atividade política em Roma e nas províncias. Em segundo lugar, a autora afirma haver uma pseudoinclusão, ou seja, as mulheres são incluídas, mas somente aparecem quando elas são anômalas às normas masculinas. Em terceiro, a inclusão ocorre por alienação, quando as mulheres somente são consideradas em relação ao homem ou quando elas ameaçam o ponto de vista masculino quanto ao “correto” comportamento delas (Cf. SCOTT, 1995, p. 176 – 9; REVELL, 2016, p. 2).

Revell salienta que esses tipos de trabalhos não devem ser minimizados, já que eles trazem contribuições, mas também afirma que suas interpretações da organização social do mundo romano são problemáticas em relação à categorização do(a) indivíduo(a). Essa dificuldade acontece devido às próprias fontes romanas, que foram usadas para que eles construíssem hierarquias sobre um discurso idealizado, em vez de providenciarem uma narrativa verdadeira que mostrasse a vida das crianças, das mulheres ou dos escravos. Tal como a cultura material, essas fontes são partes dos significados pelos quais os romanos definiam suas “minorias” (Cf. REVELL, 2016, p. 3).

V. CONCLUSÃO

No Brasil, a partir da década de 1990, o campo dos estudos de gênero, sexualidade e feminismos passa por uma renovação de interesses temáticos e maneiras de consolidar-se institucionalmente. Esta dinâmica acontece com a fundação de núcleos de pesquisa em universidades e a criação de periódicos e revistas importantes nesta área (Cf. PISCITELLI, BRANCO, ADABO, 2014) do conhecimento.

Contudo, os estudos de gênero na Arqueologia iniciaram-se junto ao departamento de História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com o Prof. Pedro Paulo A. Funari, arqueólogo que ocupa a cadeira de História Antiga, quando ele passou a integrar, em 1997, a linha de pesquisa inicialmente denominada “História, cultura e gênero”, mas que atualmente leva o nome de “Subjetividades, cultura material e gênero”. Essa linha de pesquisa é coordenada pela Profa. Margareth Rago, que faz parte do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, que tem a revista *Cadernos Pagu*, uma das obras mais relevantes sobre a questão de gênero no país.

Criado em 1993, o Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, da Unicamp, foi resultado do trabalho de pesquisadoras inseridas em diversas áreas do conhecimento que buscavam dialogar com as teorias feministas e de gênero, em sua articulação com outras categorias de diferenciações que permeiam diversas áreas do social (Cf. PISCITELLI, BRANCO, ADABO, 2014).

O Prof. Funari, junto a essa linha de pesquisa, teve a oportunidade de orientar vários alunos com temas sobre gênero, a Antiguidade e outros contextos, tais como: Marina Regis Cavicchioli, *Erotismo pompeiano*; Nathalia Monseff Junqueira, *Imagens da mulher grega: Heródoto e as pinturas em contraste*; Karla Fredel, *Arqueologia de gênero nas cidades de Pelotas - RS - Brasil e Habana Vieja - Cuba - século XIX*; Tais Pagoto Bélo, *Boudica e as facetas femininas ao longo do tempo: nacionalismo, feminismo, memória e poder*; Renato Pinto, *Rainhas, eunucos e andróginos: discursos do masculino e do feminino nos estudos da Bretanha romana*; Lourdes Conde Feitosa, *Amor e sexualidade no popular pompeiano: uma análise de gênero em inscrições parietais*; entre outros.

A Arqueologia de Gênero ainda é um campo muito novo, principalmente no Brasil. A existência e o desenrolar desse tema de estudo tenderá a abrir cada vez mais o leque de possibilidades para as estratégias políticas de estudos feministas, além de chamar a atenção para o estudo de temas diferentes, ou que antes eram considerados “tabus”. Os estudos de gênero devem ser sempre redefinidos e reestruturados, uma vez que precisam estar em conjunção com uma

visão de igualdade política e social (Cf. SCOTT, 1986; BÉLO, 2014, p. 39), que inclui diversas categorias sociais.

Pode-se concluir que, atualmente, ainda há muitas discussões envolvendo os pensamentos do pós-modernismo, sendo demonstrada maior solidez, embora ainda de forma limitada. Isso é observado no uso cada vez mais corriqueiro dessa nova abordagem metodológica, que nega a simples relação do presente com o passado, o continuísmo histórico, as origens determinadas e as significações ideais. Dessa maneira, esses novos engajamentos teóricos estão passando a compreender melhor a pluralidade das experiências, sobretudo ao reconhecerem a elaboração de sujeitos e identidades como produtos de forças culturais colidentes que operam em meio a jogos de relações de poder marcados por conflitos (Cf. FUNARI & SILVA, 2008).

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Pedro P. A. Funari e a Vera Toledo pela oportunidade de participar dessa obra. Agradeço ao Prof. Renato Pinto, Profa. Marina Regis Cavicchioli, Profa. Nathalia Monseff Junqueira, Karla Fredel, Profa. Lourdes Conde Feitosa, Prof. Glaydson J. da Silva, Profa. Renata S. Garraffoni, entre outros, que me influenciaram nos estudos de gênero. A responsabilidade pelas ideias restringe-se à autora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, S. **Le deuxième sexe**. Paris: Gallimard, 1949.

BÉLO, T. P. **Boudica e as facetas femininas ao longo do tempo: nacionalismo, feminismo, memória e poder**. 2014. Tese (Doutorado em História Cultural) – Programa de pós-graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

CONKEY, M. W.; SPECTOR, J.D. Archaeology and the study of gender. In. **Advantages in Archaeological method and theory**. v. 7. London: Springer, 1984.

CROWTHER, J. & KAVANAGH, K. (Ed.). **Oxford guide to British and American culture: for learners of English**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

DOWSON, T. Why queer archaeology? An introduction. In. **World archaeology**. Cambridge, v. 32, n. 2, 2000, pp. 161-165.

CUDD, A. E.; ANDREASEN, R. O. **Feminist Theory**. Oxford: Blackell Publishing, 2005.

FINLEY, M. I. The silent women of the ancient world. In. **Horizon** 7, 1965, pp. 57-64

FUNARI, P.P.A. *Romanas por elas mesmas*. In. **Cadernos Pagu**. Campinas, 5, 1995, pp. 179 – 200.

_____. 2003. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto.

_____; CARVALHO, A. V. Arqueologia de gênero e diversidade no contexto Brasileiro. In. **Cenários regionais em arqueologia Brasileira**. São Paulo: AnnaBlume, 2009, pp. 261-278.

_____; SILVA, G. J. **Teoria da história**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

FEITOSA, L. C. **Amor e sexualidade: o masculino e o feminino em grafites de Pompéia**. São Paulo: AnnaBlume, 2005.

GERO, J. M. & CONKEY, M. W.. Engendering archaeology: women in prehistory. In. **American Anthropological Association**. 1991, p. 418.

MANN, M. **Macmillan student encyclopedia of sociology**. London: Macmillan, 1985.

MESKELL, L. **Archaeology of social life: age, sex, class et cetera in Acient Egypt**. Oxford: Blackwell Publishers, 1999.

MORGAN, D. **Discovering Men**. Londres: Routledge, 1993.

PISCITELLI i, A.; BRANCO, C.; ADABO, G. 2014. Repensando Gênero e Feminismos – Núcleo de Estudos de Gênero Pagu. In. **SciELO em perspectiva: Humanas**, 04/09/2014. Disponível em: <<http://humanas.blog.scielo.org/blog/2014/09/04/nucleo-de-estudos-de-genero-pagu-comemora-20-anos-com-seminario-internacional/>>. Acesso em 21 de fevereiro de 2018.

RAWSON, B. Finding roman women. In. ROSENSTEIN, N.; MARX, R. M. (eds.) **A companion to the roman republic**. Oxford: Blackwell Publiching, 2006. pp. 324-341.

REVELL, L. **Ways of being roman: discourses of identity in the roman west**. Oxford & Philadelphia: Oxbow Books, 2016.

SALERNO, M. A. & ZARANKIN, A. “Sobre bonecas e carrinho”; desconstruindo as categorias “feminino” e “masculino” no passado. In. **Especiaria: cadernos de ciências humanas**. vs. 11 e 12, ns. 20 e 21, 2009, pp. 219 – 240.

SCOTT, E. Women and gender relations in the Roman empire. In. RUSH, P. (ed.) **Theoretical Roman Archaeology: second conference proceedings**. Aldershot, Avebury, 1995, pp. 174-89.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. In. **American Historical Review**, vol. 91, n. 5, 1986, pp. 1053-1075.

SHANKS, M.; TILLEY, C. **Reconstructing Archaeology: theory and practice**. 2nd ed. London, Routledge, 1992.

SILVA, G. J. Gênero em questão – apontamentos para uma discussão teórica. In. **Mneme – Revista virtual de humanidades**, n.10, v. 5, 2004. Disponível em <<http://seol.com/mneme>>. Acesso em 21 de fevereiro de 2018.

SKINNER, M. Woman and Language, in Archaic Greece, or Why is Sappho a Woman?. In. RABINOWITZ, N. S.; RICHLIN, A. (eds.). **Feminist Theory and the Classics**. Londres: Routledge, 1993. p. 181.

VOSS, B. L. Feminism, queer theories and the archaeological study of past sexualities. In. **Same-sex culture and sexuality: an anthropological reader**. Oxford: Balckwell, 2008.

WYLIE, A. Gender theory and the archaeological record: why is there no archaeology of gender?. In. CONKEY, J. (Ed.). **Engendering archaeology: women and prehistory**. Oxford: Basil Balckwell, 1991.

WOLLSTONECRAFT, M. **A vindication of the rights of woman**. Boston: Peter Edes, 1792.

A IMPORTÂNCIA DAS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA PARA A CONSTRUÇÃO DE NARRATIVA DOS PRIMEIROS HABITANTES DO BRASIL

*Michel Justamand
Gabriel Frechiani de Oliveira*

Localizado na região sudeste do Piauí e dentro do Nordeste brasileiro, o Parque Nacional Serra da Capivara representa um *hot spot* da presença dos primeiros grupos humanos no continente americano e no Brasil, possivelmente remontando a uma ocupação prolongada de 100 mil anos atrás, sendo considerado uma espécie de corredor de migrações de grupos humanos na região.

O Parque Nacional Serra da Capivara^[1] está delimitado entre os municípios de João Costa, Coronel José Dias, São Raimundo Nonato e Brejo do Piauí, compreendendo uma área de quase 130.000 hectares e um perímetro de 214 km², tendo sido criado durante o governo do presidente João Baptista Figueiredo, em 1979 (cf. ARAÚJO et al., 1998) (ver figura 1).

[1] A distância do PNSC da cidade Teresina é de 530 km e, de Petrolina, é de 300 km (ARAÚJO et al., 1998).

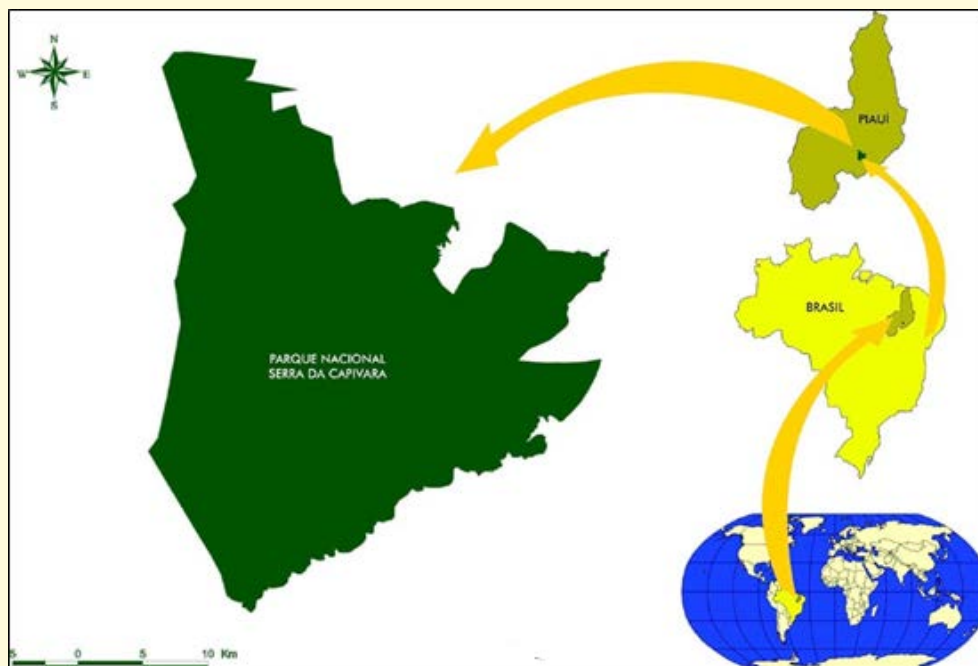


Figura 1. Localização do Parque Nacional Serra da Capivara.

Fonte: FUMDHAM. Disponível em: www.fumdam.org.br. Acesso: out, 2013.

O PNSC^[2] foi criado com a finalidade de proteger o patrimônio arqueológico, paleontológico e ambiental da região, no intuito de contribuir com o gerenciamento dessa UCI^[3], foi instituída a FUMDHAM^[4], sob a direção da professora Niède Guidon e pesquisadores brasileiros e franceses, em 1986.

A FUMDHAM tinha por intuito apoiar as pesquisas científicas na região, contribuir para a preservação e conservação do meio ambiente, apoiar ações de desenvolvimento sustentável e educativas. Dentro de contexto, foram apoiadas iniciativas para implantação de escolas para as populações que viviam próximas ao parque, tal como a produção de cerâmica no intuito de

[2] PNSC: Parque Nacional Serra da Capivara.

[3] UCI: Unidade de Conservação Integral.

[4] FUMDHAM: Fundação Museu do Homem Americano.

gerar renda, incentivou-se desenvolvimento da atividade da apicultura e promoveu-se um turismo sustentável, no intuito de gerar um desenvolvimento regional e melhorar a qualidade de vida das populações locais (Cf. ARAÚJO et al., 1998).

O PNSC foi considerado como um Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, em 1991, e como Patrimônio Nacional pelo IPHAN, em 1993. Dessa forma, requereu um cuidado especial por partes das autoridades federal, estadual e local, no sentido da necessidade de promover uma política de preservação da unidade e evitar a constante presença de caçadores no local, uma das principais ameaças a fauna local e proteger animais endêmicos da caatinga, como lagartixa da serra e mocó (Cf. GUIDON, 2014a).

Os estudos da arte rupestre, realizados pela arqueóloga Niède Guidon, na região do PNSC, permitiram identificar três tradições de pinturas rupestres e duas tradições de gravuras. As três tradições de pinturas são:

1. A **Tradição Nordeste** é predominantemente formada por temáticas de figuras de antropomorfos, zoomorfos e fitomorfos com um fácil reconhecimento visual e temático, como cenas de caça, dança, cerimônias religiosas e cenas sexuais, abrangendo os estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia, Sergipe, Paraíba, Piauí e norte de Minas Gerais, sendo elaborada a partir dos trabalhos das pesquisadoras Niède Guidon, Silvia Maranca, Anne-Marie Pessis, Susana Monzon, Laurence Ogel-Ross e Bernadette Aranud, tendo possível origem no estado do Piauí (Cf. MONZON, 1978; GUIDON, 1991; PESSIS, 1999; GUIDON; LAGE, 2003; MARTIN, 2008; MARTIN; VIDAL, 2014). As principais subtradições da Tradição Nordeste no PNSC são: Salitre^[5] e Várzea Grande^[6].

[5] Subtradição Salitre: “[...] é caracterizada pela presença de grafismos de composição (figuras de antropomorfos, zoomorfos, de ação geralmente de cenas) e de grafismos puros (PESSIS, 1992). Estes últimos, que geralmente designamos ‘sinais’ ou ‘figuras geométricas’, são minoritários. As figuras antropomorfas e zoomorfas distribuem-se equitativamente e formam um conjunto numericamente superior àquele das representações de objetos e de figuras fitomorfos. Os grafismos de ação são muito numerosos” (OGEL-ROSS, 1985, p.147-148).

[6] É composta por três estilos: Serra da Capivara, Complexo Estilístico Serra Talhada e Serra Branca (Cf. GUIDON, 1991).

2. A **Tradição Agreste** está localizada nos estados da Paraíba, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí e várias partes da região Nordeste, tendo provável origem no estado de Pernambuco. Suas principais características são: a ausência de traçado de contorno com preenchimento, o uso de técnicas menos elaboradas (simples) e uma menor diversidade temática, grafismos de maior dimensão vertical e horizontal, perspectiva estática, sem formação de cenas, isto é, “[...] não possuíam aprimorada técnica gráfica e ignoravam os procedimentos de preparação das tintas e a técnica de contorno”. Classificada inicialmente como “tradição Castelo” (PESSIS, 1999, p. 70; GUIDON; LAGE, 2003; MARTIN; VIDAL, 2014).

Na região do PNSC são descritos os seguintes estilos: a) Serra do Tapuio, caracterizado pela presença de grandes antropomorfos com vestimenta de roupas, ausência de movimento nos grafismos, má qualidade e imprecisão na execução das figuras, tal como o uso da coloração vermelha, o preenchimento e uso da tinta lisa; b) Extrema, caracterizado por um traçado mal elaborado, ausência de movimento, preenchimento das figuras e pela presença de grafismos de zoomorfos e grafismos puros; c) estilo Gerais^[7], caracterizado pelo uso do contorno, reproduções de impressões naturalistas como as mãos, sendo vermelho a cor dominante, raramente existem figuras pretas (Cf. GUIDON, 1985b; MARTIN, 2008).

3. A **Tradição Geométrica** tem, como principais características, a presença de grafismos em linha, círculos concêntricos, retângulos, labirintos, flechas, quadrados, grafismos astronômicos e marcas de pegadas de pássaros, com a coloração amarela, escura, branca e vermelha. Essa tradição é denominada de “hipotética e duvidosa” por Martin (2008). Ela está presente em vários estados da região do Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-oeste do Brasil, sendo de difícil análise devido ao caráter abstrato de seus grafismos, descrita por Niède Guidon e outros pesquisadores (Cf. SCHMITZ, 1981; GUIDON, 1991, PROUS, 1992; 2007a).

[7] Estilo Gerais era anteriormente classificado como tradição Gerais, depois foi incluída como um estilo da tradição Agreste por Guidon (1991).

Dentro do contexto Parque Nacional Serra da Capivara, foram identificados três estilos^[8]: a) Olho d'água: esse estilo foi descrito por Laurence Ogel-Ross por possuir grafismos puros, raros grafismos de composição e traços mal elaborados, numerosas impressões naturalistas de mãos humanas encontrados em único sítio; b) estilo Bom Jesus, composto de grafismos puros com intrusão de outros estilos nos painéis rupestres dos sítios, como Toca da Pedra Solta do Bom Jesus, Toca das Letras e Toca do Boqueirão do Saco I, também descrito por Laurence Ogel-Ross; c) estilo Gameleirinha, encontrado em único sítio na Toca Gameleirinha, composto de grafismos puros e intrusão dos estilos Olho d'água e Bom Jesus.

As duas tradições de gravuras rupestres no PNSC identificadas são:

1. A **Tradição Itacoatiara**^[9] de Oeste está situada em locais próximas d'água, a Toca do Buraco do Pajeú e o Caldeirão do Deolindo são exemplos dessa tradição e se estendendo até países como a Bolívia. Ela é caracterizada por grafismos puros e formas de biomorfos, de difícil identificação e reconhecimento, estando relacionada a grupos caçadores-coletores e existindo uma datação de 12 mil anos atrás no estado do Mato Grosso (Cf. GUIDON, 1983b; ARAÚJO et al., 1998).
2. A **Tradição Itacoatiara de Leste** está presente predominantemente na região Nordeste com uma cronologia relativa de 8 a 7 mil anos atrás (Cf. GUIDON, 1991; 2006). O principal monumento desta tradição de gravuras é a Pedra Lavrada do Ingá, localizada na cidade do Ingá, na Paraíba, onde foi identificada a subtradição Ingá a partir da análise de 19 sítios arqueológicos encontrados na região (Cf. SANTOS, 2015).

[8] Guidon (1983b) classificou como uma subtradição, a posterior, foi reclassificada como estilo por Martin (2008) em decorrência dos elementos necessários para atender os requisitos e necessários, especialmente, o escopo de sítios arqueológicos.

[9] O significado termo é “[...] pedras lavradas, pedras pintadas, gravuras, pinturas, letreiro, glifos, litoglifos, petróglifos, pictografias, litografias e hieróglifos brasileiros.” (FARIA, 1987, p. 41). De acordo com Prous (1992), o termo Itacoatiara significa “pedra pintada”. Galdino (1988) dividiu em seis classes distintas para a tradição Itacoatiara: a) Naturalismo antigo; b) Naturalismo recente; c) Esquemático antigo; d) Esquemático recente; e) Pictográfico; e f) Ideográfico.

A tradição Nordeste é a mais estudada de todas, devido à grande quantidade de cenas, movimento e de mais fácil reconhecimento visual dos grafismos. O trabalho inicial da professora Niède Guidon foi elaborar uma classificação inicial para o desenvolvimento das pesquisas. Seu escopo inicial era 70 sítios arqueológicos e 6.000 fotografias feitas pela equipe da pesquisadora (Cf. GUIDON, 1991). A quantidade de sítios aumentou consideravelmente desde década de 1970, surgindo novos problemas e descobertas para a construção da narrativa desse passado, demonstrando uma antiguidade muito maior do que se suponha para os grupos humanos no continente americano (Cf. GUIDON, 2003).

As pesquisas científicas realizadas na região apresentaram resultados importantes na construção do conhecimento da arqueologia pré-histórica brasileira. Atualmente estão catalogados 1.335 sítios arqueológicos no local, onde há 184 sítios com vestígios cerâmicos, 946 sítios de pinturas rupestres, 206 sítios de pinturas e gravuras, e 80 sítios de gravuras (Cf. GUIDON, 2014a, 2014b; MARANCA, MARTIN, 2014). Os vestígios paleontológicos são, também, um segmento relevante das investigações científicas no local. Já foram encontrados mais 7.000 fósseis e identificadas mais 60 espécies de animais, nas quais 30 espécimes já são considerados extintos (Cf. GUERIN, FAURE, 2014) (ver figura 2).

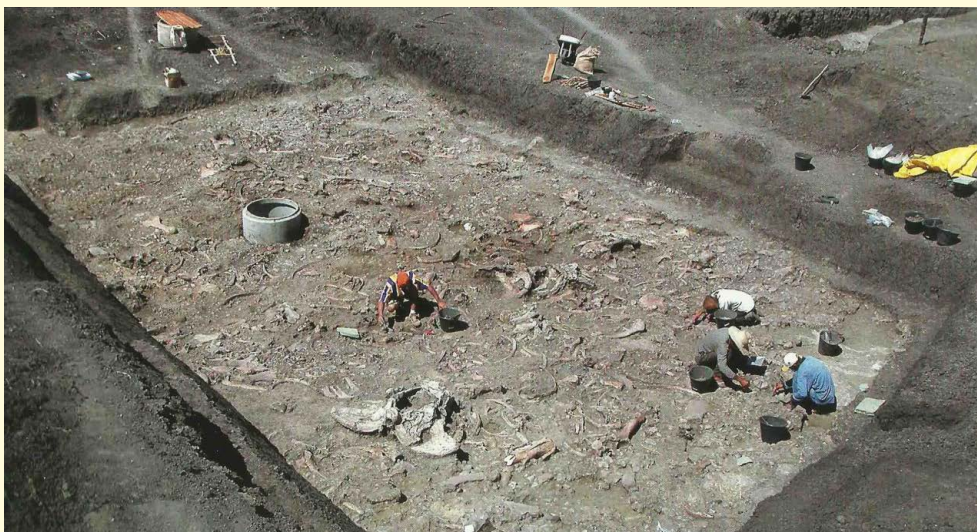


Figura 2. Vestígios paleontológicos na Lagoa do Quari, São Raimundo Nonato – PI.

Fonte: Felice; Guidon; Mendes, 2014, vol. A-II, p.80.

Os resultados das pesquisas arqueológicas na região apontam para uma presença recuada dos grupos humanos pré-coloniais com uma antiguidade de 100 mil anos atrás. A região também é considerada como maior enclave de sítios arqueológicos do mundo e com as datações absolutas mais recuadas para a arqueologia americana (Cf. MARTIN, 2008).

Os primeiros residentes da região do Parque Nacional Serra da Capivara chegaram ao local por volta 100 mil anos atrás, possivelmente a partir de grupos com baixa densidade populacional e que tinham a caça e a coleta como formas de sobrevivência, a partir de rotas migratórias ainda não totalmente identificadas e motivos de muitas de controvérsias no meio arqueológico^[10] (Cf. OLIVEIRA, 2007; JUSTAMAND, OLIVEIRA, FUNARI, BELARMINO, 2017).

Dentro do contexto da arqueologia brasileira, em especial na região Nordeste, existem vários sítios arqueológicos com uma provável presença de vestígios da recuada de uma ocupação de grupos humanos com datações que giram entre 100 a 13 mil anos atrás. Destacando-se os seguintes sítios: Toca do Boqueirão da Pedra Furada, Sítio do Meio, Toca dos Coqueiros, Toca do Garrincho, Sítio da Ema do Brás I, Toca da Janela da Barra do Antonião e Toca do Baixão do Perna I, no PNSC, no estado do Piauí; a Toca da Esperança, no município de Central, e Sítio Morro Furado, no município de Coribe, ambos na Bahia; cemitério indígena do Justino, no estado de Sergipe; o abrigo da Furna do Estrago, em Brejo da Madre Deus, no estado de Pernambuco (Cf. BELTRÃO, 2000; GUIDON et al., 2002; VERGNE, 2005; GUIDON, 2006; MARTIN, 2008).

As escavações arqueológicas realizadas na Toca do Sítio do Meio apontaram para uma ocupação pré-colonial que remontaria a quase 20 mil anos atrás, a partir de datações radiocarbônicas correlacionadas com vestígios arqueológicos líticos encontrados, sendo considerado um espaço de moradia (Cf. GUIDON et al., 2002). No local foi encontrado um dos vestígios cerâmicos com uma datação de 8.960 anos B. P. e um machadinha polida com uma datação absoluta associada de 9.200 anos B. P., ambas as mais antigas para o continente americano (Cf. BUCO, 2011). De acordo com Guidon:

[10] No que tange à aceitação dos dados arqueológicos com datações absolutas recuadas no continente americano, Adovasio e Page (2011, p. 230) afirmam que são necessários três requisitos: “1) artefatos de indisputável manufatura humana recolhidas em contexto de depósitos primários; 2) Estratigrafia bem definida, sem nenhuma ambiguidade; 3) Múltiplas determinações radiométricas mostrando consistência interna”.

O Brasil foi, portanto, colonizado desde épocas bastante remotas. Todo o país já estava ocupado desde há 12 mil anos. A população era densa, na região Nordeste, a partir de 8 mil anos. A agricultura apareceu entre – 4 mil e – 3 mil anos, sendo praticada em todo território nacional desde – 2 mil anos, mesmo que de uma maneira restrita. A técnica de fabricação de vasilhas em cerâmica, fora da Amazônia, parece ter sido corrente a partir de – 3 mil anos, pelo menos na área arqueológica de São Raimundo Nonato, no Piauí. Durante todo o Holoceno, grandes famílias linguísticas deviam dominar vastas áreas, mas as guerras intertribais que antecederam a chegada do colonizador branco embaralharam a situação, tornando difícil o correlacionamento entre as culturas pré-históricas e as tribos indígenas da época do contato. (GUIDON, 2006, p. 52)

O resultado das pesquisas arqueológicas, durante várias décadas sob a direção da professora Niède Guidon, apontaram para uma ocupação de grande extensão e de longa duração de grupos humanos na região, demonstrando que a região funcionaria como uma espécie de corredor migratório de pessoas, sendo o provável local da origem da Tradição Nordeste de pinturas rupestres (Cf. GUIDON, 2006).

A Toca do Boqueirão da Pedra Furada é um exemplo da antiguidade da presença de grupos humanos na região, com uma grande variedade de vestígios líticos, fogueiras feitas por grupos humanos, produção de cerâmica, a prática da arte como expressões lúdicas no paredão rochoso do sítio, imprimindo seu universo simbólico naquele local (Cf. PESSIS, GUIDON, 2007). Para Parenti:

As indústrias, assim definidas, distribuem-se de maneira diferente nas várias camadas. Os três níveis de Pleistoceno forneceram cerca de 700 peças líticas, obtidas unicamente a partir da matéria-prima local (seixos de quartzo e quartzito); no Holoceno o sítio amplia suas relações, introduzindo rochas exógenas e suas funções, transformando-se em verdadeiro acampamento residencial. Há, portanto, uma intensificação da atividade de lascamento e retoque: as peças atingem mais de 6.000 exemplares e novas técnicas são utilizadas, como o aquecimento das lascas antes do retoque. [...] Os instrumentos dos níveis pleistocênicos, que mais interessam à problemática deste trabalho, mostram características que têm uma grande estabilidade no tempo. Trata-se de uma indústria sobre seixos, obtida na maioria dos casos por técnica unifacial, sem padrões de lascamento acentuado e pouco retocada. (PARENTI, 1996, p. 34-35),

O desenvolvimento da indústria de ferramentas líticas estaria relacionado com a difusão da arte rupestre na região PNSC, onde as principais temáticas e técnicas utilizadas relatam o cotidiano dos grupos humanos, como amor, cenas de caça, cenas de violência, e cenas de cerimônias religiosas e mágicas. A difusão da arte rupestre permaneceu recorrente na região até por volta de 3 mil anos atrás, onde provavelmente novos migrantes que chegaram à região, assimilando ou expulsando os antigos moradores, iniciaram um processo de produção agrícola, cultivando feijão, cabaça e amendoim por volta de 2 mil anos A.P. (Cf. GUIDON, 2006).

A Toca do Sítio do Boqueirão da Pedra Furada é um sítio arqueológico pré-colonial em formato de abrigo sob-rocha, com as dimensões de 70 metros de comprimento, 22 metros de largura e 75 metros de altura, localizado no topo, e seu registro data de 1973 (F.S. TOCA DO SÍTIO DO BOQUEIRÃO DA PEDRA FURADA, 2016). É considerado um dos sítios mais importantes para compreender-se o modo de vida dos primeiros grupos humanos no Brasil, possuindo a presença de ferramentas líticas^[11], fogueiras de origem antrópica e a prática da arte rupestre no paredão rochoso (ver figura 3).

[11] De acordo com o pesquisador italiano Fábio Parenti (2014), foram encontrados nas escavações 595 artefatos líticos, sendo 196 peças pertencentes ao nível cultural Pedra Furada I; 273 peças do nível cultural Pedra Furada II; 126 peças do nível Pedra Furada III.



Figura 3. Toca do Sítio do Boqueirão da Pedra Furada.

Fonte: Gabriel Oliveira (2007).

A leitura estratigráfica do sítio permitiu a identificação de seis níveis culturais: 1º) Pedra Furada I (> 50.0000 até > 35.0000 B.P.); 2º) Pedra Furada II ($\geq 32.160 \pm 1000$ B.P. a > 25.000 B.P.); 3º) Pedra Furada III (> 25.000 até 10.050 B.P.); 4º) Serra Talhada I (10.400 ± 180 a 8.050 ± 170 B.P.); 5º) Serra Talhada II (7.750 ± 80 a 7.220 ± 80 B.P.); 6º) Agreste (6.150 ± 60 a 3.000 anos B.P.), apresentando um conjunto de 67 datações absolutas pela técnica de datação do rádio-carbono 14 , alcançando a idade de 57 a 5 mil anos B.P. Além disso, as datações das rochas do entorno da fogueira, através da técnica de termoluminescência, obtiveram datações de até 100 mil anos B.P. (Cf. PARENTI, 1996; GUIDON, 2007; GUIDON, 2014b) (ver figura 4).



Figura 4. Toca do Sítio do Boqueirão da Pedra Furada.

Fonte: Gabriel Oliveira (2016).

Vale ressaltar que a Toca do Boqueirão da Pedra Furada não é uma anomalia dentro do contexto arqueológico da região, outros sítios possuem datações absolutas recuadas para a presença de grupos humanos pré-coloniais na região, como sítio do Meio, Toca dos Coqueiros, Toca da Ema dos Brás I, Toca do Garrincho, Toca da Bastiana e Toca do Antônio (Cf. OLIVEIRA, 2014).

Concluindo, as pesquisas arqueológicas empreendidas pela professora Niède Guidon, e sua equipe da Fundação Museu do Homem Americano, mudaram a perspectiva da compreensão do povoamento americano, demonstrando uma presença recuada e ostensiva de grupos humanos na região do Parque Nacional Serra da Capivara. A professora Niède Guidon resgatou o universo simbólico desses habitantes, a partir da análise dos vestígios de cultura material (ferramentas líticas, cerâmica e a prática da arte rupestre) encontrados durante as escavações ao longo das décadas (Cf. JUSTAMAND, FUNARI, ALARCÓN-JIMENEZ, 2018).

Mas o maior feito da professora Niède Guidon foi mudar as vidas das pessoas que vivem na região, ao implantar um projeto de longo prazo, não apenas privilegiando a perspectiva acadêmica, mas também proporcionando uma melhoria de vida da população local, a partir de implantação de escola de qualidade, geração de emprego e renda e oportunidade através da produção da cerâmica, produção de mel e estímulo ao turismo sustentável, uma forma de arqueologia engajada e com o compromisso social. Portanto, gerou-se uma **revolução social** na região, colocando o Parque Nacional Serra da Capivara no mapa da arqueologia mundial e transformando-o em referência de competência no campo da arqueologia brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADOVASIO, J.M.; PAGE, J. **Os primeiros americanos: em busca do maior mistério da arqueologia**. Trad. Renato Bittencourt. Rio de Janeiro: Record, 2011.

ARAÚJO, A.G; PESSIS, A.M et al. **Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí Brasil. Fundação do Homem Americano**. São Paulo: Typelaser Desenvolvimento Editorial Ltda, 1998.

BELTRÃO, M.C. **Ensaio de arqueologia: uma abordagem transdisciplinar**. Rio de Janeiro: Zit Gráfica e Editora, 2000.

FARIA, F.C.P. **Os astrônomos pré-históricos do Ingá**. São Paulo: IBRASA, 1987.

FELICE, G.D; GUIDON, N.; MENDES, V.R. A evolução da paisagem no Pleistoceno Superior/ Holoceno na região do Parque Nacional Serra da Capivara. In. **Os Biomas e as Sociedades Humanas na Pré-história da região do Parque Nacional Serra da Capivara**. São Paulo: A&A Comunicação, vol. A, 2014, pp. 68- 87.

FICHA DO SÍTIO TOCA DO BOQUEIRÃO DA PEDRA FURADA. **Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN**. Biblioteca da Fundação Museu do Homem Americano: São Raimundo Nonato, 2016.

GALDINO, L. **Itacoatiaras: Uma Pré-história da Arte no Brasil. Itacoatiaras: A Prehistory of Art in Brazil**. São Paulo: Top Rios Gráfica Ltda, 1988.

GUÉRIN, C.; FAURE, M. In. **Os Biomas e as Sociedades Humanas na Pré-história da região do Parque**

Nacional Serra da Capivara. São Paulo: A&A Comunicação, vol.II-A 2014, pp. 140-168.

GUIDON, N. **L'art rupestre du Piauí dans le contexte sudaméricain: une première proposition concernant méthodes et terminologie.** 1983. Tese (Doutorado de estado). Universidade de Paris I, Paris, 1983b, V.2.

_____. A Arte Pré-histórica da área Arqueológica de São Raimundo Nonato: Síntese de dez anos de pesquisas. In. **Revista do Curso de Mestrado em História.** Recife: EDUFPE, 1985b, pp.3-81.

_____. **Peintures préhistoriques du Brésil: l'art rupestre du Piauí.** Paris: Editions Recherches sur les civilisations, 1991.

_____. Arqueologia da região do Parque Nacional Serra da Capivara. In. **Com ciência,** São Paulo. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/arqueologia/arq10.shtml>>. Acesso em 14 de setembro de 2003.

_____. As ocupações pré-históricas do Brasil (excetuando a Amazônia). In. CUNHA, M. C. (org). **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. Parque Nacional Serra da Capivara: modelo de preservação do patrimônio arqueológico ameaçado. In. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Brasil, nº 33, 2007, pp. 74-94.

_____. A Fundação Museu Homem Americano e o Parque Nacional Serra da Capivara: um relato sucinto de quatro décadas de pesquisas. In. **Os Biomas e as Sociedades Humanas na Pré-história da região do Parque Nacional Serra da Capivara.** São Paulo: A&A Comunicação, vol. A, 2014a, pp. 26- 44.

_____. O Pleistoceno Superior e Holoceno Antigo no Parque Nacional Serra da Capivara e seu entorno: as ocupações humanas. In. **Os Biomas e as Sociedades Humanas na Pré-história da região do Parque Nacional Serra da Capivara.** São Paulo: A&A Comunicação, vol. II-B, 2014b, pp. 444-452.

_____. et al. Pedra Furada, Brazil: Paleoindians, Paintings, and Paradoxes. In. **Athena Review: Peopling of the Americas.** *Athena Review*, Vol. 3, no. 2, 2002.

_____. LAGE, M.C.M. Piauí pré-histórico: história e cultura. In. **Apontamentos para a História Cultural do Piauí.** Raimundo Nonato Monteiro de Santana. Teresina: HALLEY S.A. Gráfica e Editora, 2003, p. 205-214.

JUSTAMAND, M.; FUNARI, P.P.; ALARCÓN-JIMENEZ, A. Arqueologia, Turismo e História e o Parque Nacional Serra da Capivara – PNSC/ PI. In. **Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências.** Ico, Faculdade Vale Salgado, Vol. 1, nº 1, 2018, pp. 1-15.

JUSTAMAND, M.; OLIVEIRA, G.F.; FUNARI, P.P.; BELARMINO, V.S. **Arqueologia da Guerra**. Alexa Cultural: São Paulo 2017.

MARANCA, Silvia; MARTIN, Gabriela. Populações pré-históricas ceramistas na região da Serra da Capivara. **Os Biomas e as Sociedades Humanas na Pré-história da região do Parque Nacional Serra da Capivara**. São Paulo: A&A Comunicação, vol. B, 2014, pp. 480-511.

MARTIN, G. **A Pré-História do Nordeste**. Pernambuco: Editora UFPE, 2008.

_____. VIDAL, I. A. Dispersão e difusão das tradições rupestres no Nordeste do Brasil: vias de ida e volta?. In. **Revista Clio Arqueológica**. Recife: EDUFPE, volume 29, nº 2, 2014. p. 17.

MONZON, Susana. Pinturas e Gravuras de São Raimundo Nonato, estado do Piauí. In. **Missão Franco-brasileira**. São Paulo: Museu paulista, 1978.

OGELO-ROSS, L. A noção de Subtradição aplicada a um sítio de arte rupestre pré-histórica. In. **Caderno de Pesquisa 4: série antropológica III**. Teresina, Universidade Federal do Piauí, 1985, p. 147-186.

OLIVEIRA, G. F. **O povoamento do continente americano pelos seres humanos: os discursos de Niède Guidon e Pedro Paulo Funari**. 2007. Monografia (Graduação em História), UESPI, Teresina, 2007.

_____. **As pinturas rupestres dos Sítios arqueológicos Toca do Martiliano, Toca da Boca do Sapo e Toca da Invenção no Parque Nacional Serra da Capivara - PI: um estudo de caso**. 2014. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Programa de Pós-graduação em Arqueologia, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

PARENTI, F. Problema da Pré-História do Pleistoceno Superior no Nordeste do Brasil: O abrigo da Pedra Furada em seu contexto regional. In. **Fumdhamentos - Revista da Fundação do Museu do Homem Americano**, v.1, n. 1, São Raimundo Nonato PI, 1996, pp. 16-53.

_____. Arqueologia da Pedra Furada. . **Os Biomas e as Sociedades Humanas na Pré-história da região do Parque Nacional Serra da Capivara**. Anne-Marie Pessis, Niède Guidon, Gabriela Martin. São Paulo: A&A Comunicação, vol. B, 2014, p. 526-544.

_____. GUÉRIN, C.; MENGOLI, D.; FAURE, M.; NATALI, L.; CHAVES, S.A. de M., FERRARI, S.; VALENÇA, L.M. Sondagens na Lagoa do Quari, São Raimundo Nonato, Piauí: Campanha 2002. In. **FUMDHAMENTOS**, São Raimundo Nonato, nº. 3, 2003, pp. 129-146,.

PESSIS, A. M. Identidade e Classificação dos Registros Gráficos Pré-Históricos do Nordeste do Brasil. **Revista Clio Arqueológica**. Recife, EDUFPE, Vol.1, Nº 8, 1992, pp. 35-68.

_____. Pré-História da Região do Parque Nacional Serra da Capivara. In. TENÓRIO, Maria Cristina (org). **Pré-história da terra Brasilis**. Rio de Janeiro; Editora UFRJ, 1999, pp. 61-74.

PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

_____. **Arte Pré-Histórica do Brasil**. Belo Horizonte: Arte. 2007a.

SANTOS, J. de S. **Estudos da tradição Itacoatiara na Paraíba: subtradição Ingá**. Campina Grande: Cópias & Papéis, 2015.

SCHMITZ, P.I. La evolución de la cultura em el centro y nordeste de Brasil entre 14.000 y 4.000 años antes del presente. In. **Contribuciones a la Prehistoria de Brasil**. Pesquisas: Antropologia, nº 32, 1981, pp. 07-41,.

VERGNE, C. **Cemitérios do Justino – estudo sobre a ritualidade funerária em Xingó, Sergipe**. Canindé do São do Francisco: Museu de Arqueologia do Xingó, 2005.

PERCURSOS HISTÓRICOS DA ARQUEOLOGIA CLÁSSICA: UMA INTRODUÇÃO

Filipe N. Silva

I. INTRODUÇÃO

A partir de um breve cotejo bibliográfico selecionado em meio a uma ampla bibliografia especializada, este artigo tem dois objetivos principais: por um lado, pretende-se discorrer, ainda que de maneira breve e introdutória, sobre os percursos históricos concernentes à consolidação da Arqueologia Clássica enquanto área de pesquisa acerca da Antiguidade. Por outro lado, de maneira concomitante, tratamos do passado e do presente desta disciplina no Brasil e de sua relevância para o mundo contemporâneo.

Deve-se destacar que nossa proposta não é inédita, e que o público brasileiro já tem importantes publicações sobre este tema à sua disposição. Em *Arqueologia Clássica. O quotidiano de gregos e romanos* (2015), por exemplo, a trajetória histórica da disciplina é reconstituída desde os seus primórdios até os dias atuais. Também a coletânea *Os caminhos da Arqueologia Clássica no Brasil* (2013) constitui referência obrigatória sobre o tema, pois reúne testemunhos e experiências de estudiosas e estudiosos pioneiros, que há décadas têm lecionado, produzido e publicado, em âmbito nacional e estrangeiro, pesquisas sobre a Antiguidade Clássica a partir do estudo da cultura material. Longe de estarem esgotadas, entretanto, as discussões acerca dos aspectos políticos da disciplina ainda têm muito a nos ensinar sobre como os discursos sobre o passado (sejam eles da História ou da Arqueologia) são seletivos, arbitrários e, em alguns casos, até perniciosos (Cf. BERNAL, 1993; HINGLEY, 2010).

II. AS ORIGENS DA ARQUEOLOGIA CLÁSSICA

Conforme já apresentado nos estudos de Trigger (Cf. 2004, p. 35), Dyson (Cf. 2006, p. 01-08) e Funari (Cf. 2011, p. 212), o interesse pelos artefatos materiais produzidos pelas civilizações gregas e romanas antigas teria se iniciado entre aristocratas, nobres e até mesmo clérigos à época da Renascença. Além da arquitetura, também as antigas obras de arte encontraram boa reputação entre eruditos, colecionadores, viajantes e mercadores. De acordo com Trigger (Cf. 2004, p. 35-36), a crescente procura pelos antigos teria sido suscitada por interesses distintos e relacionados tanto à “necessidade” de fomentar o passado das cidades italianas (e sua cultura que, paulatinamente, secularizava-se), quanto pela simples “[...] busca de objetos de valor estético e comercial” (Cf. TRIGGER, 2004, p. 36). É nesse contexto que teriam surgido os primeiros antiquários.

Embora carregasse consigo raízes históricas mais antigas (Cf. MOMIGLIANO, 2004, p. 91), o antiquariato – nome dado à prática de recolhimento, estudo e colecionismo, por exemplo, de moedas, estátuas e manuscritos dos povos gregos e romanos antigos – foi amplamente difundido entre os círculos de nobreza europeus entre os séculos XVII e XVIII. De acordo com Rodrigues (Cf. 2011, p. 10), os antiquários contribuiriam de maneira fundamental para o desenvolvimento posterior da Arqueologia Clássica: em meio ao progressivo surgimento dos Estados-nacionais europeus, a busca pelo passado das nações tornou-se fundamental, e o estudo sistemático dos objetos antigos poderia cumprir essa tarefa de maneira exitosa. De maneira similar, o historiador italiano Arnaldo Momigliano constata que:

O antiquariato aparecia como um renascimento das antigas formas de vida: ajudava as nações a adquirirem autoconfiança ao redescobrir suas antigas tradições. Os imitadores de Biondo na Alemanha, na Espanha e na Inglaterra contribuíram para a formação do nacionalismo em seus respectivos países. (MOMIGLIANO, 2004, p. 107)

Para Schnapp (Cf. 2008, p. 398-405), a contribuição da investigação antiquária deve ser enaltecida, sobretudo se considerarmos que as publicações de manuais, catálogos de coleções e relatórios de escavações (elementos comuns à posterior Arqueologia Científica) teriam sido, em um primeiro momento, resultado desse tipo de pesquisa. Ademais, a pesquisa antiquária teria sido imprescindível à formação das coleções museais. Nesse sentido, Rodrigues (Cf. 2011,

p. 10-11) comenta que muitos objetos de posse particular, expostos nos gabinete de curiosidades de uns poucos nobres, passaram às coleções dos grandes museus da Europa: “É o caso, por exemplo, do Museu Britânico, fundado a partir da coleção particular de Hans Sloane, após a sua morte (1660-1753)” (Cf. RODRIGUES, 2011, p. 11).

Desde o início do século XVIII, com efeito, tornou-se usual, entre os jovens antiquários, a organização de viagens (*Grand Tour*) a sítios arqueológicos na Itália, sempre com o intuito de vislumbrar os grandes monumentos legados pelos romanos (Cf. DYSON, 2006, p. 5; FUNARI & GRILLO, 2015, p. 58). Ao passo que já eram realizados desenterramentos dessa cultura material, também a descoberta e paulatina escavação das (então desaparecidas) cidades romanas de Herculano e Pompeia intensificou ainda mais o interesse pelo mundo clássico nos países europeus (Cf. TRIGGER, 2004, p. 38; FUNARI & GRILLO, 2015, p. 58).

As obras de arte antiga, principalmente as esculturas, foram objeto de estudo minucioso daquele que é considerado um dos fundadores da História da Arte (e quiçá também da Arqueologia Clássica), Johann Joachim Winckelmann (1717-1768). Ao propor um modelo “evolutivo” para interpretar os estilos da escultura antiga, Winckelmann argumentava que o ápice da produção artística antiga teria ocorrido no período clássico da história da Grécia. Os períodos subsequentes (helenístico e romano) da arte antiga, na percepção do estudioso germânico, acarretariam certa decadência em relação à época anterior (Cf. DYSON, 2006, p. 4). As teorias apresentadas por Winckelmann distanciavam-se muito da compreensão que os antiquários franceses e italianos possuíam sobre a escultura antiga. Enquanto o antiquariato, ao menos em sua grande maioria, reiterava uma visão estática (e às vezes a-histórica) da Antiguidade, Winckelmann dedicou-se aos estilos, à evolução histórica apresentada pela estatuária. Sua grande contribuição, de acordo com Mattos (2009, p. 76), teria sido na organização cronológica das esculturas antigas a partir das possíveis variações estilísticas observáveis.

A institucionalização da Arqueologia Clássica ocorreu de maneira paulatina no limiar entre os séculos XVIII e XIX, e a primeira cátedra destinada à disciplina fora criada na Universidade de Kiel (Alemanha), em 1802 (Cf. FUNARI & GRILLO, 2016, p. 27). Juntamente com as primeiras cátedras dedicadas à Arqueologia Clássica, surgiram, também nessa época, institutos e escolas internacionais voltados aos estudos arqueológicos. De acordo com Dyson (Cf. 2006, p. 30), a derrocada da empreitada napoleônica teria reconfigurado o panorama das relações internacionais europeias e dado novas cores ao cenário internacional da Arqueologia. Os inte-

lectuais germânicos, em particular, teriam sido potencialmente beneficiados com as oportunidades oferecidas por Barthold Niebuhr (1776-1831), Christian von Bunsen (1791-1860) e outros estudiosos, pois muitos puderam se instalar em espaços acadêmicos voltados ao ensino, pesquisa e publicação de materiais relacionados à Arqueologia. Sob os auspícios de Eduard Gerhard (1795-1867) – pesquisador oriundo da Universidade von Humboldt – foi fundado o *Instituto di corrispondenza archeologica* no ano de 1829 (Cf. DYSON, 2006, p. 30-32). Sobre o *Instituto*, Funari & Grillo comentam:

Na realização de sua primeira sessão, ocorrida em 21 de Abril de 1829, dia do aniversário da fundação de Roma, o Instituto aprovou seu manifesto de associação, no qual se entendia como uma instituição internacional para dar conta e criar as ferramentas de investigação arqueológica. Nessa direção, o Instituto se encarregaria da tarefa de recompilar e difundir através de seus correspondentes os descobrimentos arqueológicos da Antiguidade Clássica, bem como estreitar os laços entre os estudiosos, gerando uma cooperação internacional por meio da criação de uma associação e da publicação de dois periódicos, o *Boletim* e os *Anais do Instituto de Correspondência Arqueológica* (FUNARI & GRILLO, 2016, p. 26).

Nas décadas seguintes à criação do *Instituto*, também os franceses fundaram sua Escola em Roma no ano de 1875, os americanos a Academia Americana em 1894 e os britânicos a Escola Britânica de Roma no ano de 1901, já no século XX (Cf. FUNARI & GRILLO, 2016, p. 59). Se, por um lado, a empreitada internacional significou a abertura da Arqueologia Clássica ao âmbito internacional, por outro lado, tem-se reconhecido que o surgimento da disciplina não pode ser dissociado de suas ambições, ora nacionalistas, ora imperialistas (Cf. FUNARI, 2011, p. 213-214; FUNARI & GRILLO, 2016, p. 59). Stephen Dyson (Cf. 2006, p. xiv) e Richard Hingley (Cf. 2010, p. 70), em seus respectivos estudos, demonstraram que muitas escavações (promovidas por franceses, italianos e britânicos), de sítios arqueológicos no norte da África no limiar entre os séculos XIX e XX – mas também à época do fascismo –, tinham por finalidade a busca de elementos históricos para “justificar” origens, supremacias e a própria manutenção do colonialismo europeu sobre esses territórios. Ainda que o colonialismo não faça mais parte do mundo contemporâneo, é notório que a Arqueologia, em seus variados discursos, carrega finalidades políticas específicas que são manifestadas de forma implícita ou explícita por seus

proponentes. Nesse sentido, para uma melhor compreensão dos seus propósitos, é salutar que exista (de maneira permanente) um entendimento pormenorizado sobre o contexto histórico e social do qual o conhecimento arqueológico é proveniente (Cf. TRIGGER, 2004, p. 131-142).

III. ARQUEOLOGIA CLÁSSICA E A UNIVERSIDADE NO BRASIL

Ainda à época da monarquia (século XIX), o Museu Nacional do Rio de Janeiro recebeu suas primeiras coleções de objetos gregos e romanos (Cf. FUNARI & GRILLO, 2016, p. 94). Fundado, inicialmente, como um museu de história natural, o então Museu Real, a princípio, objetivava explorar os temas da natureza brasileira, elemento que, supostamente, era a peculiaridade dessas terras. Nesse sentido, em um primeiro momento, às coleções auríferas e de diamantes era atribuído grande destaque por parte dos curadores do museu (Cf. SANTOS, 2000, p. 281).

Já a partir de 1826, no entanto, ocorreram modificações fundamentais na composição do seu acervo e de suas exposições. De acordo com Santos (Cf. 2000, p. 281-284), Pedro I teria adquirido a chamada *Coleção Fiengo*, que apresentava vasos antigos, artefatos funerários (múmias, sarcófagos e estelas) e também outros objetos que, juntos, compõem (até os dias atuais) um acervo respeitável de material egípcio, que se formou antes de 1844. Da Antiguidade Clássica, em particular, foi fundamental o material trazido por Tereza Cristina em 1853: aproximadamente 700 peças oriundas de sítios arqueológicos italianos (inclusive das cidades de Pompeia e Herculano), que também passariam a fazer parte do acervo do museu.

A ênfase no material de procedência europeia, em última instância, revelava o desejo explícito (por parte dos membros da corte imperial) de associar suas origens a um passado europeu, clássico. De maneira simultânea, buscava-se “[...] inserir o Brasil na tradição civilizatória que se consolidava na Europa” (Cf. SANTOS, 2000, p. 291). A proeminência da Antiguidade Clássica no Brasil também se fez sentir na educação desse período. É importante destacar que o ensino de latim e grego antigo fazia parte da proposta de ensino preconizada pelo currículo escolar humanístico. Este, por sua vez, seria base fundamental de uma formação moral e cultural que esteve em voga durante parte significativa dos séculos XIX e XX nos colégios brasileiros, e perdurou até a instauração do Regime Militar (Cf. BITTENCOURT, 2005, p. 77; FUNARI, 2010, p. 95).

No que concerne à pesquisa universitária voltada à Arqueologia, em geral, e à Arqueologia Clássica, especificamente, tem-se reconhecido que a fundação da Universidade de São Paulo, em 1934, teria contribuído de maneira decisiva (Cf. FUNARI & CARVALHO, 2012; FUNARI & GRILLO, 2016). Um dos seus fundadores teria sido o intelectual humanista Paulo Duarte (1899-1984), também fundador pioneiro do *Instituto de Pré-História* nesta mesma universidade. Já nesse período, Duarte, influenciado por Paul Rivet (1876-1958), destacava-se por sua defesa das populações indígenas do continente americano e também por projetos relacionados à preservação dos patrimônios nacionais e arqueológicos (Cf. FUNARI & CARVALHO, 2012, p. 90). Tal postura, entretanto, custou-lhe a própria permanência na Universidade, uma vez que sua aposentadoria compulsória foi decretada em 1969, à época do Regime Militar Brasileiro (Cf. FUNARI & CARVALHO, 2012).

Foi durante o período ditatorial (em Julho de 1964), aliás, que ocorreu a fundação do Museu de Arte e Arqueologia da USP. O Museu, à época, foi contemplado com doações de coleções em Arqueologia Clássica: da Itália teriam vindo 536 artefatos arqueológicos. De outros museus e coleções (inclusive privadas) internacionais também vieram importantes contribuições (Cf. FLEMING & FLORENZANO, 2011, p. 217-218). A proposta inicial do MAA, que em 1972 passaria a se chamar Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), consistia em articular pesquisas de heranças europeias (mediterrânicas), africanas e americanas das populações brasileiras. Para a divulgação das pesquisas produzidas nesta instituição, publicação da revista *Dédalo* compreendia materiais de História da Arte e Arqueologia (Cf. FLEMING & FLORENZANO, 2011, p. 217-219).

As pesquisas de Pós-Graduação voltadas à Arqueologia (Brasileira, Clássica e também do Oriente Médio), com efeito, permaneceram por algum tempo alojadas junto à Pós-Graduação em Antropologia (FFLCH-USP), que também preservava a coleção Plínio Ayrosa. Seria apenas em 2004 que a Pós-Graduação do MAE-USP conquistaria a sua autonomia institucional definitiva em relação à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP (Cf. FLEMING & FLORENZANO, 2011, p. 224). Se, por um lado, a Universidade de São Paulo foi pioneira e detentora das primeiras cadeiras universitárias brasileiras em Arqueologia Clássica, por outro lado é inegável que, atualmente, o cenário é outro. E pode-se mesmo afirmar que do Sul ao Norte do país, do Centro-Oeste ao Nordeste, há professore(as), pesquisadores(as) e estudantes de pós-graduação (inclusive em cursos de História) com formação e/ou complementação de seus estudos a partir da cultura material da Antiguidade Clássica.

Do ponto de vista da formação acadêmica, conforme é observável nos textos de Sarian (2013), Funari & Grillo (2016), é fundamental o diálogo (promovido no Brasil ou no exterior) com pesquisadoras e pesquisadores estrangeiros, que atuam em grandes centros internacionais de pesquisa sobre temas afins à Arqueologia Clássica. Esta característica, aliás, esteve presente na formação docente dos investigadores brasileiros desde o início da trajetória acadêmica no país. Dentre as principais vertentes que compõem o universo de investigações da Arqueologia Clássica brasileira, convém mencionar as abordagens tipológicas e/ou iconográficas da cerâmica clássica, a leitura e interpretação da epigrafia (Cf. **Imagem 01**) (monumental, popular e anfórica) latina, a numismática, o estudo do espaço e das cidades antigas, discussões teóricas acerca da pintura antiga, temas como escravidão, mulheres, gênero e sexualidade, economia antiga e abastecimento das províncias imperiais romanas, entre outros.



Imagem 1. Relevo com Epígrafe de Sentia Amarante. Emérita Augusta, Século II d.C.

(GUERRA, L.H. *Los Libertos de La Hispania Romana*. Salamanca: Ediciones Univ. Salamanca, 2013). Imagem Disponível em: Hispania Epigraphica.

Transcrição da Inscrição Epigráfica:

D(is) M(anibus) S(acrum)
Sent(iae) Amarantis
ann(orum) XLV Sent(ius)
Victor uxori
carissimae f(aciendum) c(uravit)
cun(cum) sua vix(it) ann(os) XVII

Tradução da Inscrição Epigráfica:

Consagrado aos Deuses Manes.

À Sentia Amarante, queridíssima esposa, de 45 anos.

Fez (este túmulo) Sêntio Victor, com quem viveu por 17 anos.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a sua fundação entre os séculos XVIII e XIX, os estudos clássicos (A História Antiga, a Arqueologia Clássica e também as Letras Clássicas) serviram a propósitos racistas e antisemitas (Cf. BERNAL, 1993), e ainda ajudaram a “justificar” e “legitimar” ocupações territoriais na África e na Ásia à época do neocolonialismo (Cf. DYSON, 2006; HINGLEY, 2010). No Brasil, à época do Regime Militar, a História Antiga foi ainda identificada “[...] no setor universitário, como controle ideológico e, assim, será identificada com a *Direita* política do país” (Cf. CARVALHO & FUNARI, 2007, p. 14). Ainda que, historicamente, a Antiguidade Clássica tenha sido um veículo das elites, nossa época (marcada por uma incipiente democratização do saber universitário a uma camada maior da população) tem apresentado caminhos bastante distintos, inclusive para o estudo da cultura material. Hodder (Cf. 1994, p. 176) e Funari (Cf. 2010, p. 105) argumentam que a Arqueologia universitária contemporânea – praticada no Brasil e mundo afora – tem sido um importante mecanismo de visibilidade social e histórica para grupos subalternos e marginalizados do presente e do passado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos seguintes professores: Vera Regina Toledo Camargo, Isabella Tardin Cardoso, Claudio Umpierre Carlan, Pedro Paulo Funari, José Remesal e Glaydson José da Silva. A responsabilidade pelas ideias apresentadas restringe-se ao autor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERNAL, M. **Atenea negra. Las raíces afroasiáticas de la civilización clásica**. Barcelona: Crítica, 1993.
- BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História. Fundamentos e Métodos**. São Paulo: Editora Cortez, 2005.
- CARVALHO, M.M; FUNARI, P.P.A. Os avanços da História Antiga no Brasil: algumas ponderações. In. **História**. v.26, n.01, 2007, pp. 14-19.
- DYSON, S.L. **In pursuit of ancient pasts. A History of Classical Archaeology in the Nineteenth and Twentieth Centuries**. New Haven & London: Yale University Press, 2006.
- FLEMING, M. I. D.; FLORENZANO, M. B. B. Trajetória e perspectivas do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (1964-2011). In. **Revista de Estudos Avançados**. 25 (73), 2011, pp. 217-228.
- FUNARI, P.P.A. A importância de uma abordagem crítica da História Antiga nos livros didáticos. In. **Revista História Hoje**. São Paulo, n. 4, 2004.
- _____. A History of Archaeology in Brazil. In. MURRAY, T; EVANS, C. (Eds). **Histories of Archaeology: a reader in the History of Archaeology**. Oxford: Oxford University Press, 2008, pp. 328-345.
- _____. **Arqueologia**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- _____. Arqueologia Clássica: Considerações Epistemológicas. In. FUNARI, P.P.A; CERQUEIRA, F.V; BRUNO, M.C.O. (Editores). **Arqueologia do Mediterrâneo Antigo**. Estudos em Homenagem a Haiganuch Sarian. Campo Grande: Life Editora; São Paulo: MAE/USP; FAPESP; SBEC, 2011, p. 213-217.
- _____. CARVALHO, A.V. Universidades, Arqueologia e Paulo Duarte. In. **R.Museu Arq.Etn**. n. 22. São Paulo, 2012, pp. 89-96.
- FUNARI, P.P.A; GRILLO, J.G.C. **Arqueologia Clássica. O cotidiano de Gregos e Romanos**. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

_____. CARVALHO, A.V. (Org.). **Os caminhos da Arqueologia Clássica no Brasil**. São Paulo: Editora Annablume, 2015.

GUERRA, L.H. **Los Libertos de La Hispania Romana**. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 2013.

HINGLEY, R. **Imperialismo Romano. Novas Perspectivas a partir da Bretanha**. São Paulo: Editora Annablume, 2010.

HODDER, I. **Interpretación en Arqueologia**. Barcelona: Crítica, 1994.

MATTOS, C.V. Winckelmann e o meio antiquário do seu tempo. In. **Revista de História da Arte e Arqueologia**. v. 09, n. 01. Campinas, 2009, pp. 69-80.

MOMIGLIANO, A. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru: Edusc, 2004.

RODRIGUES, G.B. **Arqueologia Bíblica: Um estudo de narrativas e discursos acerca de sua constituição como disciplina**. 2011. Dissertação (Mestrado), IFCH/Unicamp. Campinas, 2011.

SANTOS, M.S. Os museus brasileiros e a constituição do imaginário nacional. In. **Sociedade e Estado (UnB-Impresso)**. v. 15, n. 02. Brasília, 2000, pp. 271-302.

SARIAN, H. Os caminhos de uma arqueóloga clássica no Brasil. In. GRILLO, J.G.C; FUNARI, P.P.A; CARVALHO, A.V. (Orgs). **Os caminhos da Arqueologia Clássica no Brasil. Depoimentos**. São Paulo: Editora Annablume, 2013, pp. 09-17.

SCHNAPP, A. Between Antiquarians and Archaeologists – continuities and ruptures. In. MURRAY, T; EVANS, C. (Eds). **Histories of Archaeology: a reader in the History of Archaeology**. Oxford: Oxford University Press, 2008, pp. 392-405.

TRIGGER, B. G. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Odysseus, 2004.



Fotos: Parque Nacional da Serra da Capivara (FUMDHAM)
e do Museu do Homem Americano - São Raimundo Nonato - PIAUÍ

PARTE II

Patrimônio, Cultura e Divulgação

ARQUEOLOGIA E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: EMPODERAMENTOS E SABERES

*Camila Delmondes, Eliana Ferreira, Glória Tega, Maria Beatriz Rocha Ferreira, Marina Gomes,
Vera Regina e Toledo Camargo*

NUMISMÁTICA, ARQUEOLOGIA E O ACERVO DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL,
RIO DE JANEIRO

Cláudio Umpierre Carlan

ARQUEOLOGIA PRÉ-COLOMBIANA:
CONTEXTO BRASILEIRO E TRAJETÓRIA DA DISCIPLINA

Fernando Pesce

PRÁTICAS EDUCACIONAIS NOS MUSEUS DE ARQUEOLOGIA DO BRASIL: DIÁLOGOS COM
A ARQUEOLOGIA PÚBLICA E O “FAZER COM”

Cristiane Eugênia Amarante

EDUCAÇÃO POPULAR, PATRIMÔNIO CULTURAL E ARQUEOLOGIA: CONSIDERAÇÕES A
PARTIR DE DIÁLOGOS E PRÁTICAS DE SABERES
E FAZERES COMUNITÁRIOS

Elizabete Tamanini

A MULHER ORIGINAL: PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE A ARQUEÓLOGA NIËDE
GUIDON. SOBRE O DOCUMENTÁRIO

Cristiane Delfina

ARQUEOLOGIA PÚBLICA E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: APRESENTAÇÃO DE CONCEITOS
E DE AÇÕES DESENVOLVIDAS NO LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA PÚBLICA PAULO
DUARTE (LAP/NEPAM/UNICAMP)

*Frederic M. C. Pouget, Victor Henrique Menezes, Thiago do Amaral Biazotto, Gabriela Souza
Morais, Patrícia Pompeu, Ana Lúcia Marques Monteiro e Aline Vieira de Carvalho*

ARQUEOLOGIA E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: EMPODERAMENTOS E SABERES

Camila Delmondes

Eliana Ferreira

Glória Tega

Maria Beatriz Rocha Ferreira

Marina Gomes

Vera Regina Toledo Camargo

(autores em ordem alfabética)

I. TEMA CENTRAL

Compreender a Arqueologia como uma ciência social que estuda e investiga as sociedades humanas através de sua cultura material e imaterial, e as relações sociais estabelecidas, assim como as transformações ocorridas nessa comunidade, foi o ponto de partida para iniciar o projeto “Arqueologia e Divulgação Científica: Diálogos e Saberes”.

Arqueologia, numa imagem popular, é pensada como o estudo dos costumes de populações antepassadas, antiguidades que classificam tipos de cerâmicas, achados e escavações de cidades perdidas em busca de tesouros (Cf. MARTIN, 1972). Esses pensamentos são, muitas vezes, fortalecidos pelos filmes e seriados televisivos, e não retratam a arqueologia contemporânea. Na visão do autor, essa imagem precisa ser ressignificada, como direito ao conhecimento atualizado e também pelo fato das pesquisas serem subvencionadas pelos setor público e também privado.

A arqueologia estuda o comportamento humano, as mudanças culturais e contribui para a solução de problemas. E, portanto, está em contínua interação e atualização com outras ciências ou disciplinas acadêmicas, como antropologia, história, paleontologia, geografia, demografia, biologia, ecologia, entre outras. Nos Estados Unidos, é considerada uma subárea da

Antropologia, na Europa como disciplina ou subárea de outras áreas do conhecimento e, no Brasil, como uma das áreas das Ciências Humanas.

A partir de meados do século passado, houve uma profícua discussão teórica e metodológica da área (Cf. LEONE, 1980). Arqueólogos perceberam que tinham um modelo para explicar a história das culturas, mas não um modelo para explicar os processos de mudanças culturais num período longo do tempo, e nem para aplicar aos problemas contemporâneos da sociedade (Cf. MARTIN, 1980).

Os debates levaram à mudança de paradigma. As análises de sítios arqueológicos, documentos escritos, livros, mapas e fotografias, entre outras fontes, passaram a ser estudadas fundamentadas no pensamento indutivo e analítico, e contextualizadas em teorias e conceitos sobre cultura e sociedade (Cf. MARTIN, 1980). Ressaltamos que o conceito de cultura não é uniforme entre os cientistas sociais, pois está vinculado a diferentes linhas teóricas do pensamento para explicar o comportamento humano e, portanto, a interpretação cultural dos achados arqueológicos pode mudar, dependendo da linha de pesquisa do arqueólogo. E, portanto, a pesquisa arqueológica, como menciona Corrêa (2013, p. 26), “não se faz com base no passado, mas a partir da relação dialética entre passado/presente e sujeito/objeto, a interpretação do passado sempre ocorre em função do presente”.

Diante da diversidade teórica, metodológica e temas das tendências recentes em arqueologia, Funari (2013, p. 24) sugere assuntos de pesquisas para o leitor visualizar a área, a saber: “as ocupações humanas, as mais antiga arte rupestre, outros assuntos pré-históricos, a arqueologia histórica, a arqueologia clássica, a arqueologia subaquática e a arqueologia pública.” A arqueologia no Brasil recebeu influências teóricas e metodológicas advindas do exterior, entretanto a área estabeleceu-se de forma crítica e reflexiva direcionada aos contextos histórico-sócio-culturais do país. (Cf. CALIPPO, 2013).

II. DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Para que a ciência arqueológica possa ser compreendida e a informação de seus conteúdos difundida, é importante criar materiais e suportes acessíveis à sociedade como um todo, cha-

mados de educação não formal. Nesse cenário, entra a Divulgação Científica com ações de reconfirmação, isto é, utilizando recursos para que a linguagem especializada e codificada difundida entre os cientistas adquira outro formato, mais acessível para chegar até o público, e que possa colaborar com a educação não formal. A divulgação de determinada ciência deve ser difundida não apenas na mídia impressa (jornais, revistas e livros), mas também nos canais audiovisuais, nas mídias interativas e sociais e como material didático para serem disponibilizados. Lévy-Leblond enfatiza que:

o objetivo da divulgação científica não pode ser mais pensado em termos de transmissão do conhecimento dos especialistas para leigos, seu objetivo deve ser trabalhar para que todos os membros da nossa sociedade passem a ter uma melhor compreensão, não só dos resultados da pesquisa científica, mas da própria natureza da atividade científica. (LÉVY-LEBLOND, 2006, p. 43)

Nesse sentido, a aproximação dessas duas áreas é fundamental para a construção do conhecimento acerca da arqueologia.

III. O PROJETO

O objetivo desse projeto de divulgação científica foi o de apresentar ao público amplo as diferentes vertentes e práticas da ciência arqueológica, de forma a estimular a reflexão, a interação e a compreensão desta ciência; bem como incentivar a disseminação de informações científicas geradas pelos arqueólogos, e também, não menos importante, fornecer a eles subsídios que facilitem suas relações com os meios de comunicação de massa (Cf. DIAS et al., 2013).

Esse caminho foi desenvolvido através da construção de materiais e suportes metodológicos. A equipe responsável era constituída por profissionais de diferentes áreas, a saber: arqueólogos, antropólogos, comunicação, audiodescrição.

IV. OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROJETO

- Divulgar o conhecimento arqueológico e, mais especificamente, a arqueologia pública através das técnicas e materiais da Divulgação Científica;
- Estimular a disseminação, reflexão, crítica e interesse pelo conhecimento da arqueologia;
- Fornecer subsídios para o público ter acesso à informação arqueológica, aos processos de salvaguarda do patrimônio cultural.

V. DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

A ciência arqueológica ainda é pouco conhecida do público não acadêmico e, muitas vezes, confundida com outras áreas, como a Paleontologia ou a Geologia, para citar apenas duas delas. O linguista Carlos Vogt defende a divulgação científica como caminho para a “conquista” da ciência e tecnologia:

Como é possível realizar essa conquista sem estar envolvido diretamente no processo de produção, de difusão ou de ensino e aprendizagem da ciência? A resposta é “Pela divulgação científica”, isto é, pela participação ativa do cidadão nesse amplo e dinâmico processo cultural em que a ciência e a tecnologia entram cada vez mais em nosso cotidiano, da mesma forma que a ficção, a poesia e arte fazem parte do imaginário social e simbólico de nossa realidade e de nossos sonhos, multiplicando em nossa existência única, e provisória, a infinitude de vidas e vivências que vivemos sem jamais tê-las vivido. (VOGT, 2004, p. 41)

A dinâmica da chamada cultura científica poderia ser mais bem compreendida se a visualizássemos a *espiral da cultura científica*, conforme proposta de Carlos Vogt. A ideia é representá-la em duas dimensões evoluindo sobre dois eixos, um horizontal, o do tempo, e um vertical, o do espaço, e que pudéssemos estabelecer não apenas as categorias constitutivas, mas também os atores principais de cada um dos quadrantes que seu movimento vai, graficamente, desenhando e, conceitualmente, definindo:

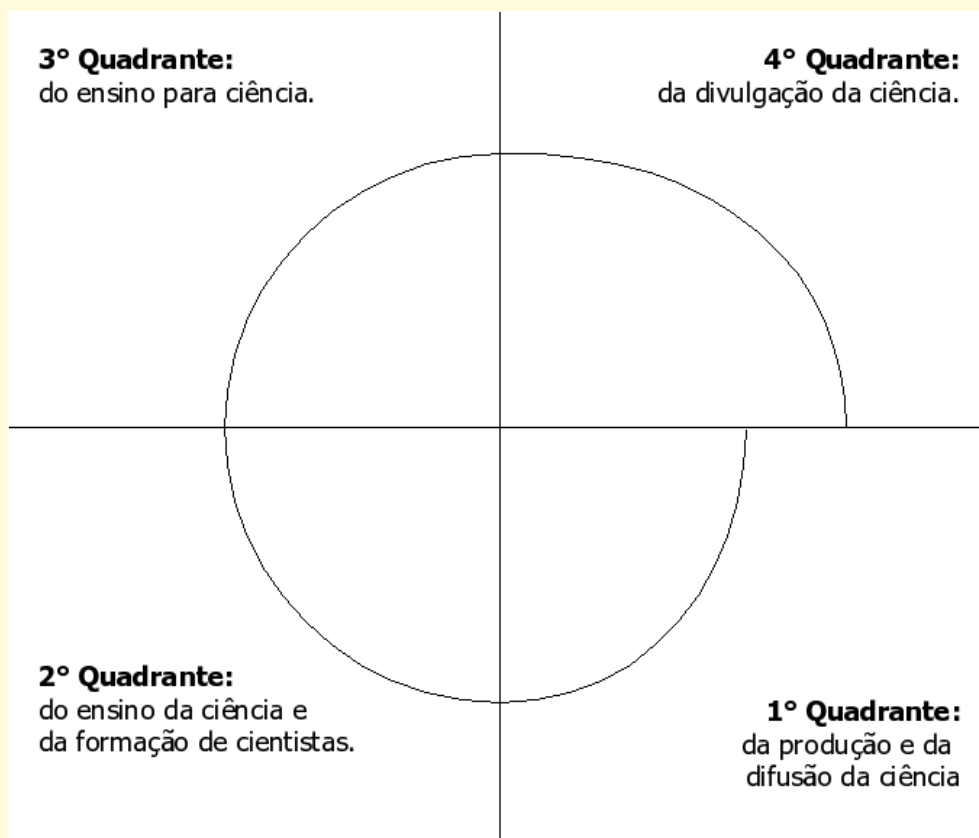


Figura 1: Espiral da Cultura Científica (Cf. VOGT, 2004).

Tomando-se como ponto de partida a dinâmica da **produção** e da circulação do conhecimento científico entre pares, isto é, da **difusão científica**, a espiral desenha, em sua evolução, um segundo quadrante, o do **ensino da ciência e da formação de cientistas**; caminha, então, para o terceiro quadrante e configura o conjunto de ações e predicados do **ensino para a ciência** e volta, no quarto quadrante, completando o ciclo, ao eixo de partida, para identificar aí as atividades próprias da **divulgação científica**.

Cada um desses quadrantes pode, além disso, caracterizar-se por um conjunto de elementos que, neles distribuídos, pela evolução da espiral, contribuem também para melhor entender a dinâmica do processo da cultura científica.

Assim, no primeiro quadrante, teríamos, como destinadores e destinatários da ciência, os próprios cientistas; no segundo, como destinadores, cientistas e professores e, como destinatá-

rios, os estudantes; no terceiro, cientistas, professores, diretores de museus, animadores culturais da ciência seriam os destinadores, sendo destinatários os estudantes e, mais amplamente, o público jovem; no quarto quadrante, jornalistas e cientistas seriam os destinadores, e os destinatários seriam constituídos pela sociedade em geral e, de modo mais específico, pela sociedade organizada em suas diferentes instituições, inclusive, e principalmente, as da sociedade civil, o que tornaria o cidadão o destinatário principal dessa interlocução da cultura científica. Ao mesmo tempo, teríamos outros atores distribuídos pelos quadrantes.

Assim, a título de ilustração, teríamos, no primeiro quadrante, com seus respectivos papéis, as universidades, os centros de pesquisa, os órgãos governamentais, as agências de fomento, os congressos, as revistas científicas; no segundo, acumulando funções, outra vez as universidades, o sistema de ensino fundamental e médio, o sistema de pós-graduação; no terceiro, os museus e as feiras de ciência; no quarto, as revistas de divulgação científica, as páginas e editoriais dos jornais voltadas ao tema, os programas de televisão etc.

Importa observar que, nessa forma de representação, a *espiral da cultura científica*, ao cumprir o ciclo de sua evolução, retornando ao eixo de partida, não regressa, contudo, ao mesmo ponto de início, mas a um ponto alargado de conhecimento e de participação da cidadania no processo dinâmico da ciência e de suas relações com a sociedade, abrindo-se com a sua chegada ao ponto de partida, em não havendo descontinuidade no processo, um novo ciclo de enriquecimento e de participação ativa dos atores em cada um dos momentos de sua evolução.

Como resultado desse movimento que a *espiral da cultura* representa, vale a pena registrar o nascimento de instituições voltadas às questões de ciência e tecnologia, que têm fortes componentes de participação da cidadania.

A divulgação científica propicia mudanças nas relações humanas e por conseguinte nas relações de poder. Um conhecimento científico, que estava somente vinculado a alguns grupos, como a academia e indústrias, passa a se expandir em outras esferas da sociedade e atingir um público diferente. E, conforme diz Elias (1999, p. 147), “as interdependências mudam, à medida que as sociedades se tornam cada vez mais diferenciadas e estratificadas”. A teoria desse autor está fundamentada numa lógica relacional, onde as pessoas orienam umas às outras, e constituem “teias de interdependência ou figurações, tais como famílias, escolas, cidades, estratos sociais ou estados” (ELIAS, 1999, p. 15).

De acordo com Wouters (2009), para que haja mudanças sociais, a interdependência dos grupos/instituições precisa crescer e se tornar razoavelmente estável para que possa ser estabelecida e se inter-relacionar com outras áreas da sociedade. A medida que mais grupos tenham acesso ao conhecimento científico, maior mobilização e fortalecimento dos grupos. A divulgação científica é um mecanismo poderoso para tal. A tomada de consciência do conhecimento advindo da arqueologia pública pode mobilizar grupos em busca de soluções dos problemas.

VI. ENFOQUE E METODOLOGIA DE ABORDAGEM

O projeto *Arqueologia e Divulgação Científica: Diálogos e Saberes* procura superar a falta de material adequado e tem como premissa produzir um material de Divulgação Científica a partir dos conceitos centrais da Arqueologia e com exemplos concretos resultantes da atuação dos órgãos envolvidos nesta proposta, como o Laboratório de Arqueologia Pública “Paulo Duarte”, do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais – NEPAM, criado em 2007, e o Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo Labjor, do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade Nudecri, criado em 1994; instituições especializadas nos dois aspectos centrais do projeto proposto, enfatizando os conceitos da Ciência Arqueológica e sua Divulgação Científica.

O processo de salvaguardar a memória e depois divulgá-la significa passar por várias etapas, tais como: selecionar, catalogar, categorizar e preparar o material para ser digitalizado e, depois, a arte final. Desse modo, os registros das informações, estão mais adequados à linguagem digital e à estrutura do portal. Essa interatividade é proporcionada através das mídias digitais e preparadas para a linguagem da cultura científica. Estes recursos são fundamentais para a conexão com o mundo, possibilitando a interatividade e o contato com outras pessoas, tornando-se uma ajuda importante para o conhecimento formal e informal (Cf. CAMARGO, 2002).

A produção coletiva de comunicação traz para um diálogo as várias vozes, quer do cientista, quer do jornalista, dos estudantes e sendo este também um dos focos da área da Divulgação Científica.

A temática foi produzir conteúdos acessíveis a qualquer pessoa e, para isso, utilizamos as mídias sociais como uma das possibilidades de pensar a interação e a disseminação da informa-

ção e o desenvolvimento de outros suportes. Apresentaremos, a seguir, os produtos desenvolvidos no projeto tais como:

a. A criação do logo



A partir de vários encontros e debates com alunos, professores e pesquisadores, foi criada uma identidade visual que pudesse dar as características do grupo de pesquisadores/alunos inseridos no projeto. Com a finalização do logo, todas as nossas correspondências e produtos circularam com a identidade visual do nosso grupo.

b. Vídeos

Os roteiros com os conteúdos dos quatro vídeos:

Vídeo I	Vídeo II	Vídeo III	Vídeo IV
PROSPECTAR: Descobrir a arqueologia	SONDAR: Arqueologia: Passado e presente	ESCAVAR: O Patrimônio Arqueológico	GERIR SER ARQUEÓLOGO: ser arqueólogo
<u>Conteúdo</u> Apresentar a arqueologia: com a trajetória histórica, técnicas e discussões.	<u>Conteúdo</u> Discutindo as Trajetórias e campos conceituais da Arqueologia	<u>Conteúdo</u> Objetivo é introduzir as Técnicas de investigação e imagens que ilustrem a arqueologia	<u>Conteúdo</u> Expor as atividades práticas, como o trabalho de campo, preparação e as peças de museu.

c. Redação do livro sobre Arqueologia para crianças:



d. Um Número temático sobre a Arqueologia na revista Ciência & Cultura:

É uma Publicação da **Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência**, *versão impressa* ISSN 0009-6725, que teve como objetivo atuar na difusão e divulgação científica e também no cenário das grandes questões culturais de nossa época, identificando tendências e abordando temas próprios do conhecimento e da dinâmica de suas transformações culturais, científicas e tecnológicas.

VII. PRINCIPAIS RESULTADOS, REFLEXÕES E CONCLUSÕES

O projeto de divulgação do conhecimento arqueológico objetivou a apresentação, veiculação e a divulgação científica e cultural para o público mais amplo da Arqueologia. Ficou evidente, através da pesquisa, que essa área de conhecimento ainda é pouco conhecida das pessoas e mesmo

entre o público culto ela costuma confundir-se com outras, como a Paleontologia ou a Geologia, para citar apenas duas delas.

Dentre as diversas opções de veículos e linguagens usadas para a produção do material de divulgação da arqueologia, compreendemos ser importante, inicialmente, uma análise dos meios de comunicação pertinentes ao tipo de conteúdo, e como estes meios poderão contribuir para a assimilação positiva das informações por parte do público que se pretende atingir. O que é importante salientar é que, independente do veículo utilizado, deve-se prezar pela qualidade do conteúdo produzido e da ética no processo de produção e a adequação da linguagem a cada um dos diferentes veículos.

A Arqueologia é um tema bem explorado pela linguagem audiovisual, especialmente temas divulgados em canais televisivos como Discovery Channel, National Geographic, documentários e filmes de ficção, assim como os magazines e fascículos vendidos em bancas de jornal sobre o tema.

O grande desafio que enfrentamos, como divulgadores científico, foi fazer chegar até o público um material em que se possa compreender a importância da Arqueologia praticada no Brasil, uma ciência plural e que pode mostrar que as populações mais antigas não são as mais importantes; que os vestígios monumentais do Egito não são os únicos que ajudaram a construir nossas culturas; que uma grande cidade urbanizada também pode abrigar sítios arqueológicos tão importantes quanto aqueles encontrados no meio da Floresta Amazônica; que os tesouros que estão no fundo do mar são tesouros científicos e que, enfim, a Arqueologia vista na imprensa não é mais o retrato de um museu de grandes novidades.

Para Lévy-Leblond, o cenário, hoje, evoluiu em relação ao passado uma vez que, agora, os cientistas pensam em divulgar ciências.

Os cientistas julgavam que deixar o laboratório para dirigir-se aos leigos equivalia a abandonar o dever, e transferiam a responsabilidade de compartilhar o conhecimento a “mandarins” acadêmicos aposentados e a profissionais da imprensa, embora depois se queixassem das consequências negativas de uma popularização imperfeita. Entretanto, essa nova postura não está isenta de ambiguidades. (Cf. LÉVY-LEBLOND, 2006. p. 31)

O projeto apontou que dessa relação direta entre cientista e público também pode surgir um problema: a falta de experiência do cientista em preparar o conteúdo a ser divulgado, não levando em conta o conhecimento do público leitor. Como normalmente o cientista circula sua

pesquisa entre pares que têm facilidade em compreender o linguajar científico, o cientista pode incorrer no erro de acreditar que os termos utilizados no seu dia a dia são compreendidos pelo público mais leigo sobre determinado assunto. E, com esse problema, pode não acontecer o processo de comunicação como deveria.

As indagações a seguir merecem reflexões: (i) temos uma sociedade científica preocupada em ampliar a divulgação científica para a comunidade e vê-la inserida numa verdadeira cultura científica ou é apenas um projeto de convencimento realizado pelos cientistas?; e (ii) o público em geral, aqueles cumpridores dos deveres como cidadãos brasileiros cobram resultados da sociedade científica, que é subvencionada com verbas públicas para realização das pesquisas? A citação de Lévy-Leblond traz uma reflexão inicial, mas precisamos avançar nas reivindicações populares:

A ciência sofre de uma grave perda de crédito, tanto no sentido literal como no figurado: enquanto o apoio político e econômico se reduz, sua reputação cultural está sendo atacada ou, no mínimo – e quem sabe até pior do que isso, esbarra em um crescente desinteresse. (LÉVY-LEBLOND, 2006. p. 30)

Temos muito que caminhar e acreditamos que uma equipe multidisciplinar pode colaborar para a eficácia da disseminação do conhecimento sobre a ciência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALIPPO, F. R. Estabelecendo diálogos entre o passado e o presente: reflexões sobre novas perspectivas na arqueologia brasileira. In. **Revista Ciência e Cultura**, 2013, p. 22.

CAMARGO, V. R. T. Estudo analisa divulgação científica na Internet. In. **Newsletter-Labjor**, Unicamp-Campinas, v. 1, n. 1-3, 2002.

CORREA, A. A. Longue durée: história indígena e arqueologia. In. **Revista Ciência e Cultura**, 2013, pp. 26-29.

DIAS, C.D., DELFINA, C., TEGA-CALIPPO, G., ROCHA FERREIRA, M.B., GUIMARÃES, M.C.F., CAMARGO, V.R.R. Divulgando a arqueologia: comunicando o conhecimento para a sociedade. In. **Revista Ciência e Cultura**, 2013, p. 48-52.

FUNARI, P. A. Arqueologia no Brasil e no mundo, origens, problemáticas e tendências. In. **Revista Ciência e Cultura**, 2013, p. 23-25.

LEONE, M.P. **Contemporary archaeology. A guide to theory and contributions**. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1980.

LÉVY-LEBLOND, J. M. **La Vitesse de l'ombre. Aux limites de la science – Science Ouvert**. Sewil, 2006.

MARTIN, P. S. The revolution in archaeology. In. LEONE, M.P. **Contemporary archaeology. A guide to theory and contributions**. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1980, pp. 5-13.

VOGT, C. **A cultura científica: ciência e percepção pública**. São Paulo: FAPESP, 2004.

WOUTERS, C. Mudanças nos regimes de costumes e emoções: da disciplinarização à informalização. In. **O controle das emoções**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

NUMISMÁTICA, ARQUEOLOGIA E O ACERVO DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, RIO DE JANEIRO

Cláudio Umpierre Carlan

I. INTRODUÇÃO

As moedas foram uma tentativa bem sucedida de organizar a comercialização de produtos e substituir a simples troca de mercadorias. Há divergências sobre qual povo foi o primeiro a utilizar a técnica da cunhagem pois, de acordo com alguns, a China utilizava peças cunhadas antes do século VII a.C., época que é creditado ao povo lídio esta realização. Durante muitos anos, a moeda possuía um valor real, dependia do metal de que era feita. Hoje, a maioria dos países do mundo usam moedas de valor nominal, pois seu valor não corresponde ao metal de que é produzida.

Na Antiguidade, sua função era bem diferente da dos nossos dias. Não visava apenas uma simples troca comercial. Na Grécia, por exemplo, seu poder era quase mágico, divino e representativo. Não apenas indicava alguma característica da cidade responsável pela sua cunhagem, mas uma forma de proteção. Por isso, a importância do local onde foi encontrada a documentação numismática, como edifícios, fontes de rios, pontes, estátuas, palácios, entre outros (Cf. FRÈRE, 1984, p. 34). Pois cada um destes locais pode influenciar as mais diferentes análises.

A numismática ligou-se ao estudo da História, sobretudo à História Política, ajudando a estabelecer a cronologia de reinados e a datar fatos importantes da política; à Economia, informando sobre o valor das moedas dentro dos diferentes sistemas monetários, sobre desvalorizações e período de crise, sobre os comportamentos em relação à moeda, permitindo examinar, no passado, a aplicação das leis econômicas; à Arqueologia, contribuindo para auxiliar a datação de estratos e sítios arqueológicos; e à História da Arte, permitindo, através de seus tipos, uma aná-

lise da evolução dos estilos e o reconhecimento de obras desaparecidas ou conhecidas somente por meio de textos literários (Cf. CARLAN, FUNARI, 2013, p. 16).

O primeiro colecionador de moedas conhecido foi o poeta italiano Francesco Petrarca, no século XIV. Ele aproximou-se da numismática com espírito crítico, antes mesmo de o assunto tornar-se uma disciplina respeitável. Todo numismata, ao começar uma coleção, deve ter um objetivo traçado. Com Petrarca não foi diferente.

Seu objetivo era conhecer a história de cada povo. Petrarca demonstrou também como a numismática pode se tornar uma paixão contagiosa. Em 1390, coube a ele, de maneira indireta, a cunhagem de moedas comemorativas pela libertação da cidade de Pádua, pelo Visconde Francisco II de Carrara.

Com a formação das coleções particulares no século XVIII, elas vão sendo ampliadas durante boa parte do século XIX. Muitos desses colecionadores, ou seus familiares, doaram essas coleções para museus estatais. Como ocorreu na Grécia, quando o ex-primeiro ministro Konstantinos Mitsotakis, doou para o Estado sua importante coleção minoica.

Esse também é caso da famosa coleção Vess, que foi dividida entre os membros da família, perdendo assim a visão inicial do colecionista.

Algumas coleções importantes dos séculos XIX e XX permanecem completa, como a Phillips, em Washington desde 1921, e a Freer, que se converteu em uma parte importantes do Museu Smithsonian.

II. OS GABINETES NUMISMÁTICOS: MOEDAS E ARQUEOLOGIA

A numismática não trabalha apenas nos museus. Ela parte de um interesse mais amplo, colaborando com diversas disciplinas, auxiliando nas mais variadas pesquisas, tanto arqueológicas, quanto relacionadas com a Antiguidade Clássica. Trata-se de um veículo de mensagens, arte, magias e superstições. Ideia defendida por Eckhel, no século XVIII, considerado por muitos como fundador da numismática como ciência.

Joseph Hilarius Eckhel, nasceu em Enzesfeld, localizado na Áustria Meridional, no ano de 1737. Seu pai era administrador do príncipe de Montecuccoli, um nobre austríaco de origem

italiana. Teve uma forte formação jesuíta, entrando para ordem em 1764. Enviado para Itália, em Florença começou a estudar e analisar o tesouro numismático do cardeal Leopoldo de Médici. Dedicando-se exclusivamente ao estudo das moedas. Retornando a Viena, em 1775, assume a direção do Gabinete Numismático Imperial, sendo nomeado professor da cátedra de Antiguidade e de ciências auxiliares da História da Universidade de Viena. Nesse mesmo ano, publica o seu primeiro trabalho numismático *Numi veteres anecdotiv*, em dois volumes.

Eckhel utilizou um novo critério para organização dos acervos numismáticos antigos. Não em ordem alfabética, como era o costume do período, mas sim em dois departamentos distintos: moedas gregas, cunhadas em cidades gregas ou sobre sua influência. Nesse caso, são adicionadas regiões da Península Ibérica, Ásia e África. Seguindo uma subdivisão geográfica, baseada pelo contato dessas civilizações com o Mediterrâneo. E moedas romanas, cunhadas sobre a autoridade de Roma, em todo o Império, seguindo uma ordem cronológica.

Ainda na década de 1770, escreveu sua segunda obra, *Catalogus Musei Caesariensis*, sobre a coleção do Gabinete Numismático da Áustria Imperial, tendo como base o seu novo método. Sua obra mais importante, *Doctrina numorum veterum*, Doutrina das Moedas Antigas, escrita entre os anos de 1792 – 1798, em oito volumes, serviu de modelo para a organização dos gabinetes numismáticos europeus e americanos.

Sendo a moeda um objeto fabricado pela mão do homem, o metal utilizado para fabricação das peças, como também as gravuras e legendas, traz à luz a História Política e das Artes. Já a circulação monetária, auxiliada por um trabalho metodológico de conhecimento das técnicas de análise, são de ajuda fundamental para o estudo da História Econômica.

Nas amoedações mais antigas seu trabalho chega a ser artesanal. Certas emissões possuem características próprias. Uma mesma série (variantes) pode aparentar diferenças voluntárias ou involuntárias (Cf. CORVISIER, 1997, p. 162) incidentes das batidas. Esses incidentes são conhecidos por que na época da cunhagem a peça escapava do controle dos artesãos. Pode-se dizer que a pancada do martelo foi fraca na tentativa de reduplicar a moeda, ou até mesmo o desinteresse dos responsáveis, pois poderiam estar precisando que aquela peça entrasse logo em circulação.

Nesse sentido, as amoedações emitiam mensagens do poder de um soberano. Pelo metal precioso, ou não, em que estava lavrada, ela veiculava também a ideologia comum a uma civilização, nesse caso a cristã ocidental ou a orientação política de um governante. As suas legendas, tipos, refletiam a estrutura mental de um povo ou de vários povos, como também retratavam o fato vivido.



Foto: Cláudio Umpierre Carlan, Acervo do Museu Histórico nacional. Rio de Janeiro, abril de 1999. Descrição da Moeda: ANVERSO: DN CONSTAN-TIVS PF AVG – busto de Constâncio II, diademado à direita. Nessas cunhagens, *centenional*, imperador é representado com manto, globo na mão direita. Globo, símbolo da perfeição e do poder imperial, legitima s. Centenional, eram moedas de bronze cunhadas por Constantino I, o grande, pai de Constâncio II, a partir do ano de 330, pesando aproximadamente 4 gramas. Essa denominação foi dada no século XIX. O nome original dessa cunhagem ainda é desconhecida. **REVERSO: FEL TEMP REPARATIO** – Imperador como legionário, com uniforme militar pisando em dois prisioneiros germânicos, amarrados e indefesos. No lábaro, o cristograma PX, iniciais da palavra Cristo, em grego. Constâncio era cristão ariano, reforçou a sua religião nas cunhagens. Simbologia cristã surge nas moedas a partir de seu pai, Constantino I, o grande. No exergo ou linha de terra, SNN referente à casa monetária de Nicomédia. Peso: 9,78 g; diâmetro 2,02 mm; alto reverso 6 horas.

Para Pastoureau, a “escrita circular”, as legendas monetárias são pouco estudadas. Elas foram vistas e manuseadas por indivíduos das mais variadas condições sociais (Cf. PASTOUREAU, 1988, p. 125). Mas o texto, mesmo tocado pelas pessoas, não significa que foi lido. O autor pretender dar uma maior importância às inscrições do que o tipo da moeda, representado no reverso; no qual estaria localizado o maior número de informações em um pequeno espaço.

Essas legendas eram abreviaturas em latim, relacionadas às imagens de anverso e reverso. Ocorrendo, assim, a união escrita/imagem. O receptor daquela peça saberia identificar o seu governante, suas mensagens simbólicas. Existiam todas as espécies de signos, figuras geométricas, signo de pontuação, astros, animais, vegetais, brasões, que levavam uma mensagem governante/governado, ao vasto mundo romano.

A moeda mostra-se uma excelente fonte, pois, a partir de sua análise, encontramos diversos aspectos que abrangem a série na sua totalidade. Ou seja, aspectos políticos, estatais, jurí-

dicos, religiosos, econômicos, mitológicos, estéticos. Podendo informar sobre os mais variados retrospecto de uma sociedade. Ela testemunha determinadas relações culturais importante para o historiador. Mas, tampouco, podemos esquecer que a moeda como documento não é reflexo de um simples aquecimento econômico, e sim trata-se de outro acontecimento paralelo. Uma materialidade, constituída por camadas sedimentares de interpretações: “o documento, é assim, pensado arqueologicamente como monumento” (JENKINS, 2001, p. 11).

Donis Dondis afirma que, para os analfabetos, a linguagem falada, a imagem e o símbolo continuam sendo os principais meios de comunicação. E dentre eles apenas o visual pode ser mantido em qualquer circunstância prática.

[...] isso é tão verdadeiro como tem sido ao longo da história. Na Idade Média e no Renascimento, o artista servia à Igreja como propagandista...O comunicador visual tem servido ao imperador e ao comissário do povo...a comunicação pictórica dirigida aos grupos de baixo índice de alfabetização, se pretende ser eficaz, deve ser simples e realista [...]. (DONDIS, 1997, p. 184)

Pascal Arnaud destaca que nas moedas da Antiguidade Clássica, em particular durante os séculos IV e V, são comuns, no anverso, a cabeça ou busto do imperador virem cingida por um diadema com o aspecto de simples fita de pérolas com duas ou três pontas (Cf. ARNAUD, s/d, p. 195). Trata-se de uma mensagem simbólica específica, cujo significado é o de designar a pessoa do governante.

III. MUSEU HISTÓRICO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

O Museu, em si, é uma instituição permanente sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento e aberto ao público, que adquire, conserva, pesquisa e exhibe para finalidades do estudo, da educação e da apreciação, evidência material dos povos e seu ambiente. Essa definição foi dada pelo Conselho Internacional de Museus, o ICOM, na Assembleia Geral de Copenhague, em 1972. Usando-a, podemos incluir em sua abrangência máxima os jardins botânicos, zoológicos, aquários, planetários, parques nacionais e outras instituições.

São instituições especializadas e, por isso, necessitam de mão-de-obra qualificada, como museólogos, restauradores e outros profissionais, capazes de manter a conservação do acervo. O museu é dirigido, em geral, por um curador, que tem uma equipe de funcionários que cuidam dos objetos e arranjam sua exposição. Muitos associaram-se aos institutos de pesquisa, que são envolvidos frequentemente com os estudos relacionados aos artigos do seu acervo.

A construção das nações, desde o século XIX, até o início do XX, baseava-se num processo de expansão e unificação nacional. Essa construção político-social, geográfica e econômica, articulava-se à reestruturação ritual e simbólica da nação para a qual intelectuais, artistas e produtores culturais foram cooptados (Cf. CHAGAS, GODOY, 1995, p. 36). Essa simbologia passava, por exemplo, através da criação de bandeiras, hinos, selos e outros. Através da arquitetura, pintura, escultura, música, medalhística e literatura, a nação vai sendo construída simbolicamente.

Os museus nacionais têm origem na segunda metade do século XVIII (Britânico em 1753 e o Louvre em 1793). No século XIX, ocorre uma multiplicação, com nomes e modelos bem diversificados. Podemos citar: Museu Nacional (Brasil 1818), Museu Nacional da Colômbia (1823), Galeria Nacional de Londres (1824), Museu Nacional do México (1825). Em alguns, o termo “nacional”, é substituído pelo nome do país, como o *Deutsches Museum*, na Alemanha.

Segundo Hobsbawm, se houve um momento em que o princípio da nacionalidade do século XIX triunfou, esse foi ao final da Primeira Guerra Mundial (Cf. HOBBSAWM, 1990, p. 159). Exatamente nesse momento, iniciavam-se os preparativos para a comemoração dos 100 anos de independência, e o Brasil necessitava de um museu que indicasse a trajetória da nação no tempo, destacando os traços da História Nacional.

O Museu Histórico Nacional (MHN) foi criado pelo decreto número 15596, de 02 de agosto de 1922, pelo então presidente da República, Epitácio Pessoa (1919-1922), com a função de museu voltado para a História do Brasil. Iniciou as suas atividades no dia 11 de outubro daquele mesmo ano, integrado à Exposição Internacional comemorativa do Centenário da Independência do Brasil, instalado em duas galerias nas dependências do antigo Arsenal de Guerra.

A política de aquisição trazia para o museu insígnias militares, religiosas e nobiliárquicas que, reunidas, retratavam a glória do passado, a nobreza do povo brasileiro, as forças emergentes da nação. Retornando, ao público, bens culturais até então dispersos, em outros órgãos institucionais, ou pouco valorizados (Cf. CHAGAS, GODOY, 1995, p. 39). Podemos citar como

exemplo a coleção de numismática que se encontrava na Biblioteca Nacional, desde o final do século XIX.

Hoje, o MHN ocupa todo o conjunto arquitetônico da antiga ponta do Calabouço, constituindo-se como um dos mais importantes museus históricos do Brasil e em expressivo centro gerador de conhecimento. Abrigou o primeiro curso de Museologia do país, mantendo-se até aos nossos dias como referência para a constituição de importantes museus brasileiros.

O conjunto distribui-se em uma área de 20.000 m². Da primitiva Fortaleza de Santiago e da Prisão do Calabouço, restam apenas as fundações. Subsistem até aos nossos dias o edifício da Casa do Trem (totalmente recuperado na década de 1990), o do Arsenal de Guerra, onde se destaca o imponente Pátio de Minerva, e o Pavilhão da Exposição de 1922, atualmente ocupado pela Biblioteca.

IV. A COLEÇÃO DE NUMISMÁTICA

No Brasil, o processo de formação das grandes coleções de moedas foi semelhante ao europeu, embora mais tardio. Os primeiros fundos foram também constituídos por governantes, a família de Orleans e Bragança, mecenas e eruditos.

A monarquia brasileira, mais tarde o Estado Republicano no início do século XX, preocupava-se em proporcionar ao povo o acesso à cultura através da criação e do fomento a instituições culturais, visando à formação de uma consciência nacional por meio do resgate dos acontecimentos do passado.

Existem coleções de moedas espalhadas por vários museus do Brasil (Cf. VIEIRA, 1995, p. 98). Algumas dessas coleções foram adquiridas pelos governos estaduais, como por exemplo a de Bernardo d'Azevedo da Silva Ramos (Amazonas); a da Viscondessa de Cavalcanti, Amélia Machado Coelho de Castro (museu Procópio Mariano em Juiz de Fora); e a coleção Sertório, no Museu Paulista, entre outras. Mas nossa pesquisa ficou restrita ao Museu Histórico Nacional, e à formação do seu acervo na Biblioteca Nacional.

Não se pode falar sobre a coleção numismática do MHN, sem mencionar o fundo reunido antes na Biblioteca Nacional, que serviu de base.

Criada em 1810, durante a regência de D. João, a Biblioteca Nacional havia inaugurado em 1880, sob a direção de Ramiz Galvão, uma ofensiva para reunir uma coleção de moedas e medalhas, sobretudo brasileiras, que se encontravam em caráter transitório no Museu Nacional.

O primeiro lote de peças, composto por 406 moedas e 6 medalhas, foi doado à biblioteca em setembro de 1880. Nos anos seguintes, o acervo continuou a crescer, por meio de compras ou doações. Como, por exemplo, a doação da coleção do comendador Antonio Pedro de Andrade, compreendia 13.941 moedas e medalhas, entre outros núcleos expressivos; 4.559 moedas e 2.054 medalhas portuguesas; e 4.420 moedas da Antiguidade.

O comendador Antônio Pedro foi o maior doador individual da coleção numismática da Biblioteca Nacional / MHN (Cf. VIEIRA, 1995, p. 100). Nascido em Funchal, Ilha da Madeira, em 1839, emigrou para o Brasil com 16 anos. Trabalhou como jornalista no Correio Mercantil, e no Jornal do Comércio. Como bancário, no Banco Comercial do Rio de Janeiro, do qual foi gerente, diretor e por fim presidente (Cf. DUMANS, 1940, p. 216). Seus núcleos mais orgânicos, distribuem-se entre moedas de Portugal e colônias (4.599); romanas e bizantinas (4.420 peças); moedas brasileiras (2.337 peças); medalhas portuguesas (1.101 peças) e brasileiras (950 peças).

É, também, possível que alguns exemplares sejam precedentes das coleções da família imperial, legadas pelo imperador D. Pedro II, constituída desde o Primeiro Reinado e composta de 1.593 moedas e 545 medalhas, por ele doadas ao Museu Nacional em 1891 e incorporadas pela Biblioteca Nacional em 1896.

No termo de abertura do Primeiro Livro de Registro da Biblioteca Nacional, assinado pelo chefe da 3ª Seção de Numismática, Aurélio Lopes, iniciada em 30 de setembro de 1895, lê-se que:

...Do inventário geral das coleções da Seção, iniciado em primeiro de outubro de 1894, e finalizado em setembro de 1895, sendo diretor da Biblioteca o Dr. Raul d'Ávila Pompeo, constava até essa última data a existência de 22.863 peças numismáticas: moedas, medalhas... inclusive papel moeda. (DIVISÃO DE CONTROLE DE PATRIMÔNIO/MHN, processo 3/documento 1).

Esse número já englobava as 13.741 moedas e medalhas da coleção do Museu Nacional, segundo relação manuscrita de Gustavo Barroso (1888 – 1959), existente no departamento de Numismática.

Em 1922, quando o Museu Histórico Nacional foi criado, o decreto que o instituiu também determinou que o acervo numismático existente na Biblioteca Nacional – assim como em outras instituições, como o Arquivo Nacional e a Casa da Moeda – fosse para ali transferido. No momento em que se efetivou a cessão, a coleção total ultrapassava as 48 mil peças. Hoje ela chega a 130 mil.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As moedas configuravam significados e mensagens do emissor (imperador, membros de sua família ou pessoas que circulavam próximas ao poder) para seus governados. Continham símbolos que deveriam ser entendidos ou decifrados pelo receptor. Como os símbolos urbanos, que representavam a cidade ou algum habitante importante, ou as insígnias dos imperadores romanos que vão reaparecer durante a Idade Média, no governo de Frederico II (1194 – 1250), imperador do Santo Império Romano-Germânico. Gustavo Barroso, em seu discurso em 15 de junho de 1929, afirma

A numismática ou ciência das medalhas e moedas, tem merecido de todos os países uma proteção especial. Nas nações europeias ela constiui a preocupação de muitos sábios. Raros ignoram a importância que se dá em França ao famoso *Cabinet des Médailles*, carinhosamente fundado por Luis XIV, e o valor extraordinário das coleções reais da Itália, que dão ensejo a publicações de inestimável preço... (BARROSO *apud* DUMANS, 1940, p. 216)

Não podemos esquecer que a numismática deve ser definida como uma disciplina científica pois, através dela, podem ser estudados muitos aspectos de uma determinada sociedade (Cf. FRÉRE, 1984, p. 11).

As moedas, medalhas e sinetes são documentos de alta valia para os estudos arqueológicos e históricos, prestando serviço à egiptologia, assiriologia, à história das civilizações da Hélade, do Latium, da Etrúria, da Judeia, da Síria, da Armênia (Cf. VIEIRA, 1995, p. 105).

Através desses documentos, é possível estabelecer não apenas datações precisas, mas escrever a história do poder temporal dos papas, reis, imperadores, de todos aqueles que circundam a orla do poder.

Hoje em dia, ela é considerada uma unidade representativa de valor, aceita como instrumento de troca. É parte integrante da sociedade, controla, interage e participa dela, independentemente da cultura. O desenvolvimento e a ampliação das bases comerciais fizeram do dinheiro uma necessidade. Sejam quais forem os meios de troca, sempre se tenta basear em um valor qualquer para avaliar outro. Em épocas de escassez de meio circulante, a sociedade procura formas de contornar o problema, o importante é não perder o poder de troca e compra. Podem substituir o dinheiro governamental: cupons, passes, recibos, cheques, vales, notas comerciais entre outros.

A necessidade de guardar as moedas em segurança deu surgimento aos bancos. Os negociantes de ouro e prata, por terem cofres e guardas a seu serviço, passaram a aceitar a responsabilidade de cuidar do dinheiro de seus clientes e a dar recibos escritos das quantias guardadas.

Mesmo com a influência capitalista, a moeda ainda guarda o seu valor de propaganda e legitimação. Como nas cunhagens de Franco, em prata, 1966; ou o dólar de prata sobre a conquista do espaço, entre outras.



Foto: Cláudio Umpierre Carlan, coleção particular. Moeda de prata, Cem pessesas, cunhada no ano de 1966, em comemoração ao aniversário de governo, do Ditador Francisco Franco. No anverso, busto de Franco, na legenda identificando como “protetor da Espanha”, por escolha divina. Mesmo discursos utilizados pelos reis sumerianos Há mais de 3 mil anos, de um suposto direito divino ao trono ou ao governo. No reverso, as representações simbólicas das comunidades autônomas: Catalunha, Navarra, Leão e Castela. O mesmo brasão presente na camisa da Seleção Espanhola. Mesmo o século XX, a moeda aparece sendo utilizada como um elemento legitimador do poder central, nesse caso, autoritário.

Não podemos esquecer que a história deve sempre procurar explorar o seu objeto a partir da análise dos diferentes elementos nela intervenientes, aberta a uma nova linguagem, às novas interrogações que cada época faz ao passado:

Engajar-se no presente, dar ouvidos a todos os seus rumores – numa palavra, viver – exige que o historiador se mantenha informado sobre o que descobre e se transforma no campo das ciências vizinhas. A história se enfraqueceria isolando-se. (Cf. DUBY: 1986, p. 190)

Umberto Eco, em sua obra *Tratado Geral de Semiótica*, explica que é na própria estrutura do código, onde a semiótica propõe o problema do estudo da configuração sintática do código como nascente de uma informação *sínica* (Cf. ECO, 1980, p. 194). Estes conjuntos de objetos, no caso as moedas e seus símbolos, produzidos pela ação do homem e mediante ordem de alguém, *o emissor*, devem ser entendidos pelo destinatário, *o receptor*, como uma expressão de um dado conteúdo. Podendo ser por uma correlação antes codificada, em outras peças chamadas de *variantes*, ou por causa de uma possível correlação direta por parte deste *receptor*.

Chartier destaca a importância da interpretação dessa simbologia, chamada por ele de “*signos do poder*”:

Daí a necessidade de constituir séries homogêneas desses *signos do poder*: sejam as insígnias que distinguem o soberano dos outros homens (coroas, ceptros, vestes, selos, etc.), os *monumentos* que, ao identificarem o rei, identificam também o Estado, até mesmo a nação (as moedas, as armas, as cores), ou os programas que têm por objetivo representar simbolicamente o poder do Estado... (CHARTIER, 1990, p. 220)

Ao possuidor de uma determinada espécie monetária estranha, esta falava-lhe pelo metal, nobre ou não, em que era cunhada, pelo tipo e pela legenda. O primeiro informava-o sobre riqueza de um reino e os outros dois elementos diziam-lhes algo sobre a arte, ou seja, o maior ou menor aperfeiçoamento técnico usado no fabrico do numerário circulante, sobre o poder emissor e, sobretudo, sobre a ideologia político-religiosa que lhe dava o corpo. É dentro deste último aspecto que devemos explorar a fonte numismática.

AGRADECIMENTOS

Ao amigo e colega Paulo Abreu Funari, pela oportunidade de trocarmos ideias; a Margarida Maria de Carvalho, André Leonardo Chevitarese, Maria Beatriz Florenzano, Ciro Flamarion Santana Cardoso (*in memoriam*), Paula Aranha; ao apoio institucional do Museu Histórico Nacional, UNIFAL-MG, CAPES, CNPq e FAPEMIG. A responsabilidade pelas ideias restringe-se ao autor.

FONTES NUMISMÁTICAS

Moeda do Imperador Constâncio II. Rio de Janeiro: acervo do Museu Histórico Nacional, Medalheiro de Número 3; Lote Número: 11, Lâminas de Números: 2 e lote 16 número 5;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANAIIS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. VOLUMES 1 / 27. Rio de Janeiro, 1940 / 1995.

ARNAUD, Pascal. **Le Commentaire de Documents en Histoire Ancienne**. Paris: Belin Sup, S/D.

CARLAN, C.; FUNARI, P. P. A. **Moeda: a numismática e o estudo da História**. São Paulo: Annablume, 2013.

CHAGAS, Mario de Souza. GODOY, Solange de Sampaio. Tradição e Ruptura no Museu Histórico Nacional. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 27, Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1995.

CHARTIE, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CORVISIER, Jean Nicolas. **Sources et Méthodes en Histoire Ancienne**. pr. editons. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

DONDIS, Donis A. **Sintaxe da Linguagem Visual**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

DUBY, Georges. **Idade Média, Idade dos Homens: do amor e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 190.

DUMANS, Adolfo. O Museu Histórico Nacional através dos seus 19 anos de existência. In. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 1. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional / Imprensa Nacional, 1940.

ECO, Umberto. **Tratado Geral de Semiótica**. Tradução Antônio de Pádua Danesi e Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 1980.

FRÈRE, Hubert. **Numismática. Uma Introdução aos Métodos e a Classificação**. Tradução e Adaptação: Alain Costilhes e Maria Beatriz Florenzano. São Paulo: Sociedade Numismática Brasileira, 1984.

HOBSBAWM, E. J. **Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

JENKINS, Keith. **A História Repensada**. Tradução Mário Vilela. Revisão Técnica Margareth Rago. São Paulo: Contexto, 2001.

MATTINGLY, H. (Ed.). **The Roman Imperial Coinage**. V. VI, VII, VIII. London: Spink and Sons Ltda, 1983.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. Relatórios anuais de 1934, 1960, 1966 e 1967. texto datilografado.

PASTOUREAU, Michel. **Coleurs, images, symboles. Études d'Histoire et d'Anthropologie**. Paris: Léopard d'Or, 1988.

VIEIRA, Rejane Maria Lobo. Uma grande coleção de moedas no Museu Histórico Nacional?. In. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 27. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1995.

ARQUEOLOGIA PRÉ-COLOMBIANA: CONTEXTO BRASILEIRO E TRAJETÓRIA DA DISCIPLINA

Fernando Pesce

I. A ARQUEOLOGIA PRÉ-COLOMBIANA NO BRASIL

Tratar da Arqueologia Pré-colombiana é uma tarefa hercúlea. O termo remete às pesquisas arqueológicas ligadas aos povos originários do continente americano. Sendo assim, incorpora centenas (se não milhares) de povos distintos que habitavam, e cujos descendentes ainda habitam, uma área de mais de 42 mil km², dispersos sobre o território atual de 35 países além de 18 dependências, resquícios do passado colonial e de migrações ainda mais antigas, como o caso da Groenlândia.

No Brasil, as pesquisas sobre o tema estão centradas em duas regiões particulares: a Mesoamérica (área cultural que se estende da Nicarágua, a leste até o estado mexicano de Michoacán, a oeste) e os Andes Centrais. A tradição de pesquisas sistemáticas na academia brasileira acerca desses temas é recente, e remonta à trajetória de jovens pesquisadores que, há pouco menos de vinte anos, buscaram se inserir em um campo já consolidado a nível internacional. Contudo, existe um precedente a essa leva de pesquisadores que merece reconhecimento. O trabalho pioneiro de Franz Joseph Hochleitner (1916-2017), austríaco naturalizado brasileiro, arqueoastrônomo, professor e fundador do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal de Juiz de Fora. Hochleitner foi autor de diversos artigos sobre arqueoastronomia maia e, por muitas vezes, esquecido entre os americanistas brasileiros.

No início da década passada, Funari (2000) ressaltava o número reduzido de arqueólogos no Brasil (cerca de 300) e apenas um único curso a nível de graduação. A formação do profissional da área dá-se de duas formas: a majoritária, em programas de pós-graduação que incluem

a Arqueologia em outras disciplinas como a História, a Antropologia ou outras ciências; e de forma minoritária, em programas de pós-graduação específicos. Ao passo que a expansão das universidades federais, em particular as da região Nordeste, aumentou a oferta de cursos de graduação nos últimos anos, a comunidade de arqueólogos pré-colombianos ainda é muito reduzida em comparação a outras áreas como a Arqueologia Clássica ou Pré-Histórica, e concentra-se no eixo São Paulo-Campinas.

Da nova leva de pesquisadores que concluíram seus doutorados em meados dos anos 2000, todos realizaram parte de suas formações em instituições estrangeiras, em universidades alemãs, inglesas ou mexicanas. Isso demonstra a busca pela internacionalização do campo no Brasil, a criação de laços com acadêmicos estrangeiros e o esforço dos profissionais brasileiros em integrar suas pesquisas a centros de excelência.

Soma-se, a isso, a criação do Centro de Estudos Mesoamericanos e Andinos da Universidade de São Paulo, em 2000, por alunos de pós-graduação em História e Arqueologia da mesma universidade. Este centro estabeleceu-se como local de congregação de pesquisadores brasileiros e estrangeiros; promove, através de seus eventos e grupos de estudo, um canal de diálogo e fomento a pesquisas, sempre de caráter interdisciplinar, com o objetivo de incentivar o crescimento da área no Brasil.

A Arqueologia Pré-colombiana, apesar das particularidades de cada país, acompanhou o desenvolvimento e a criação da ciência arqueológica moderna. A colonização, aliada a atuação de instituições estrangeiras, introduziu muito cedo, nos circuitos internacionais, o interesse pelas antiguidades do continente americano. Como demonstramos a seguir.

II. TRAJETÓRIA DA ARQUEOLOGIA PRÉ-COLOMBIANA

Assim como em outras partes do mundo, existia, entre os povos originários do continente americano, a consciência de culturas predecessoras. A relação dos povos indígenas com as ruínas, e a prática de recuperar objetos, é conhecida a partir de muitos contextos arqueológicos e históricos. Thomas Jefferson, pioneiro da arqueologia na América do Norte e terceiro presidente dos Estados Unidos, menciona a importância dos montículos para os povos nativos da Virgínia,

onde realizou escavações em 1784 (Cf. JEFFERSON, 1787 *apud* ATALAY, 2006). Ainda na América do Norte, em sítios iroqueses do século XV e XVI, foram encontradas pontas de projéteis, ferramentas de cobre e cachimbos de pedra que datam de milhares de anos antes. Não se sabe ao certo qual eram os motivos e usos que os Iroqueses faziam desses materiais, mas entende-se que, assim como em outras culturas, esses artefatos eram acreditados como de origem sobrenatural e imbuídos de propriedades mágicas (Cf. TRIGGER, 2004).

Para Trigger (2004), esses usos e reusos de objetos do passado, por grupos tradicionais, não pode ser caracterizado como uma atividade arqueológica, pois diluiria o significado da palavra além de seus limites de utilidade. Contudo, se consideramos a Arqueologia a partir de um espectro mais amplo, como uma prática na qual restos físicos do passado são reinterpretados por sociedades posteriores, transformando o espaço social e físico do presente, como o faz Byron Hamann (2002), estaríamos diante de diversos exemplos de uma arqueologia indígena nas Américas.

Entre os povos da Mesoamérica, objetos de jade olmeca eram muito apreciados por povos posteriores. As pedras verdes eram trabalhadas pelos Olmecas da costa do Golfo do México já em 1000 a.C. Pesquisas arqueológicas apontam seu uso por culturas posteriores, em oferendas na região de Veracruz e entre os Maias dos chamados período Clássico (200 d.C. – 900 d.C.) e Pós-Clássico (900 d.C. – 1521 d.C.). Por sua vez, os astecas realizaram peregrinações cerimoniais ao já abandonado sítio de Teotihuacán em busca de artefatos que depois eram ressignificados a partir de suas próprias crenças, muitos dos quais foram encontrados em oferendas no Templo Maior de Mexico-Tenochtitlán (Cf. UMBERGER, 1987; LÓPEZ LUJÁN, 1989). Hamann (2002) observa que, na arqueologia asteca, assim como No caso mixteco de Chachoapan, a relação dessas sociedades com as antigas ruínas e artefatos de culturas predecessoras estava associada não só a preceitos religiosos, mas também reforçavam a hierarquia social das elites como mediadoras entre os humanos e deuses dentro dessas cosmologias.

Afora desta prática que poderíamos classificar como arqueologia indígena, com a chegada dos europeus no continente americano, trazendo consigo guerra, epidemias e a sujeição dos povos nativos, o foco da percepção histórica mudou. Entre os séculos XVI e XVII, a principal questão de cronistas e exploradores do Novo Mundo era relativa à origem e à identidade dos indígenas do continente. Diversas crônicas desse período atestam que, para os europeus colonizadores, os povos originários da América seriam descendentes das tribos perdidas de Israel, cartagineses, *vikings* ou oriundos do continente perdido de Atlântida (Cf. WILLEY, SABLOFF,

1993; BERNAL, 1980). Ao passo que muitas dessas especulações têm origem na exegese bíblica e em autores da antiguidade clássica (como Platão e Plínio, o Velho), Trigger (2004) observa que a maioria delas refletia as pretensões dos diversos grupos de colonizadores de explorar os territórios e escravizar os indígenas. Ademais, os dois séculos que seguiram à chegada dos europeus à América trouxeram grande perseguição e destruição de monumentos arqueológicos, manuscritos e símbolos das religiões indígenas com a finalidade de extirpá-los.

Visões caracterizadas como degeneracionistas, que viam as culturas originárias da América como pervertidas ou, de maneira mais naturalística, nas quais o clima do Novo Mundo explicava a inferioridade indígena, qualificam diversas proposições que os europeus e colonos tinham dos indígenas do presente em relação ao passado arqueológico do continente americano entre os séculos XVII e século XIX (Cf. TRIGGER, 2004). Talvez o exemplo mais representativo dessa tendência seja a discussão em torno dos construtores de montículos da região do Mississippi e Ohio nos Estados Unidos. Viajantes, eruditos e a população em geral (branca) não podiam conceber que os povos nativos da América do Norte, ou seus antepassados diretos, fossem capazes de construir tais monumentos. Soma-se, a isso, a intensão de criar um passado heroico, digno da emergente nação estadunidense, que rivalizasse com a antiguidade clássica observada nos países europeus. Como resultado, surgem diversas hipóteses e mitos sobre sua edificação por uma raça ancestral perdida, povos mediterrâneos ou por migrações de toltecas do centro do México (Cf. WILLEY, SABLOFF, 1993).

Willey e Sabloff (1993) resumizam esse primeiro momento da arqueologia americana (1492 – 1840) como de caráter especulativo e dividido em três fases. A primeira delas ocupa os séculos XVI e XVII, composta pela obra de cronistas, em especial àqueles do mundo hispano-americano. Compreendem as primeiras notícias sobre os povos nativos, suas práticas cotidianas e relatos sobre as ruínas de algumas cidades. Como o mal afamado frade Diego de Landa (1986), responsável pela destruição de inúmeros manuscritos indígenas em Maní, que relatou e produziu desenhos de edifícios de Chichén Itzá em sua *Relación de las cosas de Yucatan* (Relação das coisas de Iucatã, 1560). Uma segunda tendência, que tem início no século XVIII e se fortalece no XIX, são os relatos de viajantes e exploradores estrangeiros nas Américas, em uma abordagem mais próxima das Ciências Naturais, onde grande parte das informações recolhidas sobre as ruínas era um subproduto de suas observações; como a obra do naturalista alemão Alexandre von Humboldt (1810).

Por último, os autores destacam a atuação de alguns personagens chave (e.g. Thomas Jefferson e Caleb Atwater) como os primeiros intentos de se conhecer o passado através da arqueologia, assim como o uso de métodos de escavação com certo rigor stratigráfico, pouco usual nesses tempos. Do mesmo modo, práticas arqueológicas, no sentido moderno do termo, não estavam limitadas ao mundo anglo-americano. Don Carlos de Sigüenza y Góngora, verdadeiro homem renascentista da Nova Espanha, foi o primeiro a realizar investigações arqueológicas em Teotihuacán, por volta de 1675, com a intenção de demonstrar a construção das ruínas pelos antigos habitantes do território (Cf. SCHAVÉLZON, 1983).

Os habitantes do Novo Mundo não estavam alheios às mudanças de mentalidade produzidas pela ilustração europeia, assim como às descobertas arqueológicas do velho continente. O impacto das escavações em Pompeia e Herculano, que a partir de 1738 foram alvo de desenterramentos sistemáticos em busca de estruturas arquitetônicas e objetos valor estético, fez crescer o interesse pela antiguidade clássica na Europa (Cf. GRILLO, FUANARI, 2015). Segundo Leonardo López Luján (2016), apesar dos esforços em manter um controle sobre as informações arqueológicas dos sítios por parte de Carlos III de Espanha, notícias e descrições não autorizadas das ruínas circularam na imprensa de Florença, Paris e Londres. Uma década depois, observa-se na Nova Espanha a publicação de duas cartas apócrifas que relatam as novidades arqueológicas vindas da Europa. Do mesmo modo, algumas cópias dos volumes da *Le Antichità di Ercolano esposte* (As antiguidades de Herculano expostas, 1757-1792) chegaram ao continente americano, aliadas às ordens reais vindas da Espanha para que produzissem descrições de ruínas e coleta de objetos, impulsionaram a produção de diversos reconhecimentos de sítios arqueológicos na América Espanhola.

No Vice-Reino do Peru, os oficiais da marinha espanhola Juan Jorge e Antonio de Ulloa acompanharam a expedição francesa de Charles Marie La Condamine de 1735, para medir o meridiano terrestre, com base em Quito. Ao regressarem na Espanha, ambos publicaram, em 1748, uma relação de sua viagem nos moldes da história natural, onde incluíram descrições de ruínas pré-hispânicas, lâminas com planos de edifícios e objetos encontrados em enterramentos. Antonio de Ulloa seria também um dos fundadores do Real Gabinete de História Natural em 1752 (Cabello Carro, 2012). Influenciado pelas escavações dos sítios sepultados pelo Vesúvio, está o trabalho do bispo Martínez Compañón que, entre 1781 e 1789, publicou os nove volumes da obra *Trujillo del Peru* (Trujillo do Peru), com todo um volume voltado para a descrição de

sítios e artefatos arqueológicos. Martínez Compañón incluiu planos, mapas e representações de enterros e objetos entre as mais de 100 ilustrações que acompanham apenas o volume arqueológico (Cf. PILLSBURY, TREVER, 2008).

Contemporâneo aos intentos descritivos ocorridos no Peru, observa-se, no Vice-Reino da Nova Espanha e na Guatemala, diversos relatos e informes das ruínas de Xochicalco, Tajín e Palenque (Cf. MOCTEZUMA, 2002). Este último sítio foi alvo de sucessivas explorações entre 1784 e 1786, acompanhadas de descrições de edifícios, medições e representações das esculturas em baixo-relevo, além do envio de fragmentos e objetos de Palenque à Espanha. No final do século XVII, impulsionado pelo desejo de “dar algumas luzes a literatura antiquaria, que tanto se fomenta em outros países” e pelo impacto das descobertas de Pompeia e Herculano, Antonio de León y Gama realizou o que é considerado o primeiro estudo científico moderno sobre esculturas astecas, ao buscar interpretar os monólitos de Coatlicue e da Pedra do Sol, recuperados na praça central da Cidade do México em 1790 (Cf. LEÓN Y GAMA, 1792; POHL, LYONS, 2016).

Se, por um lado, o despacho de objetos ao Real Gabinete denota a dependência dos antiquários na maior confiabilidade de pedras e inscrições sobre o registro textual; por outro, a reprodução de edifícios e objetos em imagens, moldes ou mesmo o transporte de fragmentos ou peças inteiras revela a preocupação dos mesmos com a integridade das ruínas diante das ameaças de destruição por forças da natureza, vandalismo e ignorância (Cf. PODGORNÝ, 2007).

Durante o século XIX a arqueologia pré-colombiana seguiu em voga nos Estados Unidos. O contínuo debate em torno dos construtores de montículos foi fomentado pela atuação de sociedades científicas, a maior institucionalização da disciplina com a criação de museus e o financiamento governamental. A partir da segunda metade deste século até as primeiras duas décadas do século XX, observa-se o crescimento da ciência como um todo e a rápida expansão das universidades. O crescimento do número de publicações nas áreas de Antropologia e Arqueologia, a formação de sociedades profissionais e a fundação de importantes museus como o *Smithsonian Institution* (1846) e o *Peabody Museum* da Universidade de Harvard (1866) (Cf. WILLEY, SABLOFF, 1993).

Novas ideias vindas da Europa também influenciaram a prática arqueológica nas Américas. Os avanços no campo da geologia, com a publicação de *Principles of Geology* (Princípios de Geologia, 1830-1833), do inglês Charles Lyell, assim como a obra de Charles Darwin, *A origem das espécies*, de 1859, colaboraram para o avanço de uma arqueologia científica, centrada em

conceitos de evolução cultural e preocupada com métodos de controle (ainda que relativo) cronológico (Cf. TRIGGER, 2004).

Na América Latina como um todo, este século foi marcado pelas independências e formação dos estados nacionais. Neste contexto, a prática arqueológica dos séculos XIX e início do XX pode ser compreendida dentro de projetos nacionalistas, que voltavam sua atenção para as grandes civilizações do passado (Cf. TRIGGER, 2004). Promoviam a unidade nacional por meio de uma identidade compartilhada que, na maioria das vezes, valia-se do passado indígena (tido como glorioso) em detrimento dos povos nativos do presente, desconectados desse passado e, sob uma visão racista, considerados inferiores e incivilizados. Na Guatemala, observa-se um dos primeiros projetos nacionalistas ligados à arqueologia. Em 1834, o governo federal ordenou a exploração das ruínas de Copán (atual Honduras), Iximché e Utatlán como parte de um programa mais amplo que incluía a criação de um atlas geográfico. Segundo Oswaldo Chinchilla Mazariegos (2012) esses esforços tinham por objetivo prover o estado nascente de profundidade histórica e forma geográfica. Contudo, a atuação de viajantes e exploradores estrangeiros caracteriza a maior parte dos escritos arqueológicos deste século na América Latina.

As viagens de John Lloyd Stephens ([1841] 2008) e Frederick Catherwood pelo México e América Central são um marco nesse período. Amplamente difundidos, os relatos de Stephens serviram como modelo para os viajantes que seguiram, assim como influenciaram a busca por ruínas de grandes civilizações na América (Cf. WILLEY, SABLOFF, 1993). No Peru, destaca-se o trabalho de Mariano Eduardo de Rivero y Ustariz, naturalista que publicou obra de circulação internacional e iniciou o que depois se tornaria o primeiro Museu de História Natural em 1836 (Cf. TANTALEÁN, 2014). Ainda nesse período, leis de proteção ao patrimônio começam a ser editadas pela América Latina, em vista do grande extravio de objetos pré-hispânicos que viriam a formar coleções na Europa e Estados Unidos. Com a maior profissionalização da disciplina nas duas regiões hegemônicas, a arqueologia na América Latina foi não só influenciada, mas também foco de estudo de pesquisadores estrangeiros. Apenas na Guatemala, o *Peabody Museum* realizou doze expedições entre 1887 e 1915, enquanto que o *Carnegie Institution of Washington* efetuou mais de 50 temporadas de escavações entre 1915 e 1958 (Cf. GUITIÉRREZ MENDOZA, 1996).

De modo geral, a arqueologia latino-americana do século XX seguiu as mudanças intelectuais observadas na academia norte-americana. Ao passo que a história intelectual de cada

país apresenta particularidades, nos reservamos a observar as mudanças teóricas desde uma perspectiva mais ampla, porém sem desconsiderar a ativa participação de arqueólogos latino-americanos na construção de teorias e métodos próprios.

O evolucionismo foi sucedido por explicações difusionistas como força motriz das mudanças culturais. A partir da década de 1910, as ideias do antropólogo alemão Franz Boas, que se opunha ao evolucionismo e defendia o relativismo cultural e o particularismo histórico, se popularizaram nos Estados Unidos (Cf. TRIGGER, 2004). A arqueologia histórico-cultural na América foi responsável por organizar o registro material em sequências temporais e espaciais, de modo a documentar a variação cultural que se refletiu na divisão do continente em grandes áreas culturais (Cf. WILLEY, SABLOFF, 1993; POLITIS, 2003; GÁNDARA, 2012).

Boas, junto de Georges Engerrand e Eduard Seler, fez parte da criação da *Escuela Internacional de Arqueología y Etnología* em 1911 no México, que disseminou a arqueologia histórico-cultural e novos métodos de escavação com maior controle estratigráfico (Cf. BERNAL, 1980). Enquanto que, no Peru, o primeiro expoente do difusionismo foi o arqueólogo Julio C. Tello, que contava com grande apoio governamental e buscou construir uma identidade nacional não só nos círculos acadêmicos, mas também através da fundação de museus. A atuação de arqueólogos norte-americanos no país viria a fortalecer essa posição teórica na década de 1940 (Cf. TANTALEÁN, 2014). O paradigma histórico cultural continua forte na arqueologia latino-americana ainda hoje, em parte por sua estabilidade epistemológica, mas também por dotar os estudiosos de uma ferramenta descritiva, capaz de organizar e sintetizar o registro arqueológico (Cf. POLITIS, 2003).

Já na década de 1950 a arqueologia na América do Norte começa a apresentar novas tendências, como a crescente valorização da ecologia e dos padrões de assentamento como evidência de um novo interesse pelo processo cultural (Cf. TRIGGER, 2004). Funari (2010) sintetiza a arqueologia processual como:

a apresentação e formulação de princípios relativos a processos culturais, visando à compreensão do comportamento humano em geral, tornou-se, em particular nos estudos da *New Archaeology*, uma proposta arqueológica-antropológica que se opunha à mera tentativa de recuperação do passado (FUNARI, 2010, p.17)

Estudos dedicados a padrões de assentamento foram particularmente importantes na arqueologia pré-colombiana. Já em 1957, Gordon Willey publicou a primeira monografia que tratava do tema no Vale Virú, noroeste do Peru (Cf. WILLEY, SABLOFF, 1993). No México, destacamos dois importantes projetos realizados na década de 1960: o *Teotihuacan Mapping Project* sob a direção de René Millon (1973) e o *Teotihuacan Valley Project*, conduzido por William Sanders (1964), dentro de uma perspectiva da ecologia cultural.

Ainda nos anos de 1960, observa-se o desenvolvimento de um corpo teórico particular denominado “Arqueologia Social Latino-Americana”. Inspirado pelo pensamento marxista dos anos 1930, teóricos do continente como José Carlos Mariátegui e, em especial, o trabalho do arqueólogo V. Gordon Childe, que promovia a perspectiva materialista na disciplina arqueológica, em detrimento da associação da arqueologia com o imperialismo, a disciplina militar e um *ethos* das classes altas. Na América Latina, acadêmicos de língua espanhola como Luis Lumbreras (Peru), Mario Sanoja e Iraida Vargas (Venezuela) e Luis Felipe Bate (Chile) postulavam uma visão da arqueologia dentro dos preceitos do materialismo histórico, bem como o alinhamento da disciplina às preocupações das pessoas comuns e a luta por igualdade social. Em tempos recentes, há um interesse renovado no estudo da Arqueologia Social Latino-Americana e sua história, por seu importante papel em definir uma tradição teórica autônoma no continente (Cf. LUMBRERAS, 1974; FUNARI, ZARANKIN, STOVEL, 2009).

Atualmente, o desenvolvimento de paradigmas pós-processuais incorporaram à disciplina a subjetividade de pesquisadores e de indivíduos alvos de observação, do mesmo modo que a discussão crítica desafia a existência de uma arqueologia objetiva e científica (Cf. FUNARI, ZARANKIN, STOVEL, 2009). Com isso, ampliaram-se a natureza das pesquisas desenvolvidas. O estudo simbólico de artefatos, tema comum dentro deste paradigma, já fazia parte do repertório dos arqueólogos dedicados as culturas pré-colombianas, e passaram a incorporar outras perspectivas em suas análises. Tópicos deixados à margem pela arqueologia processual foram retomados com vigor. Entre eles podemos destacar as questões de gênero e poder (Cf. JOYCE, 2000); a construção de identidades (Cf. STOVEL, 2010); ideologia e poder (Cf. DEMARRAIS et al., 1996); a materialidade (Cf. ACUTO, 2010), para citar algumas questões dentre tantas. Isso, sem dúvida, reflete um esforço dos arqueólogos do continente para trazer as questões mais atuais para o campo, bem como a característica internacional e consolidada da temática pré-colombiana no meio acadêmico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Pedro Paulo Funari, Daniela La Chioma Villalva, Filipe Silva e Daniel Grecco Pacheco. A responsabilidade pelas ideias restringe-se ao autor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACUTO, Félix A. The Materiality of Inka Domination: Landscape, Spectacle, Memory, and Ancestors. In. **Global Archaeological Theory**. New York: Springer, 2010.

ATALAY, Sonya. Indigenous Archaeology as Decolonizing Practice. In. **The American Indian Quarterly**, v. 30, n. 3&4, 2006.

BERNAL, Ignacio. **A History of Mexican Archaeology**. New York: Thames and Hudson, 1980.

CABELLO CARRO, Paz. La Arqueología Ilustrada en el Nuevo Mundo. In. **De Pompeya al Nuevo Mundo: la corona española y la arqueología en el siglo XVIII**. Madri: Real Academia de la Historia, 2012.

CHINCHILLA MAZARIEGOS, Oswaldo. Archaeology in Guatemala: Nationalist, Colonialist, Imperialist. In. **The Oxford Handbook of Mesoamerican Archaeology**. London: Oxford University Press, 2012.

DEMARRAIS, Elizabeth; CASTILLO, Luis Jaime; EARLE, Timothy. Ideology, Materialization, and Power Strategies. In. **Current Anthropology**, Chicago, v. 37, n. 1, 1996.

FUNARI, Pedro Paulo A. Como se tornar arqueólogo no Brasil. In. **Revista USP**, n. 44, 2000, pp. 74-85.

_____. **Arqueologia**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2010

_____; ZARANKIN, Andrés; STOVEL, Emily. South American Archaeology. **The Oxford Handbook of Archaeology**. London: Oxford University Press, 2009

GRILLO, José Geraldo Costa; FUNARI, Pedro Paulo A. **Arqueologia Clássica: o cotidiano de gregos e romanos**. Curitiba: Editora Prismas, 2015

GUTIERREZ MENDOZA, Edgar S. **Posiciones teoricas en la arqueologia de Guatemala**. Cidade da Guatemala: Univ. de San Carlos de Guatemala, 1996

HAMANN, Byron E. The Social Life of Pre-Sunrise Things: Indigenous Mesoamerican Archaeology. In. **Current Anthropology**. Chicago, v. 43, n. 3, 2002.

HUMBOLDT, Alexander von. **Vues des cordillères, et monumens des peuples indigènes de l'Amérique**. Paris: Chez F. Schoell, 1810.

JOYCE, Rosemary. **Gender and Power in Prehispanic Mesoamerica**. Austin: University of Texas Press, 2000.

LANDA, Diego de. **Relacion de las cosas de Yucatan**. 13ª ed. México: Editorial Porrúa, 1986.

LEON Y GAMA, Antonio de. **Descripcion histórica y cronológica de las dos piedras que con ocasion del nuevo empedrado que se está formando en la plaza principal de México, se hallaron en ella en el año de 1790**. México: Imprenta de Don Felipe de Zúñiga y Ontiveros, 1792.

LÓPEZ LUJÁN, Leonardo. **La recuperación mexicana del pasado teotihuacano**. Cidade do México: Asociación de Amigos del Templo Mayor/ INAH/ García Valadés, 1989.

_____. Alia Herculanea: Pre-Hispanic Sites and Antiquities in Late Bourbon New Spain. In. J. M. Pohl; C. L. Lyons (Ed.) **Altera Roma: Art and Empire from Mérida to Mexico**. Los Angeles: The Cotsen Institute of Archaeology Press, 2016.

LUMBRERAS, Luis G. **La Arqueología como ciencia social**. Peru: Histar, 1974.

MATOS MOCTEZUMA, Eduardo. La arqueología y la ilustración (1750-1810). In. **Arqueología Mexicana**, v. 9, n. 53, 2002.

MILLON, René. (Ed.). **Urbanization at Teotihuacan, Mexico**. Austin e London: University of Texas Press, 1973.

PILLSBURY, Joanne; TREVER, Lisa. The king, the bishop, and the creation of an American Antiquity. In. *Ñawpa Pacha*, n. 29, Institute of Andean Studies, 2008.

PODGORNY, Irina. The reliability of the ruins. In. **Journal of Spanish Cultural Studies**, v. 8, n. 2, 2007.

POHL, John M.; LYONS, Claire L. Introduction. In. J. M. Pohl; C. L. Lyons (Ed.) **Altera Roma: Art and Empire from Mérida to Mexico**. Los Angeles: The Cotsen Institute of Archaeology Press, 2016.

POLITIS, Gustavo G. The Theoretical Landscape and the Methodological Development of Archaeology in latin America. In. **American Antiquity**, v. 68, n. 2, 2003.

SANDERS, William. **The Teotihuacan Valley Project: the final progress report**. Pennsylvania State University, 1964.

SCHÁVELZON, Daniel. La primera excavación arqueológica de América: Teotihuacan em 1675. In. **Anales de Antropología**, México, vol. 20, n. 1, 1983, pp. 121-134.

STEPHENS, John Lloyd. **Incidents of Travel in Central America, Chiapas, and Yucatan**. Vol. I e II. Nova Iorque: Cosimo, 2008.

STOVEL, Emily M. The Archaeology of identity construction: ceramic evidence from Northern Chile. In. **Global Archaeological Theory**. New York: Springer, 2010.

TANTALEÁN, Henry. **Peruvian Archaeology: A Critical History**. Walnut Creek: Left Coast Press, 2014.

TRIGGER, Bruce G. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

UMBERGER, Emily. Antiques, Revivals, and References to the past in Aztec Art. In. **RES: Anthropology and Aesthetics**, n. 13, 1987, pp. 62-105.

WILLEY, Gordon R.; SABLOFF, Jeremy A. **A History of American Archaeology**. 3. Ed. London: Thames and Hudson, 1993.

PRÁTICAS EDUCACIONAIS NOS MUSEUS DE ARQUEOLOGIA DO BRASIL: DIÁLOGOS COM A ARQUEOLOGIA PÚBLICA E O “FAZER COM”

Cristiane Eugênia Amarante

I. APRESENTAÇÃO

As ações educativas desenvolvidas nos museus de Arqueologia no Brasil possuem forte influência das correntes educacionais que consideram a construção do conhecimento e a importância social da prática pedagógica como sendo essenciais para a elaboração de saberes. Essas ideias vêm ao encontro das premissas da Arqueologia Pública em que o “fazer com” se sobressai ao “fazer para”, e em que o público é convidado a ser coautor das pesquisas arqueológicas e o papel social do(a) arqueólogo(a) possui suma importância. Neste artigo, explanaremos sobre os autores e teorias que influenciaram as ações educativas dos museus e dos autores de pesquisas acadêmicas com enfoque em práticas educativas. Essas ações, que possuem início na década de 1970, são praticadas ainda na atualidade e influenciam positivamente os trabalhos educacionais mais recentes.

II. MUSEUS DE ARQUEOLOGIA NO BRASIL E LINHAS TEÓRICAS EDUCACIONAIS

Os museus de arqueologia são instituições importantes na comunicação do conhecimento arqueológico. Isso acontece por meio dos processos que, via de regra, possuem duas grandes

vertentes: a exposição e a educação. A exposição comunica por si só. Ela possui uma narrativa própria, às vezes mais do que um tipo de narrativa – ela pode ser classificatória, temática, cronológica, e às vezes pode ser tudo isso concomitantemente.

A elaboração dos caminhos que o público percorre, a disposição das vitrines e imagens, a organização do espaço, a escolha das cores e outros recursos expográficos podem ser considerados educacionais. A educação possui um discurso enlaçado na exposição. Em alguns momentos eles são complementares, e em outros são tão intrínsecos que fica difícil distinguir uma coisa da outra. A exposição, via de regra, é educativa.

No Brasil, a educação voltada para a Arqueologia especificamente começou praticamente junto com alguns dos primeiros museus, principalmente nos inaugurados na segunda metade do século XX. As equipes desses museus sentiam uma necessidade de comunicar esse conhecimento, cumprindo um papel social por meio das instituições. Este foi o caso do Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo, criado e dirigido por Paulo Duarte^[1], um precursor das ações de Arqueologia Pública no Brasil (atualmente Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – MAE USP) e do Museu Arqueológico do Sambaqui de Joinville (MASJ), ambos fundados na década de 1970.

As duas equipes de arqueologia estavam em comunicação. Em São Paulo, a convite de Paulo Duarte, Maria Cristina de Oliveira Bruno^[2] foi uma das responsáveis pelas ações educativas no Instituto de Pré-História da USP. No mesmo período ela foi convidada a ir à Santa Catarina e começar o trabalho no Museu Arqueológico do Sambaqui de Joinville juntamente com uma equipe local. Nesse período, em ambas as instituições, a base filosófica desses trabalhos educativos estava na proposta de Paulo Freire, a pedagogia libertária e crítica, do educador como mediador do conhecimento e do aluno como portador de um saber que é passível de trocas e construções conjuntas mediados pela exposição.

[1] Paulo Duarte foi fundador do Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo, e desde o início, já tinha uma preocupação com o aspecto público e social da Arqueologia. Essa preocupação fez com que o Instituto tivesse ações de educação voltadas para o grande público e para professores e alunos.

[2] Hoje Maria Cristina Bruno é diretora do MAE USP. Sua trajetória acadêmica é marcada por expressivas contribuições no que se refere a Arqueologia e a Museologia.

A Pedagogia Libertária e Crítica tem como teórico Paulo Freire. Nos museus e em outros contextos essa metodologia se aplica na leitura dos objetos, contextos, e cenários para além da leitura da palavra. No museu, o aprendizado é compartilhado por educador e educando que juntos se propõem a construir o conhecimento em conjunto. O círculo de cultura, uma das metodologias freireanas, acontecem em grandes e pequenos grupos. O estudante é convidado a ler o que está em vitrines e no espaço mediado pelo educador. Os temas geradores selecionados pelas equipes de educação são discutidos com os visitantes e o aprendizado não é distante e frio, mas dinâmico e relacionado com a vida e o cotidiano^[3].

Mais tarde, na década seguinte, em 1980, no Museu Imperial de Petrópolis, Maria de Lourdes Parreiras Horta assumiu o setor educativo e implantou a metodologia de Educação Patrimonial, trazida de suas experiências como doutoranda na Inglaterra. Essa metodologia tem estreita ligação com a metodologia de projetos, influenciada pelo escolanovismo. Elas possuem em comum o fato de utilizarem a metodologia científica para que o aprendizado aconteça. As duas partem dos conhecimentos prévios dos alunos, das suas hipóteses e dúvidas. Em seguida, os alunos procuram informações sobre os temas estudados, confirmando ou não as hipóteses e respondendo suas questões. A partir desse levantamento, se constrói algo a ser socializado. Nas duas propostas os processos são fartamente documentados.

Outra prática utilizada em museus de arqueologia, e em ações analisadas em pesquisas acadêmicas em nível de mestrado e doutorado, é o construtivismo, que não é uma metodologia, mas uma teoria educacional com base nas elaborações teóricas de dois autores: Jean Piaget, e Lev Vygotsky. No construtivismo, o estudante experimenta situações tentando resolvê-las por meio das suas hipóteses mediado pelo professor. O papel do professor não é dar respostas, mas indicar caminhos para que os estudantes cheguem às soluções por eles mesmos.

No museu, a teoria construtivista colocada na prática rompe com as visitas em que o educador vai à frente da turma explanando sobre diferentes temas. As filas de crianças são substituídas por discussões em grupo, muitas vezes sentados em círculos no chão. A fala única é

[3] Tamanini (1994) cita essa opção educacional por parte do Museu do Sambaqui de Joinville. O Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo (hoje Museu de Arqueologia e Etnologia) também se utilizavam das teorias de Paulo Freire no setor educativo. Lembremos que os dois setores educativos iniciaram suas atividades no mesmo período e possuíam uma grande interlocução. Observando as práticas atuais desses dois museus acredita-se que ambos ainda mantêm a Pedagogia Libertária e Crítica como premissa.

substituída por perguntas desafiadoras aos visitantes que, juntos, vão elaborando conceitos mediados pelo educador de museu. Em outras situações, os educandos dividem-se em grupo com uma vitrine para observar, ou recebem um grupo de objetos e devem responder perguntas que estão em uma ficha. O grupo discute previamente, e depois o conhecimento é compartilhado com todos.

Há, ainda, outras práticas nessa linha, tais como a aplicação de atividades práticas em que o estudante é colocado na mesma situação que o pesquisador da área. Para citar alguns exemplos, no museu de Arqueologia ele tem de escavar como um arqueólogo, no museu de artes ele cria como o artista, no museu de mineralogia ele analisa rochas como um geógrafo. E há, também, as atividades em que o visitante é convidado a construir algo artístico, ou uma frase, ou outra forma de expor seu aprendizado criativamente.

Estas são algumas práticas educacionais e suas bases teóricas utilizadas em museus:

Linha Teórica^[4]	Teóricos	Professor/ Aluno	Processo Ensino/ Aprendizagem	Práticas
Construtivismo	Jean Piaget; Lev Vygotsky; Henri Wallon	Professor mediador do conhecimento. Aluno: constrói seu próprio conhecimento em mediação com o professor e colegas.	O professor proporciona que o aluno interaja com o saber construindo-o a partir das etapas da psicogenética ^[5] . O foco está em desenvolver habilidades ^[6] e competências, para além de adquirir conhecimentos formais simplesmente. O eixo da educação é voltado para o processo, mais do que para os resultados. O processo de ensino aprendizagem acontece com base nas situações problema.	O construtivismo em suma é teoria. Suas práticas se baseiam em experiências diárias em que os estudantes sujeitos. Aproximação com práticas do escolanovismo, Montessori, Freinet. Atualmente, outras práticas estão sendo construídas.

Linha Teórica^[4]	Teóricos	Professor/Aluno	Processo Ensino/Aprendizagem	Práticas
Escolanovismo	John Dewey; Anísio Teixeira	Professor: Facilitador do processo de aprendizagem. Aluno: constrói o saber a partir de hipóteses próprias.	Os movimentos são independentes, mas basicamente partem das dúvidas e hipóteses dos alunos para construir saberes. Aproximam-se das metodologias científicas. A Pedagogia de Projetos organizou em etapas o que havia sido proposto pelo escolanovismo.	Aprendizagem por meio de atividades práticas como experimentações científicas e estudos do meio. Organização do conhecimento por meio de portfólios.
Pedagogia de Projetos	Fernando Hernandez ^[7]			

Linha Teórica^[4]	Teóricos	Professor/ Aluno	Processo Ensino/ Aprendizagem	Práticas
Pedagogia Libertária e Crítica	Paulo Freire	Professor: Facilitador do conhecimento crítico. Aluno: portador de conhecimento. Ambos sujeitos capazes de transformar suas realidades.	A pedagogia libertária parte do conhecimento de mundo do aluno, ou seja, do seu repertório cultural. As construções são sempre coletivas e levam o educando a elaborar uma visão crítica da realidade. A capacidade individual e coletiva de transformação está sempre presente.	Rodas de conversas, ou círculos de cultura. Elaboração de textos coletivos, muitas vezes com função social – como elaboração de jornais e panfletos.

Linha Teórica^[4]	Teóricos	Professor/ Aluno	Processo Ensino/ Aprendizagem	Práticas
Ensino Tradicional	Frederick Taylor	Professor: detentor do saber. Aluno: Receptor do conhecimento.	Processo baseado na memorização de conteúdos programáticos. O professor expõe os temas e os alunos ouvem e/ou copiam. O aluno expõe o que memorizou por meio de provas orais e escritas.	Baseado em livros didáticos e apostilas. A aula é o centro do processo tendo um formato de palestra. Avaliação por meio de provas e seminários.

Quadro 1. Abordagens educacionais, autores, visões sobre processo de ensino aprendizagem e práticas.
Autora: Cristiane Eugênia Amarante.

[4][5][6][7]

-
- [4] Existem outras linhas pedagógicas. Essas foram selecionadas por estarem mais presentes nas práticas dos museus de arqueologia brasileiros.
- [5] O processo de construção do conhecimento é chamado de psicogenética.
- [6] As habilidades e competências foram estudadas posteriormente por Edgar Morin.
- [7] Também há Délia Lerner, mas sua linha de projetos pauta-se nas práticas de leitura e escrita e não na metodologia científica como em Fernando Hernandez, isso a deixa distante do escolanovismo.

Essas teorias e práticas não são isoladas^[8]. Geralmente, elas dialogam umas com as outras e, em alguns casos, fica difícil distinguir entre uma e outra porque estão acontecendo ao mesmo tempo. Na prática, a teoria construtivista questionou a vigente teoria tradicional, de que o indivíduo é desprovido de certos conhecimentos e, aos poucos, necessita de um adulto para acrescentar ideias a ele^[9].

No Brasil, as correntes mais modernas de educação chegaram no mesmo período em que esses primeiros setores educativos de museus de arqueologia organizavam-se com educadores(as) bastante abertos(as) a construir um conhecimento arqueológico com o público e não para o público. Essa escolha fez escola, e hoje temos outros museus seguindo esses modelos, como o Museu de Arqueologia de Xingó, por exemplo, com ações educativas próximas ao Museu de Arqueologia e Etnologia da USP e o Museu Arqueológico do Sambaqui do Joinville. Importante ressaltar que, ao se inspirarem nesses bons exemplos, os outros setores educativos criam estratégias próprias de acordo com suas realidades^[10].

III. PRÁTICAS EDUCACIONAIS E ARQUEOLOGIA NAS PESQUISAS ACADÊMICAS

Os museus de arqueologia possuem suas prática educacionais, algumas vezes documentadas, divulgadas e discutidas entre pares ou não. Em outros momentos isso não acontece. No

[8] O diálogo ocorre entre teorias e metodologias que pressupõe a construção do conhecimento elaborada pelo indivíduo, tais como Pedagogia Construtivista, Pedagogia Libertária e Crítica e Pedagogia de Projetos. Geralmente, na Pedagogia Tradicional as práticas mantêm o foco no educador, e a interação com outras metodologias fica mais limitada.

[9] A Pedagogia Tradicional acontece na prática em muitos museus, mas em trabalhos acadêmicos não aparece. Na dissertação de Luciana Martins (2006), ela observou as visitas de escolas em um Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo. As ações descritas por ela, em que um adulto fala e os estudantes apenas ouvem, são bastante comuns em museus. Ela notou, portanto, que a maior parte dos professores não se dá conta. E ainda elogiam as intervenções em que os alunos somente escutam, ao invés de construir conhecimento. A popularização das ideias construtivistas no Brasil se deu por volta dos anos 1980.

[10] Essas outras experiências serão discutidas mais adiante no texto.

entanto, muito das discussões sobre essas práticas educacionais vem à tona nas pesquisas acadêmicas, que elaboram e reelaboram as teorias e práticas educacionais. Isso acontece tanto em relação à educação em museus de arqueologia como em ações de educação em outros contextos. Por esse motivo as experiências expostas serão apresentadas conjuntamente e analisadas do ponto de vista educacional.

Autor	Ano	Título	Linha Teórica	Práticas Educacionais
BRUNO, Maria Cristina Oliveira	1984 FFLCH - USP	Dissertação: <i>O museu do Instituto de Pré-História: um museu a serviço da pesquisa científica</i>	Pedagogia Libertária e Crítica	Aprendizado com base no diálogo.
TAMANINI, Elizabete	1994 FE - UNICAMP	Dissertação: <i>Museu Arqueológico de Sambaqui: um olhar necessário</i>	Pedagogia Libertária e Crítica	Aprendizado com base no diálogo.

Autor	Ano	Título	Linha Teórica	Práticas Educacionais
ALMEIDA, Márcia Bezerra	2002 MAE - USP	Tese: <i>O australopithecus corcunda: as crianças e a arqueologia em um projeto de arqueologia pública na escola</i>	Construtivismo piagetiano	Escavação em sítio experimental. Cadernos de campo. Entrevistas com alunos antes e após as escavações. Desenhos sobre atividades dos arqueólogos.
CURY, Marília Xavier	2005 ECA - USP	Tese: <i>Comunicação museológica: uma perspectiva teórica e metodológica de recepção</i>	Pedagogia Libertária e Crítica Construtivismo sociointeracionista (Foco no Estudo de Recepção)	Questionário com estudantes e equipe técnica do museu. Acompanhamento atento à visita do grupo à exposição. Diálogo após visita à exposição. Escrita livre sobre o que gostaram e o que não gostaram na exposição.

Autor	Ano	Título	Linha Teórica	Práticas Educacionais
CORDEIRO, Sílvio Luiz	2007 MAE - USP	Dissertação: <i>A paisagem histórica do Engenho São Jorge dos Erasmos: o vídeo como instrumento educativo na arqueologia do monumento quinhentista</i>	Pedagogia Libertária e Crítica Construtivismo sociointeracionista.	Diálogos coletivos sobre o bem arqueológico e estratégias para estudá-lo. Levantamento de documentação com os estudantes. Elaboração de sequência narrativa em quadros de papel. Captação de imagens.

Autor	Ano	Título	Linha Teórica	Práticas Educacionais
FERNANDES, Tatiana Costa	2007 MAE - USP	Dissertação: <i>Vamos criar um sentimento?: um olhar sobre a arqueologia pública no Brasil</i>	Construtivismo sociointeracionista. Pedagogia Libertária e Crítica.	Diálogos com os auxiliares de campo, professores e alunos. Musealização de sítio arqueológico. Planejamento de local de acolhida, e paradas estratégicas visando a explanação de conceitos e teorias que o sítio permitia. Anotações das falas dos auxiliares, alunos e professores.

Autor	Ano	Título	Linha Teórica	Práticas Educacionais
CARNEIRO, Carla Gibertoni	2009 MAE - USP	Tese: <i>Ações educacionais no contexto da arqueologia preventiva: uma proposta para a Amazônia</i>	Pedagogia Construtivista. Pedagogia Libertária e Crítica. Pedagogia de Projetos.	Intervenções utilizando a Metodologia de Educação Patrimonial. Diálogos com professores sobre suas práticas pedagógicas e suas relações com as pesquisas arqueológicas na Amazônia.
MORAES WICHES, Camila Azevedo	2011 MAE - USP	Tese: <i>Patrimônio arqueológico paulista: proposições e provocações arqueológicas</i>	Construtivismo sociointeracionista. Pedagogia Libertária e Crítica.	Diálogos com professores. Registro de processos educacionais. Análise de práticas pedagógicas.
TAUHYL, Ana Paula Moreli	2013 MAE - USP	Dissertação: <i>Alfabetização do olhar: aprender pelos objetos e suas representações</i>	Construtivismo sociointeracionista. Pedagogia Libertária e Crítica.	Rodas de conversa. Observações de maquetes. Utilização de vídeos. Visita ao museu.

Autor	Ano	Título	Linha Teórica	Práticas Educacionais
ALFONSO, Louise Prado	2013 MAE - USP	Tese: <i>Arqueologia e turismo: sustentabilidade e inclusão social</i>	Construtivismo sociointeracionista. Pedagogia Libertária e Crítica.	Levantamentos de histórias de vida. Levantamento de acervos fotográficos com discussões sobre as fotos. Questões dissertativas para os mediadores. Discussões com alunos após visitas. Entrevistas com diferentes atores sociais em Lins. Análise de reações e comentários na exposição.

Autor	Ano	Título	Linha Teórica	Práticas Educacionais
CAMPOS, Adriana Negreiros	2014 MAE - USP	Dissertação: <i>Arqueologia e educação: as Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos como fio condutor de práticas educacionais</i>	Pedagogia Construtivista. Pedagogia Libertária e Crítica. Pedagogia de Projetos.	Aprendizado com base no diálogo. Estudos do meio. Sítio arqueológico experimental. Experiências práticas com objetos arqueológicos, vídeos e fotos.
AMARANTE, Cristiane Eugênia	2014 MAE - USP	Dissertação: <i>Reflexões sobre musealização: um encontro entre público e arqueologia marítima em Santos</i>	Pedagogia Construtivista. Pedagogia Libertária e Crítica. Pedagogia de Projetos.	Rodas de conversa – círculo de cultura com alunos (diálogos). Estudos do meio. Experiências práticas com objetos arqueológicos, vídeos e fotos. Elaboração de <i>storyboard</i> .

Autor	Ano	Título	Linha Teórica	Práticas Educacionais
LIMA, Leilane Patrícia de	2015 MAE - USP	Tese: <i>Arqueologia e os indígenas na escola: um estudo de público em Londrina - PR</i>	Pedagogia Construtivista. Pedagogia Libertária e Crítica.	Aprendizado com base no diálogo. Experiências práticas com uso de fotos. Questionários. Desenhos infantis.

Quadro 2. Dissertações e teses da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) com descrições de ações educativas - as linhas teóricas de acordo com esta autora.
Autora: Cristiane Eugênia Amarante.

Nem todas as pesquisas trazem uma explicação clara a respeito da escolha pedagógica do autor. Até porque, em boa parte dos casos, os autores vêm de outras áreas que não a educação. Mesmo assim, por meio das práticas descritas e de algumas indicações teóricas é possível inferir a respeito das escolhas^[11]. Ao ler as pesquisas, percebeu-se que elas dividem-se, basicamente, em três grupos.

Em um dos casos a autora cita a teoria pedagógica seguida, e difere-se dos demais trabalhos^[12], neste caso, a pesquisa foi colocada em um grupo separado dos demais. Quando o autor descreve suas práticas com base no diálogo, enfatizando a troca de saberes com o público não acadêmico, podemos dizer que existe uma aproximação com duas correntes teóricas, o construtivismo sociointeracionista e a pedagogia libertária e crítica. Já em pesquisas em que o autor cita influência da metodologia de educação patrimonial, além das duas anteriores acrescenta-se a pedagogia de projetos, porque existe uma ligação clara entre ambas.

[11] Como pedagoga, esta autora sentiu a liberdade de realizar essa análise, a partir das práticas descritas nos trabalhos acadêmicos.

[12] Optou-se por manter Almeida (2002) em um grupo separado pois ela apontou que segue a linha construtivista piagetiana como base para sua pesquisa.

Na pesquisa de Almeida (2002), com sua escolha clara pelo construtivismo piagetiano, de acordo com o texto da dissertação, teve um excelente diálogo com as práticas. As perguntas antes e depois funcionaram como sondagens dos conhecimentos prévios dos alunos. As práticas de escavações simuladas também operaram na linha da situação problema, em que os alunos depararam-se com as mesmas indagações que as de um arqueólogo em campo.

No grupo das pesquisas em que se percebe a presença do construtivismo sociointeracionista e a pedagogia libertária e crítica estão: Bruno (1984); Tamanini, (1994); Cury (2005); Cordeiro (2007); Fernandes (2007); Moraes Wichers (2011); Tauhyl (2013); Alfonso (2013); e Lima (2015). Porém, cada uma dessas pesquisas possui particularidades. Na tese de Cury^[13] (2015), a preocupação era efetuar um estudo de recepção para a elaboração da exposição de longa duração no Museu de Água Vermelha, em Ouroeste – SP. O diálogo com a pesquisadora, em diferentes momentos, é uma das características desse trabalho. O mesmo ocorre com a pesquisa de Fernandes (2007), a base teórica do texto é a etnoarqueologia e a arqueologia pública mas, ao dialogar com estudantes, a equipe de apoio de campo e educadores, utilizaram as indicações para elaborar uma exposição e novamente dialogaram com os atores envolvidos.

A tese de Moraes Wichers (2009) foi outra pesquisa que não tinha um fim educacional em si mesmo. O estudo tinha como foco a museologia. Ela visava formular programas museológicos para o estado de São Paulo. A autora, em uma das etapas dialogou com os professores, registrou o processo e analisou o práticas pedagógicas dos educadores. A tese de Alfonso (2013) tinha como foco o turismo. A autora, elaborou exposições em museus de arqueologia no interior do estado de São Paulo, em que houve interação com o público antes, e depois da visita à exposição.

Na dissertação de Cordeiro (2007), a elaboração de um vídeo com a participação de estudantes de uma escola pública sobre o sítio arqueológico Engenho São Jorge dos Erasmos, em Santos – SP, os estudantes pesquisaram documentos, elaboraram a sequência narrativa e captaram as imagens. Nas pesquisas de Tauhyl (2013) e Lima (2015), o foco também é educacional. A primeira trabalhou com um grupo de adolescentes na compreensão da cidade grega. Várias estratégias foram utilizadas tais como observações de maquetes, vídeos e muitos diálogos. A te-

[13] Acredita-se que a experiência do Museu de Água Vermelha, foi a primeira instituição do Brasil, em arqueologia, a ter um estudo de recepção prévio para ser elaborada. Ou pelo menos, com tal detalhamento no registro do processo.

se de Lima (2015) discute um processo educacional dentro de uma ação museológica. As ações eram baseadas no diálogo com crianças de uma escola pública em Londrina – PR, por meio de rodas de conversa utilizando fotografias de peças arqueológicas do museu.

No quadro, há outro grupo de pesquisas, das autoras que declararam utilizar-se da metodologia de educação patrimonial e de outras estratégias também com base na construção educacional (Cf. CARNEIRO, 2009; CAMPOS, 2014; AMARANTE, 2014). Assim sendo, as práticas eram fundamentadas na Pedagogia de Projetos e também na Pedagogia Construtivista e Pedagogia Libertária e Crítica. Carneiro (2009) situa sua pesquisa na interface entre Arqueologia Pública, Musealização da Arqueologia e Educação Patrimonial. A pesquisadora realizou formação de professores e propôs temas relacionados à arqueologia amazônica e equilíbrio ambiental. A dissertação de Campos (2014) era voltada para a educação em arqueologia no Engenho São Jorge dos Erasmos em Santos – SP. A pesquisa foi com um grupo de estudantes de uma escola pública municipal de Santos – SP. A autora utilizou diversos recursos educacionais, entre eles, sítio arqueológico experimental, estudos do meio e momentos de diálogo. Na pesquisa de Amarante (2014), o foco era um estudo de recepção museológico em que utilizou diferentes estratégias educacionais. Entre elas, foram utilizados os estudos do meio, atividades com objetos arqueológicos e fotos antigas. Os alunos, de uma escola pública municipal de Santos – SP, conversaram com profissionais das áreas de arqueologia e museologia e depois de um período de tempo elaboraram junto com a pesquisadora uma proposta de museu de arqueologia marítima para a cidade de Santos.

Essas pesquisas apresentam-nos o tema da educação nos museus de arqueologia pelo ponto de vista acadêmico, dos estudos de caso. Essa parte do texto teve, como objetivo, preparar o leitor para o entendimento de como ocorrem os processos educacionais em alguns museus de arqueologia do Brasil.

IV. EDUCAÇÃO EM MUSEUS DE ARQUEOLOGIA DO BRASIL: AÇÕES ATUAIS

Nos museus de arqueologia do Brasil, que foram iniciados nas décadas de 1970, desde o princípio adotou-se uma teoria mais contemporânea de educação, envolvendo o público no processo de comunicação não como agente passivo, mas como sujeito atuante no processo de aprendizagem. Essas ações foram muito positivas pois, até os dias atuais, o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, em São Paulo – SP (MAE USP) e o Museu do Sambaqui de Joinville, em Joinville – SC (MASJ) são considerados referência em educação para outros museus de arqueologia.

A Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri, que foi criado em 1992 e possui sede em Nova Olinda – CE, não é necessariamente um museu de arqueologia, mas lá existem artefatos arqueológicos e mitológicos da Chapada do Araripe expostos e a equipe do setor educativo elabora visitas à sítios arqueológicos próximos. Em termos teóricos, podemos dizer que esse museu aproxima-se de propostas pedagógicas como a construtivista e a libertária e crítica. Mas, nas suas ações, há uma grande inovação: as crianças e adolescentes são protagonistas do processo educativo. Ou seja, as ações de educação do museu são criadas por crianças e adolescentes com a mediação de adultos. Monitorias, programas de divulgação, *blog*, e outras ações são elaboradas pelos jovens e crianças mediados pelos(as) educadores(as) da instituição com resultados bastante positivos.

O Museu Arqueológico de Xingó, em Canindé de São Francisco – SE, criado em 2000 é um exemplo de museus novos que seguem preceitos teóricos dos dois primeiros (MAE USP e MASJ). Embora ainda exista uma forte influência da Pedagogia Libertária e Crítica que desde o princípio é presente nos dois primeiros museus e também no Museu Arqueológico de Xingó, cada um deles reelabora a teoria de acordo com suas realidades locais, equipes de educadores e contexto de coleção arqueológica. A exposição desse museu tem vários cenários que auxiliam os estudantes na compreensão sobre as ocupações pretéritas do estado de Sergipe. Os estudantes são convidados à sentarem em círculo em frente aos cenários e são estimulados a explicarem o que conseguem compreender. A visita é bastante interativa, valorizando a experiência e observação do público.

O Engenho São Jorge dos Erasmos, é um sítio arqueológico musealizado situado em Santos – SP, que são as ruínas de um engenho de cana de açúcar construído no século XVI pelos primei-

ros colonizadores do litoral paulista. Em 2004, foi constituído um setor educativo no local, que atualmente é administrado pela Universidade de São Paulo. As ações desenvolvidas lá têm como pressuposto a relação de interação com os visitantes. As visitas monitoradas e oficinas partem sempre de perguntas e questionamentos. Além das ações para estudantes e professores, há também atividades para comunidade aos finais de semana. A parceria com artistas, doceiras, escritores(as), e vários(as) outros(as), que desenvolvam ofícios e habilidades em que é possível estabelecer conexões com as temáticas do local, são convidados(as) para realizar oficinas, apresentações, debates e ações variadas com a mediação dos(as) educadores(as) do local.

O MAPA – Museu Arqueológico e Paleontológico de Araraquara (2011), e o Museu Municipal de Jaú (que possui parte da exposição de longa duração voltada à arqueologia desde o início de 2017), ambos situados no interior do estado de São Paulo, também tem setores educativos que propõe ações em que o “fazer com” o público está na base das iniciativas. Estes museus possuem ampla interação com estudantes, comunidades indígenas, comunidades afro-descendentes, coletivos de artistas e coletivos femininos. Juntos, integrantes dessas comunidades, arqueólogos/as e equipes de educação realizam grupos de estudos e rodas de conversa para conceberem exposições temporárias, oficinas e debates. A proposta é que as ações educativas resultem em problematizações críticas sobre as questões atuais da nossa sociedade.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esses museus, apresentados nesse texto, possuem um papel importante no cenário nacional, não só pelo número de ações, que são múltiplas e variadas entre si, mas pelo caráter de interação com o público, e pela consciência do papel social da qual suas equipes não abrem mão. Além disso, eles são considerados como referência para outros museus de arqueologia e educadores(as) interessados(as) em desenvolver ações educacionais voltadas para a arqueologia que sejam engajadas socialmente.

As bases teóricas das quais as experiências mencionadas fazem uso, possuem uma estreita relação com a Arqueologia Pública. O autor Nick Merryman (2004, p 06) aponta que o construtivismo é a corrente educacional que pode atender ao “fazer com” o público, dando ferramentas

para que as pessoas analisem as evidências e tirem suas próprias conclusões. Justamente, o construtivismo valoriza o olhar do outro sobre o mundo e estimula a construção de conhecimento a partir de experiências desafiadoras.

Atualmente, no Brasil, as ações educacionais voltadas para a arqueologia ainda são concentradas e pontuais, diferente do que acontece em outros países como Inglaterra, Itália, Alemanha, França e Holanda (Cf. TROYLER, 2005). Nesses países, a educação para o patrimônio faz parte do currículo e as escolas, juntamente com os museus, desenvolvem ações permanentes de parceria. O patrimônio, de forma geral, incluindo o arqueológico são estudados na escola desde os correspondentes da nossa educação infantil ao nosso ensino médio. O patrimônio nesses países é uma espécie de “temas transversais” com conteúdo específico a ser trabalhado ao longo das séries. Os professores possuem materiais de apoio voltados às temáticas, além disso, equipes de formadores fazem o acompanhamento das ações desenvolvidas nas escolas e existem trocas de experiências tanto presencial quanto virtualmente.

Apesar da sensação de ainda termos um longo caminho a ser percorrido na divulgação científica do conhecimento arqueológico, temos a satisfação de ter esses bons exemplos mencionados acima. Que essas práticas que valorizam a construção crítica e colaborativa do saber se multipliquem no nosso país de forma ampla e consistente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos e às integrantes das equipes das instituições citadas, professoras e colegas, que em diferentes momentos contribuíram com reflexões e trocas de experiências sobre ações educativas em museus de arqueologia: Judith Mader Elazari, Carla Gibertoni Carneiro, Maurício André da Silva, Marília Xavier Cury, e Maria Cristina Oliveira Bruno (MAE – USP), Flávia Cristina Antunes de Souza e Gerson Machado (MASJ), Railda Nascimento Silva e Jane Viana (MAX), Rodrigo Christofolletti e André Müller Campos (Engenho dos Erasmos), Dulcelaine Lopes Nishikawa e Letícia Ribeiro (MAPA), Heloísa Bitu Ferraz (Memorial do Homem Kariri), Fábio Grossi (Museu Municipal de Jaú), Adriana Negreiros Campos e Leilane Patrícia de Lima. A responsabilidade pelas ideias restringe-se à autora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFONSO, Louise Prado. **Arqueologia e turismo: sustentabilidade e inclusão social**. 2013. Tese (Doutorado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ALMEIDA, Márcia Bezerra de. **O australopiteco corcunda: as crianças e a Arqueologia em um projeto de Arqueologia Pública na escola**. 2002. Tese (Doutorado em Arqueologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

AMARANTE, Cristiane Eugênia. **Refletindo sobre musealização: um encontro entre público e arqueologia marítima em Santos**. 2014. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **O Museu de Pré-História: um museu a serviço da pesquisa científica**. 1984. Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

CAMPOS, Adriana Negreiros. **Arqueologia e educação: as Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos como fio condutor de práticas educacionais**. 2014. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CARNEIRO, Carla Gibertoni. **Ações educacionais no contexto da arqueologia preventiva: uma proposta para a Amazônia**. 2009. Tese (Doutorado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CORDEIRO, Silvio L. **A paisagem histórica do Engenho São Jorge dos Erasmos: o vídeo como instrumento educativo na arqueologia do monumento quinhentista**. 2007. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CUNHA, Marcus Vinicius da. Dewey e Piaget no Brasil dos anos trinta. In. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 97, mai. 1996, pp. 5-12.

CURY, Marília Xavier. **Comunicação museológica: uma perspectiva teórica e metodológica de recepção**. 2005. Tese (Doutorado em Comunicação), Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

DEWEY, Jonh. A criança e os programas de ensino. In. **Educação**, São Paulo, n. 4/5, abr./mai. 1932, p. 115-131.

_____. **Vida e Educação**. 7ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

FERNANDES, Tatiana Costa. **Vamos criar um sentimento? Um olhar sobre Arqueologia Pública no Brasil**. 2007. Dissertação (Mestrado), Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários a prática educativa**. São Paulo, Brasil: Paz e Terra (Coleção Leitura), 1997.

HERNANDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho**. Porto Alegre. Artes Médicas, 1998a.

_____. **Transgressão e mudança na educação**. Porto Alegre. ARTMED, 1998b.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras, GRUNBERG, Evelina e MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Museu Imperial/IPHAN/MinC, 1999.

LIMA, Leilane Patrícia de. **Arqueologia e os indígenas na escola: um estudo de público em Londrina - PR**. 2015. Tese (Doutorado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MACHADO, Gerson, SOUZA, Flávia e STEINBACH, Judith (orgs.). **Educação Patrimonial e Arqueologia Pública: experiências e desafios**. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2013.

MARTINS, Luciana Conrado. **A relação museu/escola: teoria e prática educacionais nas visitas escolares ao Museu de Zoologia da USP**. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MERRIMAN, Nick. **Public Archaeology**. London: Routledge, 2004.

MORAES WICHES, Camila Azevedo de. **Patrimônio Arqueológico Paulista: proposições e provocações museológicas**. 2011. Tese (Doutorado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PIAGET, Jean. **A construção do real na criança**. 2a. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

_____. **O raciocínio na criança**. 3ª ed. Rio de Janeiro, Record, 1967.

TAMANINI, Elizabete. **Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville: um olhar**

necessário. 1994. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

TAUHYL, Ana Paula Moreli. **Alfabetização do olhar: aprender pelos objetos e suas**

representações. 2013. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

TROYLER, Veerle De (org). **Heritage in the classroom: a practical manual for teachers**

(the complete book). Disponível em: <<http://www.hereduc.net/hereduc/i18nfolder.2005-04-15.8911096798/>>. Acesso em 08 de março de 2018.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996.

_____. **Pensamento e Linguagem**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.

SITES

MAE USP - <http://www.vmptbr.mae.usp.br/>

MASJ - <http://museusambaqui.blogspot.com.br/>

Memorial do Homem Kariri - <http://www.fundacaocasagrande.org.br/principal.php>

MAX UFS – <http://max.ufs.br/pagina/20239>

Engenho dos Erasmós - <http://www.engenho.prceu.usp.br/>

MAPA – <http://www.revistacidadeararaquara.com.br/cultural/conheca-o-mapa-museu-de-arqueologia-e-paleontologia->

Museu Municipal de Jaú – http://www.jau.sp.gov.br/secretarias.php?SEC_ID=16

EDUCAÇÃO POPULAR, PATRIMÔNIO CULTURAL E ARQUEOLOGIA: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DE DIÁLOGOS E PRÁTICAS DE SABERES E FAZERES COMUNITÁRIOS

Elizabete Tamanini

Pensei que, para este movimento de escrita, caberia o registro de quanto somos movidos em nossas trajetórias profissionais pelo desejo de mudança, pelo desejo de transformação social cuja matriz filosófica advém de inúmeras ideias humanistas que ao longo de nosso processo histórico alimentam o significado de se ter em comum um mundo melhor para todas as pessoas. Parece ainda pouco criterioso misturar tal utopia com ciência, categoria esta, filha do iluminismo, todavia, ao longo de nosso aprender e ensinar, compreendemo-la também como fruto da construção social mediada pela ação de homens e mulheres em permanentes disputas. Logo este fazer, este pensar e este conceituar são de “carne osso, e, portanto, vale o risco” de em tempos de extremo “produtivismo acadêmico” sermos acusadas de “românticas ou anacrônicas”. Como afirma Brandão:

Temos sido levados a pensar que apenas o conhecimento oficialmente ocidental e científico, originado em centros consagrados do saber competente, é válido, útil, confiável. [...] Outros sistemas de conhecimentos, de sentidos e de significados são igualmente fontes preciosas e originais de saber e de valor. [...] Tal como acontece entre diversas *culturas*, dentro de uma mesma *cultura*, a física nuclear, a poesia, a música e a matemática não são formas hierarquicamente desiguais de conhecimento. São experiências igualmente diferentes de sentir, de compreender e de interpretar o real e, nele, a vida e a condição humana. (BRANDÃO, 2008, p. 36-37)

I. DIÁLOGOS A PARTIR DO PATRIMÔNIO CULTURAL: ALGUNS APRENDIZADOS

Ao falar sobre esta temática, lembramos, neste momento, do estudioso Geertz Clifford (2004), professor e antropólogo, quando diz que não conseguia, ao escrever sobre comunidades islâmicas e religiões, remeter às referências e autorias sobre as muitas ideias sobre as quais refletia ao decorrer do texto. Foi logo pedindo desculpas e também agradecendo às muitas contribuições e aprendizados que, ao longo de sua vida, muitas pessoas, autores e autoras, comunidades estudadas haviam compartilhado junto a sua experiência. Estava ele em um dilema muito profundo, escrevo ideias e saberes se são tantos e, por ora, se parecem, se mesclam, se contradizem mas, de todo modo, são representações de saberes historicamente construídos ao longo dos tempos que já não sei direito se são reflexões minhas, ou de tantas cabeças espalhadas pelo mundo.

Assim como nos diz Geertz (2004), há momentos em que trazemos para os nossos diálogos escritos e oralidades, saberes que acabam por serem absorvidos nas tessituras das narrativas humana. Para este autor:

passado algum tempo, já não sabemos mais de onde vem o argumento e que parcela nos pertence. Apenas sabemos, e mesmo assim de maneira incompleta, quais foram as principais influências sobre o nosso trabalho, mas atribuir passagens específicas seria necessariamente arbitrário. (GEERTZ, 2004, p. 11)

Para este trabalho, compartilhamos reflexões acerca das construções em evidência na contemporaneidade sobre educação popular, patrimônio cultural e Arqueologia na complexa tarefa de juntar saberes e práticas sociais intrínsecas ao modo como vai se desenhando a experiência humana. Acrescentaremos, a este diálogo, conceitos e pequenas observações que, de algum modo, fazem parte da *práxis* do pensar a materialidade e imaterialidade humana, tendo como ponto de entrelaçamento a educação em íntima relação com o patrimônio cultural. Miguel Arroyo (2012), afirma que “educar é um direito inerente à condição de ser humano”. Logo, reside aqui a provocação de compartilharmos em um cenário narrativo interdisciplinar, posições teóricas frente ao desafio de nos humanizarmos apropriando-nos daquilo que é pertinente a nossa existência, ou seja, o nosso legado histórico. Por ora, simbolizado pelo conceito de cultura enquanto metáfora que junta traços e raízes do passado e mobiliza-nos para compor e recompor novos cenários da história em movimento na construção dos tempos. Sendo en-

tão, “educação e cultura categorias dialógicas” que associam herança cultural e compromisso pedagógico na responsabilidade ética de educarmos educando, apropriando-nos daquilo que é intrínseco a nossa humanidade, o saber (Cf. FREIRE, 2011).

Relevante considerar que o patrimônio cultural assume narrativas que podem corroborar para a elaboração de conhecimentos acerca das experiências humanas, sejam elas portadoras de reconhecimento público ou não, sejam elas capazes de promover a emancipação de diferentes grupos sociais. Por isso, a recorrência teórica e metodológica crítica, em especial no século XXI para os cenários de representação de diferentes grupos, classes, Gênero, e outros tantos saberes em espaços como museus, arquivos, centros de memórias. Os diálogos e os enunciados construídos por estas instituições e áreas de conhecimentos como a educação popular, a arqueologia e saberes afins, dizem muito do que pode não ser, ou vir a ser sobre nossa história. Corrobora com esta reflexão Paulo Freire ao ressaltar que:

O diálogo democrático como elemento primordial; considerar o aprendente como autor ativo e a contextualização como essencial no processo educativo; a supra-alteridade que valoriza o outro como legítimo outro; o saber parceiro. Princípios como a solidariedade, a equidade, a postura crítica, a trans-ação, a politicidade do ato educativo; a inter/transdisciplinaridade, a leitura de mundo em teia; a resolução concreta de questões ambientais em sua multidimensionalidade; a noção de integralidade; o foco nas relações, a ecopraxis, a multidimensionalidade humana (FREIRE, 1994, p. 68).

Como se vê a Arqueologia diz da materialidade e da produção humana ao fazer a história enquanto artefato (Cf. SEMERARO, 2002). Lembro-me de quando iniciei as atividades educativas em museus na década de 80, inspirada especialmente em Maria Cristina de Oliveira Bruno (museóloga do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP/MAE) e Pedro Paulo Abreu Funari (historiador e arqueólogo do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/IFCH da UNICAMP), o quanto era complexo e difícil o exercício de misturar educação, patrimônio cultural e Arqueologia. Estamos nos referindo, neste momento, à ideia de educação enquanto categoria formal^[1],

[1] O ensino formal é o momento em que a educação se sujeita à pedagogia (a teoria da educação), cria situações próprias para o seu exercício, produz os seus métodos, estabelece suas regras e tempos, e constitui executores especializados (Brandão, 2007, p. 26).

e não ao conceito das práticas de educação popular inspiradas especialmente pelos educadores Paulo Freire e Carlos Rodrigues Brandão. Em meados da década de oitenta (século XX), no Brasil, caminhávamos para uma abertura política, com a oficialização do fim da ditadura civil-militar e, como se sabe a duras penas, novos processos de participação social vão se constituindo.

As reflexões sobre o uso e a democratização destas temáticas ainda eram incipientes e pouco divulgadas no país. A Educação em Museus como “*práxis democrática*” da função comunicacional essencial ao acesso ao patrimônio cultural, inicia-se a passos lentos como é de conhecimento de nossa área. Bruno (1997) considera que:

Aos tradicionais trabalhos de conservação, restauro, documentação, somaram-se outras atividades vinculadas ao processo de comunicação, técnicas expositivas, abordagens pedagógicas, trabalhos comunitários, impondo, então, a atuação interdisciplinar para melhor conhecer, compreender, sistematizar e divulgar os itens que compõem o perfil patrimonial de uma comunidade. (BRUNO, 1997, p. 78-79)

Movimentos e mudanças tomam vulto no final da década de oitenta, onde ter um museu aberto à comunidade significava muito mais do que expor artefatos. E que práticas arqueológicas representavam questões complexas sobre o uso e abuso de fontes em detrimento simplesmente do ato de escavar artefatos em sítios históricos. Como salientam Funari e Pelegrini (2006), “a Arqueologia estuda e analisa as experiências humanas tendo nos objetos/artefatos o indício das perguntas a serem feitas sobre uma dada sociedade”. Para uma reflexão teórica do papel da arqueologia enquanto discurso de emancipação e direitos humanos, ressaltamos a contribuição de Pedro Paulo Funari, autor acima citado, que desde o final da década de oitenta (século XX) vem, de maneira intensa, contribuindo para que esta área de conhecimento assuma de maneira conceitual e interdisciplinar a sua responsabilidade ética e política na produção de saberes sobre o passado e o presente. Esse autor introduz, no Brasil, a necessidade de se repensar as estratégias do fazer arqueológico a partir de um olhar hermenêutico, crítico e processual.

II. EDUCAÇÃO POPULAR, DIREITO HUMANOS E ARQUEOLOGIA: TENSÕES E AUSÊNCIAS NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS CULTURAIS

A vivência em educação popular e a relação com a escola provocava-nos a refletir na contradição entre o que instituições culturais e a arqueologia deveriam preservar e a tentativa de se buscar alternativas educativas junto a diferentes públicos para dar conta da preservação de patrimônios que herdamos sem nos sentirmos arbitrariamente herdeiros.

Comunidades abandonadas a toda sorte, como poderiam adotar “um amontoado de conchas”, ou “coisas velhas”, cidades e lugares “abandonados e a ermo”, para serem a sua referência cultural? Como adotariam objetos e significados tão estranhos e diferentes de seu cotidiano para fazer parte de suas identidades de maneira unilateral? Como proteger algo que em si não é para si? Diante desta provocação que tem acompanhado este exercício de ação e reflexão há mais de três décadas, recorremos a Brandão (2007, p. 11) quando diz que “[...] a educação participa do processo de produção de crenças e ideias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto constroem tipos de sociedades”. Desse modo, observamos o quanto a arqueologia ou a prática da arqueologia podem estar associadas ao entendimento de uma dada cultura ou conceituando uma sociedade em um determinado tempo.

Na década de 90 no Brasil (século XX)m com a intensa mobilização de diferentes movimentos sociais, refletindo, sobretudo a reivindicação de criação de políticas públicas com foco nas novas contribuições acerca do patrimônio cultural, passou-se a problematizar as complexidades presentes nas temáticas das exposições em museus, de acervos de arquivos, bibliotecas e afins. O foco era desmaterializar os cristalizados discursos lineares, de pesquisas científicas, e em especial vinculando tais questões a necessidade do desenvolvimento de estudos regionais; para dar suporte às matrizes curriculares e experiências comunitárias que também vinham sendo repensadas como elementos estratégicos de formação humana. Tais reflexões têm estado muito presentes nos estudos culturais já em efervescência em outras experiências estrangeiras como na Europa, Estados Unidos e América Latina.

Neste sentido, vale destacar algumas iniciativas institucionais significativas que acabaram dando um ritmo diferenciado nas práticas quanto ao uso e significado do patrimônio cultural presente desde a concepção mais restrita e conservadora “do achado ou guardado para ser exposto”. Há temas e experiências neste fazer que convergiram para um diálogo comunitário de cunho emancipatório. Trabalhos desenvolvidos no Museu do Índio, no Rio de Janeiro, Museu

de Arqueologia e Etnologia da USP, Museu do Marajó (na Ilha de Marajó), Museu Histórico do Ceará, Museu da Maré (RJ), Museu da Pessoa (SP), Museu Dinâmico de Ciências de Campinas/ UNICAMP, Casa Chico Mendes (Pará), Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (SC). Vale destacar a experiência éímpar em educação popular desenvolvida pelo Museu histórico do Ceará, um dos único a assumir esta perspectiva teórica e metodológica pós ditadura civil-militar no Brasil.

Quando repensamos a partir de uma perspectiva dialógica (Cf. FREIRE, 2006), recorremos ao conjunto das representações sociais para o estabelecimento de negociações construindo *a priori* a possibilidade de se optar a respeito das memórias, das identidades que significam o patrimônio social a ser conservado, preservado e compartilhado de maneira pública. Sejam estes elementos forjados em espaços criados oficialmente como os tradicionais museus, ou também espaços com novas concepções de cuidado, seleção e socialização do Patrimônio como: “casa de cultura”, “espaço de referência comunitária”, “museu vivo”, “eco-museu”, “museu comunitário”, “museu integral”, “centro cultural”, “arquivo de referência da cultura popular”, e muitas outras experiências que contribuem sobremaneira nas reflexões destas problemáticas contemporâneas. Temos, assim, novas elementos conceituais em possibilidade de diálogos que articulam estas complexidades e que tampouco podem ser respondidas por uma única área de conhecimento ou metodologia em si. Para Alberti:

[...] as biografias de indivíduos comuns concentram todas as características do grupo. [...] Biografias, histórias de vida, entrevistas de história oral, documentos pessoais, enfim, mostram o que é potencialmente possível em determinada sociedade ou grupo, sem esgotar, evidentemente, todas as possibilidades sociais (ALBERTI, 2004, p. 23).

O debate sobre a educação das classes populares e sua inserção nas políticas públicas está profundamente vinculado às transformações do trabalho e conseqüentemente à estrutura política de estado. Em estudo recente sobre os caminhos da Educação Popular e a importância dos Movimentos Sociais no Brasil Reinaldo Matias Fleuri destaca que:

A primeira vertente de educação popular é a que se identifica com a ampliação da educação escolar para todos os cidadãos. A expressão *educação popular* é usada pela primeira vez por intelectuais, militantes e educadores

latino-americanos, entre fins do século passado e começo deste. Uma outra vertente significativa de educação dirigida às camadas populares é a educação de adultos (FLEURI, 2002, p. 53).

A intensificação do debate sobre as pedagogias que dimensionam esta diversidade de experiências em uma perspectiva multidisciplinar crítica na educação formal e não-formal representa um outro lado da curva do rio. Isto significa dizer que há uma ampla diversidade de interesses e objetivos das propostas de Educação Popular e Educação espalhadas e apropriadas em diferentes territórios e realidades sociais com desdobramentos temáticos complexos. A educação convencional é particularmente vulnerável a disputas relativas à interpretação do passado em virtude de sua importância como ferramenta ideológica na sociedade. O ponto básico é que toda a argumentação da educação pressupõe a existência de um passado^[2].

Tais conceitos, ao longo dos séculos, têm servido para mitificar o tempo, transferindo para o discurso educativo uma série de estereótipos. Vale ressaltar, por exemplo, a invisibilidade da produção social das mulheres nos museus, sobretudo no que tange aos discursos expositivos. Ainda se problematiza, de modo incipiente, as questões de igualdade de direitos e as múltiplas dimensões históricas da participação feminina no processo de construção humana. “A história não é um grupo de fatos sobre o passado, mas, ao contrário, um conjunto de ideias sobre o passado, no presente” (WRIGHT & MAZEL *apud* FUNARI, 2011).

Assim, estas reflexões possibilitam compreender que a cultura material pode revelar muito mais sobre o direito a memória social do que se pressupõe a história oficial. As ações de formação e a elaboração de políticas públicas neste campo representam um olhar cuidadoso com as fontes e especialmente com as fontes orais, vivas. Traz para as Instituições uma avaliação de extrema importância que é a responsabilidade de lidar com acervos, memórias, identidades e representa, sobretudo, a possibilidade de transformarmos o patrimônio herdado em herdeiros de patrimônios. Ou seja, a tentativa de estimularmos as pessoas no presente a elaborarem suas narrativas, em diálogo e disputa.

[2] A Escola trabalha essencialmente com memórias, saberes, identidades, patrimônios herdados, acúmulos sociais representados fortemente pelos conhecimentos repassados em seus conteúdos programáticos, pelos cadernos que cada estudante vai guardando de ano a ano, após concluir uma série ou período. Ver também THOMPSON, P. A Voz do Passado, 2002.

A atuação educativa a partir do patrimônio cultural, dos processos de aquisição e uso do conhecimento resultou, principalmente, das transformações ocorridas com o próprio campo e conceito de ciência, cujas áreas como educação, museologia e arqueologia também sofrem transformações no século XX. Concepções educativas passam a fazer parte do cenário de intervenção dos museus e centros culturais, pesquisas arqueológicas e práticas afins.

As experiências de Educação Popular desenvolvidas por Paulo Freire, que engenhosamente abriu caminhos para a reflexão sobre o papel do conhecimento enquanto instrumento social emancipatório, tomam corpo no final da década de 50 (século XX). Com a ditadura civil militar de 1964 a 1985, muitos intelectuais brasileiros foram presos, exilados e mortos. Assim como Paulo Freire, Paulo Duarte, intelectual que atuou de maneira ostensiva em defesa da arqueologia acadêmica e direitos humanos no Brasil, foi expulso do país. Conforme salientam Vieira de Oliveira e Funari:

O golpe militar de abril de 1964 representou um momento de inflexão da disciplina, que se inclinava para uma linha humanista, inspirada em Leroi-Gourhan e no respeito aos direitos humanos. O país mergulhou num regime de repressão crescente, com a cassação de inúmeros políticos, líderes sindicais e intelectuais, culminando com o AI 5, medida ditatorial explícita (1968), com junta militar (1969), com exílio, detenção e assassinato de opositores à ordem discricionária. [...] Em 1969, com a ascensão de intelectuais ligados ao regime, cassam-se muitos acadêmicos, com destaque para Paulo Duarte, com a consequente tentativa de destruição do Instituto de Pré-história da Universidade de São Paulo (OLIVEIRA & FUNARI, 2008, p. 1).

Freire protagonizou a ideia de sujeito que aprende e que ensina, deslocando o debate sobre o “poder e conhecimento” para “conhecimento e emancipação social”. A concepção freiriana parte, também, da análise da evidência da culturas material e imaterial dos sujeitos – “o tema gerador”, “a problemática”, “o significado”, “o processo político e histórico”. Esta pedagogia influenciou autores, experiências e diferentes realidades no mundo inteiro. As primeiras iniciativas de ecomuseus, na França e no Canadá na década de 70 do século XX (Cf. BOHAN, 1987), tiveram, como base epistemológica, os paradigmas da “Pedagogia do Oprimido”, de Paulo Freire.

As ditaduras civis-militares na América Latina (especialmente vividos no Brasil 1964-1985 e na Argentina 1976-1983) provocaram o silenciamento das

ideias de caráter progressista, o encerramento destes programas e a perseguição de pessoas envolvidas, contudo, não significou seu total abafamento, visto que as ações gestadas em paralelo ao Estado acabaram por constituir espaços de resistência e contestação ao período de repressão, ainda que, muitas vezes, de forma desarticulada e clandestina (QUISSINI & TAMANINI, 2016, p. 08).

Assim, a Educação Popular nasceu às margens da sociedade, no extramuro da instituição escolar, e dos espaços de legitimação oficial da educação e da cultura. Já na década de 60 do século XX, experiências de organização popular, círculo de cultura e educação comunitária faziam parte de debates, fóruns e tentativas de articulação com a educação e a cultura oficial formal. Faz-se necessário destacar que lado a lado, e em disputa, caminhavam as contribuições quase que clandestinas de experiências educativas e culturais sob diferentes temáticas que alinhavavam a cultura como centralidade. Diante desse cenário, pode-se afirmar a profunda influência dos paradigmas construídos a partir da Mesa Redonda de Santiago do Chile em 1972, onde as intermitências conceituais e políticas traziam, como temas geradores, o museu como artefato do patrimônio integral comunitário e em dialogia com as classes populares. Somente no final da década de oitenta do século XX, no Brasil, que tais debates passam a fazer parte das estruturas oficiais da educação e cultura.

Nesse sentido, é sobremaneira significativo o estudo de Danilo R. Streck (2006, p. 272), ao ressaltar que dois fatos contribuíram para definir os rumos dessa discussão: “a ida de Paulo Freire à Secretaria de Educação na cidade de São Paulo de 1989 a 1991 e a conquista do poder local por governos que assumiram uma proposta de educação popular. A educação popular passou, assim a aproximar-se do lugar onde se gera o discurso pedagógico hegemônico, com todas as vantagens e riscos”.

Cabe ressaltar que foram raros os museus e experiências com a arqueologia no Brasil que iniciaram este debate. Os museus e centros culturais, em sua maioria, estiveram ausentes, não participaram ativamente dos movimentos de educação e cultura deflagrados na década de setenta. Preferiram adotar as concepções de Educação Permanente e de Educação Patrimonial, “importadas” para o país, o que reduziu a reflexão da educação enquanto patrimônio cultural, à ações educativas de complementaridade da Escola.

Ao longo dos processos educacionais desenvolvidos observamos que é possível criar uma rede de interação de recursos educativos e múltiplas possibilidades de utilização do patrimônio

cultural, a partir de objetivos próprios do campo de atuação interdisciplinar. Emerge, desse contexto, possibilidades de se buscar (e encontrar) um público, por outra via, que torne possível transformar esse patrimônio cultural verdadeiramente em um agente de desenvolvimento por meio de um trabalho criador e de sentido libertador feito pela população, para a população e em dialogia com a leitura das múltiplas cultura material e imaterial. Ou seja, as comunidades são agentes, tanto da preservação, como da construção de seu patrimônio. Quando retomamos as análises das diretrizes estabelecidas no encontro de Santiago no Chile em 1972, preconizando transformações profundas para a cultura e educação na América Latina, constata-se que ousou-se muito pouco no modo de criar e lidar com as instituições culturais e a participação comunitário, conforme já mencionado nesta escrita.

No Brasil, após a implantação da Política Nacional de Museus, no início da primeira década do século XXI, e diante das políticas de inclusão social e direitos humanos, pode-se afirmar que os museus estão, a partir de seus limites estruturais, buscando processos de transformações. Para Tamanini:

os museus da atualidade devem buscar a qualificação nas diferentes dimensões institucionais. Como instituição comunicadora, o museu poderá construir projetos e ações que mobilizem a sociedade. Para tanto, é necessário convergir para Projetos e Programas multidisciplinares e interinstitucionais. A essência presente no trabalho do museu é a vida, sobretudo investiga-se por meio do patrimônio cultural, a vida dos seres vivos, portanto, museu é lugar de vida, e não de morte. (TAMANINI, 2012, p. 12)

Constatamos, desse modo, que a educação é compreendida além dos muros formais das disciplinas e áreas de conhecimento. Tal desafio exige um exercício de tolerância que, na perspectiva Freiriana (Cf. FREIRE, 2006), revelaria, em diferentes realidades estudadas, descobertas de temas problematizadores comuns e interdisciplinares. Observando, por exemplo, o trabalho das escolas e o trabalho das instituições de patrimônio nas suas relações com o ato de socializar e educar sobre o conhecimento produzido e a produção de novos saberes para realidades socioculturais distintas. A história seja analisada pelo campo da materialidade ou imaterialidade é o lugar onde encontram-se indícios da vida coletiva e de seus diferentes movimentos sociais.

Pode-se destacar, ainda, que estes exercícios metodológicos permitem a reflexão do público sobre o patrimônio cultural local; a melhoria da autoestima do grupo envolvido; o reconhecimento da identidade do indivíduo diante do grupo no qual está inserido. Ou também de perceber características pessoais que são adquiridas do contexto desse grupo social, o que leva à percepção da diversidade cultural, da vida em si; viabiliza a contextualização do patrimônio, tangível e intangível, vinculando memória e identidade mesmo que em muitas situações, à contramão da história.

III. PERSPECTIVAS PARA O FIO A FIO DA EDUCAÇÃO POPULAR EM DIÁLOGO COM O PATRIMÔNIO CULTURAL E A ARQUEOLOGIA

Nesta última década do século XXI, observamos um movimento maior no sentido de romper-se com os muros conceituais. Experiências vêm mesmo que de modo lento se atrelando a misturar a vida e as coisas. Começamos a integralizar o conceito de ação e reflexão como intrínsecos. Observando que o modo de se produzir socialmente os bens e, por conseguinte, as reflexões críticas e processuais caminham lado a lado com as contradições; reconhecendo o caráter histórico do saber, assim como o seu uso social. Logo, passado e presente são categorias construídas (Cf. FUNARI, 2006) e, nesta constatação, tem-se a opção de produzir novos conhecimentos (Cf. FREIRE, 2011) e, a partir daí, transformar a realidade lida. Esse pressuposto teórico e metodológico pode ser aplicado tanto a um artefato, quanto a um centro histórico, um parque ambiental, a conhecimentos de matemática, à língua portuguesa, como ao saber fazer, aos rituais, aos artesanatos, às manifestações populares, e a inúmeras possibilidades problematizadoras do patrimônio vivo da sociedade, selecionadas e consentidas pelos grupos como representação de seu conhecimento e de sua memória coletiva. Pensemos nas ruas, nas estradas, nos caminhos, no jeito de plantar e colher os alimentos, no cultivo da terra, no fazer a festa, no enfeitar a casa, nos jeitos de celebrar, no bendizer e no agradecer. Nas maneiras encontradas de cuidar e lidar com a terra, e com o nascer e o morrer. Das muitas mulheres que foram socorridas por mãos leves e fortes de parteiras desavisadas pelo “conhecimento científico”, nem mais nem menos importante, contudo carregavam em suas sacolas e maletas, seculares saberes e fazeres

herdados, de mães, benzedeiras, curandeiras, santas e bruxas, esses, quase sem exceções, tão eficazes e prudentes, suficientes para celebrarem com cuidado, o desafio do nascer sempre.

Há muito vem se experimentando a possibilidade de envolver o ensino formal nas atividades desenvolvidas com o patrimônio cultural. Uma escola em uma comunidade é um bem coletivo, construída sob diferentes interesses e com a articulação e contribuição de muitas pessoas. Assim, essa instituição representa também a experiência do saber comunitário e todo o conjunto de ações que antecederam e acontecem junto a ela refere-se no mundo contemporâneo a partir de um olhar litoral, ao direito de se ter acesso à educação enquanto um bem coletivo, um patrimônio cultural conquistado. Com curiosidade podemos observar o quanto à história, a memória, a política, a herança cultural e outras informações estão presentes nesta estrutura. Seja pela arquitetura do prédio, seja pelo seu entorno, seja pela comunidade onde foi construída e como ela está organizada em sua matriz curricular, em seu plano político pedagógico, e tudo isto em constante movimento e tensão. Este processo em si representa às muitas vozes, as não vozes, e as muitas experiências comunitárias em torno de uma vontade coletiva e pública – o acessar aos conhecimentos já produzidos e também com a possibilidade de gerar novos saberes, sendo este um dos mais belos desafios da experiência escolar enquanto experiência cultural democrática.

Os estudos mais recentes nessas áreas vêm apresentando experiências exitosas de uma *práxis* realizada em muitos museus, sítios históricos e escolas nesta perspectiva. Então, conhecimentos e saberes presentes em nossas atividades escolares, em nossas atividades arqueológicas nos museus, arquivos, bibliotecas, casas de memórias, centros comunitários, ruas, casas e tantas outras, são a concretude da experiência de que o pensamento gera conhecimento, e que por sua vez gera coisas, objetos, ideias, artefatos, algo praticado por nossa ação humana e resultando em nossa humanidade ao longo dos séculos. Contribui para este debate, o historiador e educador Camilo de Mello Vasconcellos, ao ressaltar que:

Los museos como instituciones públicas cuentan con un papel social de relevancia y, por ello, deben asumir y actuar como agentes de Cambios sociales y convertirse en herramientas para la inclusión social, especialmente de los segmentos que están completamente ajenos y distantes de una institución que, especialmente en nuestro país, aún se configura como algo que puede ser conocido y apropiado (VASCONCELLOS, 2013, p. 102).

Tendo como base este acúmulo observo que as instituições culturais e de pesquisa, quando capacitadas do ponto de vista estrutural e profissional respondem às diferentes provocações contemporâneas, com mais sabedoria e complexidade e tendem a dialogar muito mais com as experiências comunitárias. Estão preparadas de um certo modo, para promover a formação de opinião, com mentalidades críticas e com decisões sobre patrimônio, conservação e preservação de forma mais participativa e emancipatória.

Vale destacar que, em nosso país, ainda hoje (segunda década do século XXI), museus, escolas e centros de pesquisas nestas áreas sofrem por problemas de infraestrutura, financiamento público e permanece enraizado, o conceito que tais questões não são relevantes para o desenvolvimento social.

A Centralidade da concepção, presente na educação popular, associa artefatos, territórios e conhecimentos como temas geradores, capazes de problematizar e dialogar com as referências sociais cotidianas, alinhavadas às lembranças, memórias, heranças e aos pertencimentos. Caminha-se elegendo a contribuição das práticas educativas voltadas ao patrimônio cultural; onde a experiência humana é a fonte primeira para a realização de estudos, debates e registros de homens e mulheres no presente e no passado, cuja premissa maior está em sermos herdeiros(as) e construtores(as) da história e, portanto, de podermos decidir sobre nossos próximos destinos.

Nos séculos XIX e XX, tínhamos o conceito de Educação enraizado na sociedade de classe privilegiada, em que o mais importante era a aquisição de informação factual. E a cultura como um elemento restrito a esses grupos. O traço mais original deste século, na educação, é o deslocamento da formação puramente individual do ser humano para o social, o político, o emancipatório.

Na companhia de Paulo Freire, e tendo como inspiração uma de suas obras, *Pedagogia da Autonomia* (2006), vamos concluindo essas reflexões, reconhecendo a nossa inconcretude histórica, ou como o autor gosta de dizer: “gosto de me relacionar com gente, e reconhecer como sou inacabado (a) e enquanto sujeito histórico acredito na capacidade de intervir no mundo” (FREIRE, 1996, p. 23).

[...] enquanto amadurecimento do *ser para si*, é processo, é vir a ser. Não ocorre em data marcada. É neste sentido que uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitosas da liberdade (FREIRE, 2011, p. 105).

Abre-se, com estas reflexões, o debate sobre educação popular, patrimônio cultural e arqueologia em uma tentativa de conectar fios entre presente passado e presente e futuro como conceitos em movimento, permeados de tensões, negociações e conquistas. Ora, como um alívio de ter se chegado a respostas, ora por viver em um profundo desconforto de não se ter capacidade de fazer perguntas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ARROYO, M. **Conferência**. Fórum Nacional de educação do Campo: Brasília/CONTAG, 2012.
- BOHAN, Hugues de Varine. **O tempo social**. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1987.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- _____. Viver de criar cultura, cultura popular, arte e educação. In: SILVA, René Marc da Costa (Org.). **Cultura popular e educação: salto para o futuro**. Brasília: Ministério da Educação, 2008.
- BRUNO, Cristina. Museologia e museus: princípios, problemas e métodos. In: **Cadernos de Sociomuseologia**. Centro de Estudos de Sociomuseologia. ULHT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1997.
- CAMACHO, Clara. Museu e participação das populações: contributo para o debate. In: **Textos de Museologia – Jornadas sobre a função social do museu**. Cadernos do MINOM, n. 1. Lisboa: Colibri, 1991.
- FALKEMBACH, Elza. M. F. **Socialização e Individuação**. Ijuí: Fronteiras da Educação /UNIJUI, 2006.
- FLEURI, R. M. **A Questão do Conhecimento na Educação Popular**. Ijuí: editora UNIJUI, 2002.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança – um encontro com a pedagogia do oprimido**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- _____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da Tolerância**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FUNARI, Pedro Paulo A. and BEZERRA, Marcia. Public Archaeology in Latin America. In. *The Oxford Handbook of Public Archaeology*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

FUNARI, Pedro Paulo e PELEGRINI, Sandra C.A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores. 2006.

_____. OLIVEIRA Nanci Vieira de. A Arqueologia do Conflito no Brasil. In. **Arqueologia da repressão e da resistência na América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960-1980)**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2008.

GERRT, Clifford. **Observando o Islã**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

SEMERARO, Giovanni. O Marxismo de Gramsci. In. **A Obra Teórica de Marx**. Campinas: CEMARX/UNICAMP, 2002.

STRECK, D. R. Pesquisar é Pronunciar o Mundo. In. **Dizer A Palavra. Educação Cidadã Pesquisa Participante Orçamento Participativo**. Pelotas: Seiva, 2005.

TAMANINI, Elizabete. Educação popular, patrimônio cultural e museu no século XXI - o que têm a nos dizer sobre a presença da mulher? In. **Trama Interdisciplinar**, São Paulo, v. 7, n. 1, jan./abr. 2016, pp. 150-164.

_____. Educação popular e patrimônio cultural: a complexidade do modo de construir saberes formais e não formais interdisciplinares entre museu, escola e comunidade. In. **IX ANPED SUL**, Curitiba, 2012. p. 1-15.

_____. QUISSINI, Ágata Regiane;. **Sobre alfabetização de pessoas jovens e adultas, cidadania e direito à educação: diálogos possíveis a partir dos programas de alfabetização em desenvolvimento no Brasil e na Argentina**. In. ANPED SUL, 11., Curitiba, 2016. Curitiba: UFPR, 2016. p. 1-14.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello. Patrimônio, memória y educación: una visión museológica. In. **Memoria y Sociedad** 17, no. 35, 2013.

A MULHER ORIGINAL: PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE A ARQUEÓLOGA NIÈDE GUIDON. SOBRE O DOCUMENTÁRIO^[1]

Cristiane Delfina

I. MUITOS ÂNGULOS



[1] Trechos da dissertação de Cristiane Delfina Santos Duarte para o programa de mestrado em Divulgação Científica e Cultural do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo, LABJOR - UNICAMP, apresentado em 2015 sob a orientação do Prof. Dr Celso Luiz F. Bodstein. *Trailer* do documentário: <https://vimeo.com/11106081>

A mulher original é um ponto de partida. Neste caso para este texto que, aos poucos, se revelou mais do que isso: ela, a mulher original do título, é a origem, o processo e o fim, pois este trabalho se fez em instantes vivos. Niède Guidon é a mulher desta concretude. Suas buscas também a conduzem a origens, e em meio às escavações de pessoas do passado, também busca, parece-me, as suas próprias: a avó índia, a mãe, a própria força, juventude e sua pátria.

Encontrei, finalmente, uma personagem cuja energia para ação me motivasse. Talvez para meu trabalho de documentarista, talvez para o desenvolvimento de minha consciência como mulher, enquanto cidadã ou como parte de uma grande sociedade pela qual sou também responsável. Tentando conhecer Niède Guidon, aprendi mais sobre política. Tentando conhecer uma mulher, aprendi um pouco sobre os índios, sobre o Brasil, sobre arqueologia, sobre jornalismo, sobre cinema e sobre relações pessoais. Aquisição de repertório, de novas alteridades e sensações.

Por que essa personagem?

Em busca de um tema para a consolidação de um projeto autoral como diretora de documentários, encontrei em Niède os elementos que alimentam muitas de minhas questões pessoais. Após realizar um trabalho de gravações em diversos estados do Brasil, como assistente de direção de produções audiovisuais institucionais, fui parar na Serra da Capivara; e ao ouvir os “causos” sobre aquela arqueóloga que tanto fez no sudeste do Piauí, fiquei curiosa por ainda hoje existirem personagens “mitológicas” em nossa sociedade, aquelas que, automaticamente, nos remetem a grandes feitos e palavras problemáticas, impositivas e unilaterais, como *salvação* e *justiça*.

Decidi confrontar o que ouvi sobre Niède Guidon com o que eu mesma veria e sentiria. Ouvi que ela é uma mulher brava, autoritária, guerreira. Que foi ameaçada de morte por defender animais, mulheres e patrimônios arqueológicos pré-históricos, que desenvolveu a cidade de São Raimundo Nonato, que é uma pessoa muito generosa e realista; ao mesmo tempo que não deixa ninguém entrar no Parque Nacional Serra da Capivara, e que foi insensível à cultura local ao fazê-lo. Li que as datações de mais de cinquenta mil anos, referentes à fogueiras encontradas próximas aos paredões das serras eram usadas para atrair a atenção de políticos e visitantes ao parque.

Muitos não sabiam se a pesquisadora é arqueóloga, antropóloga ou ativista, se é francesa ou brasileira; e por quais razões reais teria saído de Paris para morar no interior do Piauí. Nas matérias menos aprofundadas que encontrei, comparações com Indiana Jones, Chico Mendes e Jane Goodall me deixavam ao mesmo tempo mais intrigada e menos convencida de quem seria

“mesmo” Niède Guidon. Mas foi nesse “mesmo” que eu também me embosquei, e acabei perdendo bastante tempo buscando definir uma pessoa até me dar conta de que isso é impossível.

Não fui atrás de uma reportagem e nem a comando de instituições ou de editoras. Iniciei minhas pesquisas com questões próprias, e a estética do documentário e do jornalismo literário me trouxeram liberdade para lidar com minhas impressões. As implicações disso também serão aqui abordadas.

Considero três principais grupos de pessoas que sustentaram esta construção: o de relacionadas pessoalmente à Niède Guidon, o das que a conhecem indiretamente e partilham de algo em comum com a pesquisadora (a ponto de se sentirem de alguma forma afetados por suas ações); e os que nunca ouviram falar em seu trabalho ou na Serra da Capivara.

Os que conhecem indiretamente Niède Guidon são os que muitas vezes transformam a arqueóloga em uma entidade extremamente poderosa, onisciente, onipresente e com poderes quase sobrenaturais. Projeções próprias à estrelas de cinema, políticos, criminosos e outras personalidades influentes e poderosas. As ações de Niède Guidon, arqueóloga e administradora, vão além das causas e consequências dentro de seu círculo direto de decisões e enfrentam questionamentos públicos em diferentes instâncias; políticas, científicas, ambientais e econômicas. Em parte porque refletem e afetam fortemente estes cenários, como foi o caso do processo de formação do Parque Nacional Serra Capivara, que ao ser transformado em Unidade de Conservação de proteção integral, sob o Código Florestal de 1934, desencadeou a desapropriação de centenas de famílias de agricultores descendentes dos primeiros exploradores de maniçoba^[2] na região; em parte também por características peculiares ao meio acadêmico e social em que ela e seus pares estão inseridos, a arqueologia, uma ciência muito nova no Brasil, determinada por métodos de pesquisa divergentes se vindos dos Estados Unidos ou de países da Europa e extremamente sujeita à asserções dos pesquisadores.

No universo das pessoas que conhecem e conheceram pessoalmente Niède Guidon, meu desafio foi lidar com visões e histórias ora conflitantes, em busca de minhas melhores assertivas. São pesquisadoras e alunas, em sua maioria arqueólogas que trabalharam com ela em diferentes épocas, desde sua primeira viagem a São Raimundo Nonato até décadas recentes, guias e pessoas da cidade que prestaram serviços à Fundação Museu do Homem Americano,

[2] planta da caatinga usada para produção de látex.

seu irmão mais novo, Ernesto Guidon, filho do segundo casamento de seu pai, e jornalistas que escreveram livros aprofundados sobre Niède e a Serra da Capivara, como a francesa Elizabeth Drévillon e a brasileira Solange Bastos.

Com Niède Guidon interagiram pessoas que também trazem lindas histórias, como os mateiros, por exemplo, pessoas nativas da região, que conhecem como poucos as trilhas, as plantas e os animais. Alguns deles tiveram a generosidade de me receber em suas casas e me contar suas memórias.

Finalmente, aos que nunca ouviram falar nem dela e nem da Serra da Capivara, faz-se aqui o convite, em forma de texto e vídeo, para que conheçam uma personalidade com trânsito no hibridismo da ciência, política, e das afirmações sociais, e cujo trabalho deixa à vista vários tempos de Brasil. “Niède é a memória do passado do Brasil”, disse-me o professor Eric Boëda, francês, chefe atual da Missão Franco-Brasileira de pesquisas arqueológicas, professor da Université Paris X Nanterre, numa conversa após o jantar da equipe de alunos e pesquisadores em escavação.

Esse trabalho não é uma proposta de biografar a personagem. Trata-se, de fato, de busca por um perfil, de um recorte impressionista, de uma elaboração estética. Falar sobre uma cientista com ações políticas e humanistas no sertão nordestino expõe, também, como estes três conceitos se atravessam constantemente ao se adentrar aos “bastidores” do que conhecemos através da mídia ou de atos profissionais formais e isolados.



II. LENDO A TERRA

Documentário – A Mulher Original

*Jornalista (não identificada) – Estou nervosa por estar falando com a senhora.
Niède - Quer que eu saia?
(Diálogo entre Niède Guidon e jornalista não identificada durante entrevista
em seu escritório)*

Uma diferença ao se escrever sobre ou fazer documentário é o fato de que ao se escrever, tem-se uma gama de exemplos prontos que servem como comprovação de hipóteses levantadas. No caso de se fazer documentário, a tentativa de se seguir as teorias traz o perigo da perda da cara espontaneidade e voz própria que aquele tema, naquele momento, “com aquela luz” podem proporcionar. Assim como a história analisada se difere da fabricada, também o documentário dificilmente consegue ser categorizado, pois no momento em que se determinam padrões e entendimentos, novos desafios e estilos de produção surgem ou se mesclam, demandando novas compreensões de processos que também derivam de inovações tecnológicas, mudanças nas relações e acontecimentos históricos.

Se o que caracteriza um procedimento científico é a possibilidade de se repetir o processo em ordem de se obter o mesmo resultado, a produção de um documentário definitivamente não conseguirá ser um procedimento científico. São variáveis demais para se controlar e impossíveis de se repetir.

Foram 5 visitas a São Raimundo Nonato - PI, que resultaram em aproximadamente quinze horas de conversas com Niède Guidon. A primeira viagem, que foi a que me fez conhecer o Parque Nacional Serra da Capivara e ouvir as histórias sobre a pesquisadora ocorreu em 2009, por um trabalho de gravação não relacionado à arqueologia.

Em 2011, decidi que gostaria de tentar gravar uma entrevista com a pesquisadora, entrei no site e telefonei para a FUMDHAM. Josete passou o telefone para Rosa Trakalo que, muito atenciosa, me passou o email direto de Niède, e então escrevi a ela pela primeira vez.

Em maio de 2011, viajamos de Campinas, SP para São Raimundo Nonato, via Teresina, em uma equipe de 3 pessoas: eu, Gabriel Duarte e Gustavo Almeida, com recursos próprios e

um cronograma de gravações de 6 dias. O senhor Lorival seria nosso motorista durante toda a semana, revezando com um de seus filhos, Jamesson. Quem nos recebeu e acompanhou durante os dias foi Leandro, biólogo e estudante de mestrado que também estava há alguns meses em São Raimundo, sendo treinado para assumir a chefia do parque. Visitamos o Boqueirão da Pedra Furada, inclusive à noite, fomos ao loteamento do Novo Zabelê, onde visitamos um dos guias de Niède, senhor Nilson, e uma família de ex-moradores da Serra Vermelha. Fomos também à casa do outro guia, senhor Joãozinho, com seu chapéu de cangaceiro todo colorido e minuciosamente bordado, e orgulhoso, com uma arena em seu quintal. Também conhecemos a Cerâmica, um dos projetos de sucesso idealizados por Niède. Lá estava Girleide, a atual responsável pela oficina, senhor Nivaldo e dona Carmelita, sua esposa. Os equipamentos utilizados foram uma câmera Panasonic HMC 150, uma câmera Canon T2i e microfones de lapela Azden. Tínhamos um cronograma apertado de gravações, com entrevistas e locais já pré- estabelecidos para captação de imagens.

Em 2012, retornei a São Raimundo Nonato, via Teresina, com outra configuração de equipe e uma proposta diferente: de acompanhar os acontecimentos e as pessoas sem um roteiro pré-definido. O mês era outubro, auge da seca. Toda a paisagem estava diferente de minhas primeiras visitas. Dessa vez, acompanhei a equipe do projeto Arqueologia e Divulgação Científica - Diálogos e Saberes, realizado pelos laboratórios LabJor - Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo e pelo Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte, ambos da UNICAMP. A equipe era composta também pela comunicadora e professora do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo - LabJor, Dra. Vera Regina Toledo Camargo, pela jornalista e mestre em Divulgação Científica e Cultural pelo LabJor - UNICAMP, Glória Tega Calippo, e pelo cinegrafista e mestre em arqueologia pela Universidade Federal do Piauí, Pedro Gaspar. Com mais tempo, visitamos lugares como o Baixão das Andorinhas e pude conviver com pesquisadores da FUMDHAM. Os equipamentos utilizados foram câmeras Canon 5D, D60 e T2i.

Em 2013, além da viagem à São Raimundo Nonato, por Petrolina, dessa vez em junho, desloquei-me até o Rio de Janeiro para entrevistar a jornalista Solange Bastos, que escreveu o livro “O Paraíso é no Piauí”, e depois para Curitiba, ao encontro da dra. Vilma Chiara, antropóloga que acompanhou Niède em sua primeira viagem a São Raimundo Nonato. Também fui a São Paulo, onde entrevistei a Dra. Silvia Maranca, arqueóloga participante das primeiras esca-

vações e Ernesto Guidon, irmão de Niède (este em 2014). Equipamentos: Câmera Canon T2i e gravador de áudio Tascam e microfone de lapela Azden.^[3]

Fim de festa, começo das saudades. É como eu me sinto. Acabo de me despedir da doutora. São 6:42 da manhã. Estou triste por não ter mais perspectiva de voltar nem de poder fazer alguma coisa por tudo aqui. Estou apaixonada por essa cidade pobre, poeirenta, onde a água do chuveiro é feia e cheira mal. Estou apaixonada por estes gatos de cada lugar onde passei. Pelo sotaque meio manso e com uma sabedoria amigável, meio brincalhão. Estou apaixonada por estas cores. E como trabalhar sem essa paixão? Qual é essa frieza que dizem que é necessária? [...] (Diário pessoal. Piauí, 25/06/2013)

Finalmente, em 2014, decidi ir novamente, de última hora. Minha viagem ocorreu em agosto, e dessa vez pude ver, com Niède, as obras do aeroporto sendo, finalmente, concluídas. Foi um momento importante da pesquisa, por ter passado 18 dias sem foco na gravação. Interagi com os pesquisadores de maneira informal e fui tratada de forma diferente: mais como pesquisadora do que documentarista. Equipamentos: Câmera Canon T2i e gravador de áudio Tascam e microfone de lapela Azden.

Ao longo desses 4 anos de gravações, muitas expectativas surgiram. A primeira delas era se eu conseguiria montar um vídeo interessante e coeso com o material captado, ou seja, se eu tinha uma história para contar. A próxima preocupação era de qual seria o principal enfoque do trabalho: seria a vida pessoal, o trabalho de Niède ou a Serra da Capivara? Dentro de qualquer um destes enfoques, deveria haver mais recortes. Me afligi por me envolver e ao mesmo tempo sentir a pressão para ser imparcial, sofri com cobranças, sugestões e conselhos vindos de todos os lados até firmar o pé na concepção de que este trabalho é meu, com meus erros e acertos, e de insistir em pontuar as diferenças entre o jornalismo e o documentário.

O mito da informação, balanceada e imparcial. Objetiva. Em nome disso, que sequer se tenta cumprir, rejeita-se todo produto que tenha um olhar paciente e respeitoso. Tudo que não for “informação”, é poesia inútil, antropologia

[3] Sozinha, pude acompanhar a missão Franco-Brasileira e participar de uma expedição para a Serra das Confusões produzida pelo fotógrafo André Pessoa. Dormindo em redes e sem banho por 3 dias, posso ter sentido um pouquinho do que as equipe pioneiras sentiram em busca dos sítios arqueológicos.

pretensiosa, divagação elitista. (Coutinho em carta-depoimento para Paulo Paranaguá em BRAGANÇA, 2008. p. 19)

O documentário, que para Sérgio Puccini (2010) é o discurso sedimentado em ocorrências do real, e para Fernão Ramos são asserções sobre o mundo, não se prende à factualidades e tem seu discurso mais fiel às visões de seu autor do que um compromisso com a verdade.

No cenário internacional, o documentário possui suas raízes históricas no cinema. Devemos levar em conta, contudo, que no Brasil, o documentário partiu dos cinejornais e documentários feitos sob encomenda (Cf. SOUZA, 2006).

No primeiro ano posso dizer que, o ainda não envolvimento me permitiu fazer perguntas mais diretas a todos os entrevistados. Ao longo dos outros anos, conforme reencontrava as pessoas, apesar de saber mais sobre elas e as dinâmicas de vida e trabalho na região, senti maior dificuldade para abordar assuntos com liberdade e espontaneidade. Entrevistar a maioria das pessoas logo no primeiro contato foi um grande acerto, pois, no meu caso, a intimidade intimidou, e faria de mim, provavelmente, uma etnógrafa nota zero. Eduardo Coutinho não tinha nenhum contato com seus entrevistados antes de ligar a câmera, mas os assistentes sim, estes já coletavam algumas informações. Essa metodologia do cineasta permitia que ele captasse momentos espontâneos, e que o momento da entrevista, já com a câmera ligada, fosse o das primeiras trocas entre ele e seus entrevistados. A primazia de seu trabalho está justamente no momento “Histórico” que ele documenta ser a própria entrevista. Coutinho soube dominar o tempo em seu trabalho. Coutinho, aliás, traz nas entrevistas publicadas por Felipe Bragança, muitas respostas aos meus maiores conflitos durante a produção do documentário sobre Niède Guidon, como o de formas de abordagem dos entrevistados e como lidar criativamente com o material captado.

Ao tratar do roteiro de documentário, Sérgio Puccini trata a concepção de um projeto, buscando um mínimo de sistematização num processo que muitos se atrapalham para conduzir, trazendo os métodos usados por diferentes documentaristas e as análises de estudiosos da área.

Contrariamente à impressão de criação instantânea, dirigir um documentário é resultado menos de um processo de investigação espontânea que de uma investigação guiada por conclusões preliminares obtidas durante o

período de pesquisa. Em outras palavras, a filmagem deverá ser preferencialmente a coleta de evidências para relações e suposições básicas identificadas anteriormente. (RABIGER, M. 1998, p. 113)

Pois bem, essa afirmação de Rabiger, apesar de verdadeira, nessa experiência de produção, tratou-se somente de um estado inicial de organização e tornou-se um conflito, já que enquanto eu tentava construir Niède Guidon como na minha imaginação, ela se desconstruía à minha frente, e mais uma vez, humildemente me espelho em Coutinho, cujas entrevistas publicadas em “Encontros | Eduardo Coutinho” trouxeram-me à luz de muito sofrimento durante toda essa jornada. Aliás, penso que se tivesse lido seus depoimentos antes de iniciá-la, teria mais segurança em muitos momentos de entender se minhas questões eram ou não inocentes e solitárias.

[Claudio Bojunga sobre o filme *Cabra marcado para morrer*] - Entre o filme original e o filme final, você não perdeu suas ilusões?

Coutinho - A palavra ilusão é boa. É um problema pessoal e histórico. Antes de fazer o filme, eu me disse, e ingenuamente: “quero fazer um filme que seja a morte das ilusões.”- um filme contra as ilusões. Ilusão é muita coisa, é ideologia que não se sabe ideologia, otimismo revolucionário entre aspas etc...Na verdade, tolce minha: se você mata algumas ilusões, nascem outras. (BRAGANÇA, 2008, p. 43)

Foram referências importantes para este trabalho, os documentários: *Theodorico, o imperador do Sertão* (1978), de Eduardo Coutinho; *Jesus Camp* (2010), de Heidi Ewing e Rachel Grady; *Cave of Forgotten Dreams* (2010) e *Encounters at the end of the world* (2007), ambos de Werner Herzog. Os quatro filmes, tratam de deslocamentos à ambientes e dinâmicas culturais específicas, mas no primeiro caso, o personagem principal, Theodorico Bezerra, coronel fazendeiro no Rio Grande do Norte, narra sua própria vida e entrevista seus funcionários, conduzindo o espectador à sua “realidade”, ao mesmo tempo que “a câmera” parece contradizer essa narrativa. Ela se faz presente como um olhar crítico de um visitante.

Jesus Camp é sobre um acampamento evangélico para crianças chamado “Kids On Fire School of Ministry”, localizado em uma cidade de Dakota do Norte, Estados Unidos. As filmagens trazem efeitos de *flare* (brilho na lente da câmera), que geralmente são evitados nos filmes

e uma colorização levemente dessaturada; recursos que, a meu ver, passam a imersão devota em que os personagens se compreendem. O antagonista aos discursos apresentados pelos protagonistas (uma pastora e 3 crianças) é o locutor de uma rádio em *Kansas City*, ao criticar o partidário religioso que se fortaleceu durante o governo Bush (2001 a 2009) e as implicações disso para a sociedade americana.

No terceiro filme, *Cave of Forgotten Dreams*, Herzog acompanha cientistas à caverna Chauvet, localizada ao sul da França e famosa pelas pinturas rupestres mais antigas já encontradas. O filme tornou-se uma referência ao meu trabalho, não só por tratar de arqueologia, mas pela forma como Herzog se posiciona e aborda seus entrevistados.

Finalmente, no quarto filme, Herzog visita uma estação de pesquisas da National Science Foundation localizada num local chamado McMurdo, Antártida, e conversa com pesquisadores e funcionários da estação de pesquisa trazendo desde histórias pessoais, até conceitos científicos, construindo uma abordagem única, que ele logo demonstra, ao dizer que este não será um filme sobre pinguins, pois suas questões sobre a natureza são outras.^[4]

Os quatro filmes tratam de assuntos interessantes aos cineastas por razões subjetivas e no caso de *Theodorico, Rei do Sertão* e *de Jesus Camp*, os documentaristas não se incluíram como personagens e não confrontaram seus entrevistados, mas ainda assim conseguiram trazer suas inquietações. O que admiro neles, são as formas como conseguiram se fazer narrativas “camaleônicas” e que representam satisfatoriamente interesses opostos, trazendo mais experiências de provocações ideológicas do que de julgamento.

[4] Tradução da autora. Fala original: *My questions about nature, I let them know, were different. I told them I kept wondering why is it that human beings put on masks or feathers to conceal their identity? And why do they saddle horses and feel the urge to chase the bad guy? And why is it that certain species of ants keep flocks of plant lice as slaves to milk them for droplets of sugar? I asked them why is it that a sophisticated animal like a chimp does not utilize inferior creatures? He could straddle a goat and ride off into the sunset (Encounters at the end of the world, Werner Herzog, 2007)*

Minhas questões sobre a natureza, deixei logo claro, são outras. Eu disse a eles que fico imaginando por que os seres humanos usam máscaras ou penas para demarcar suas identidades; e por que montam os cavalos e sentem a necessidade de perseguir os bandidos?

E por que certas espécies de formigas mantêm pulgões como escravos para alimentá-los com gotas de açúcar. Perguntei a eles por que um animal sofisticado como o chimpanzé não utiliza animais inferiores? Ele poderia montar em uma cabra e subir até as montanhas para observar o pôr do sol.



III. “POSSO PISAR AQUI?”

Imposições técnicas e a montagem

[...] nota-se que o processo de maturação de um roteiro de documentário pode ser bem mais longo que o de ficção, e envolver todas as etapas de realização do filme. Essa peculiaridade é consequência da maior dificuldade de apreensão e controle do universo de representação, aberto e sujeito a transformações, oposto ao universo fechado e controlado da ficção. Trata-se de um gênero em que o imprevisto pode desempenhar papel tão importante quanto aquilo que é cuidadosamente planejado. Essas características do gênero justificam a diversidade de modos de preparação e condução do filme documentário; a cada novo projeto de um filme, o documentarista é obrigado a se deparar com particularidades advindas do universo de abordagem escolhido, que o obrigam a rever seus métodos de organização da produção. A ampliação do campo das possibilidades na forma de condução do projeto documental acentua o caráter autoral do gênero manifestado nas escolhas dos universos de abordagem que refletem interesses próprios de cada cineasta. (PUCCINI, 2009, p. 18)

Algumas características técnicas e estéticas, de decupagem, variação de câmeras, enquadramentos e iluminação se farão presentes no filme e, em muitos casos, a situação presente determinou a estética muito mais que a intenção. A primeira justificativa para este fato é: este foi um trabalho além de concebido individualmente, também produzido quase 100% individualmente, e com recursos próprios que totalizaram aproximadamente dez mil reais, um valor abaixo, por exemplo, do edital de financiamento do Fundo de Incentivo à Cultura de Campinas FICC, para curta-metragens, que é de dezoito mil reais. Nos dois primeiros anos, que viajei com mais pessoas e equipamentos, apesar de termos mais segurança nos momentos de gravação, o desconforto do entrevistado e a lentidão na mobilidade eram maiores. Sozinha pude aproveitar melhor momentos espontâneos mas em compensação, não pude controlar todas as variáveis para uma qualidade de imagem e som ideais.

As diferentes texturas de imagem, ocorridas por diferentes equipamentos de gravação, pontuam os diferentes anos e contextos de interação pessoal. Existem, também, materiais de arquivo, fornecidos pela FUMDHAM e pela TV UNICAMP, além gravações feitas com o celu-

lar, o que demonstra também a polifonia de captações/captadores unidas por meu viés autoral. Muitas entrevistas e cenas são escuras, já que não trabalho com iluminação artificial, e decidi absorver a interferência e passagem do tempo nas gravações.

Os olhares dos entrevistados e as distâncias também são muito variados, já que as entrevistas foram conduzidas muito mais como conversas e, em alguns casos, os outros membros das equipes fizeram perguntas. Tanto na elaboração do texto quanto para a montagem do filme, os depoimentos/conversas foram primordiais enquanto construções narrativas, acompanhando a visão de Alessandro Portelli (1997) enquanto teórico da metodologia da História Oral.

As fontes históricas orais são fontes narrativas. Daí a análise dos materiais da história oral dever-se avaliar a partir de algumas categorias gerais desenvolvidas pela teoria narrativa na literatura e no folclore. Isto é tão verdadeiro no testemunho recolhido em entrevistas livres quanto nos materiais de folclore organizados de modo mais formal. Por exemplo, algumas narrativas contêm recursos na “velocidade” da narração, isto é, na proporção entre a duração dos eventos descritos e a duração da narração. Um informante pode relatar em poucas palavras, experiências que duraram longo tempo ou discorrer minuciosamente sobre breves episódios. Estas oscilações são significativas, embora não possamos estabelecer uma norma geral de interpretação: apoiar-se em um episódio pode ser um caminho para salientar sua importância, mas também pode ser uma estratégia para desviar a atenção de outros pontos mais delicados. Em todos os casos, há uma relação entre a velocidade da narração e a intenção do narrador. (PORTELLI & FENELÓN, 1997, p. 29)

Também a iluminação natural determinou estes posicionamentos e, assim, muitos dos entrevistados conversam olhando em diferentes direções, o que tornou-se uma condição explorada posteriormente na montagem.

coisas se passam no nosso espírito. Vemos algo acontecer um dia, vemos outra coisa acontecer dez dias mais tarde e o espírito faz uma relação. A montagem é isso. Eu ponho em relação aquilo que o meu espírito põe em relação na medida em que me parece que isso ajuda a compreender. E isso é tudo [...]. (SAIVRE, 1977 apud FREIRE, 2012 p. 30)

Acredito que, por minha maior experiência com montagem do que com a escrita, construí esse texto menos com o intuito descritivo e cronológico e mais acompanhando meus fluxos de pensamento e repertório, assim como aprendi a fazer em uma montagem sem roteiro, em que se experiência as cenas para que elas demonstrem suas forças e induções.

Como já mencionado, as cores da região de São Raimundo Nonato se fixaram, para mim, como elementos fortes nas captações, especialmente o azul do céu e o rosa da terra. Optei por fazê-las presentes, dividir muitas das imagens com a linha do horizonte e meu estado constante de envolvimento: dividida.

Bill Nichols, no livro *Introdução ao Documentário* (2005), traz classificações que facilitam o processo de discorrer sobre filmes desta linguagem, mas deixa claro que muitos filmes transitam entre essas classificações e não se prendem a elas, tratam-se muito mais da compreensão das produções já concluídas do que de formas de se direcionar as produções. Dentre as classificações, a de temas traz a que mais se aproxima do que busquei neste filme, que é o Cerimonial ou Panegírico.

Grande parte do que podemos classificar como retórica cerimonial também poderia ser denominada retórica biográfica, ensaística ou poética: ela se dirige a uma pessoa ou situação e tenta dar-lhes uma coloração afetiva e moral. Ela procura apresentar pessoas, lugares e coisas em tonalidades agradáveis ou desagradáveis. (NICHOLS, 2005, p. 105)

Compreendendo também “A Mulher Original” nos modos documentais de Nichols, transitei entre os modos participativo e o reflexivo, pois assumi minha presença quase como personagem do filme e busquei estabelecer um diálogo também com o espectador através da voz *over*, não como recurso explicativo do contexto apresentado nas imagens, mas como reflexão sobre o processo.

Se, no modo participativo, o mundo histórico provê o ponto de encontro para os processos de negociação entre cineasta e participante do filme, no modo reflexivo, são os processos de negociação entre cineasta e espectador que se tornam o foco de atenção. Em vez de seguir o cineasta em seu relacionamento com outros atores sociais, nós agora acompanhamos o relacionamento do cineasta conosco, falando não só do mundo histórico, como também dos problemas e questões de representação. (NICHOLS, 2005, p. 162)

Conduzidos pelas entrevistas com pessoas importantes na vida de Niède Guidon, o documentário inicia de forma cronológica, mas logo se organiza por temas, não necessariamente em ordem temporal, mas pelos fluxos de diálogo com os entrevistados. Praticamente os mesmos temas foram revisitados em todas as entrevistas e, enfatizados na montagem, podem ser divididos entre: a chegada de Niède (e a minha chegada) à São Raimundo Nonato, Arqueologia, o Parque Nacional Serra da Capivara, as escolas, a relação de Niède com as pessoas e o futuro dos trabalhos conduzidos por ela. Durante quase todo o filme, Niède aparece dirigindo pelo parque enquanto conversa. Também uma situação explorada tanto para o ritmo quanto como recurso estético e sugestivo do filme.



IV. Rosa – *Niède, ainda bem que sua memória facial é ruim.*

Niède – *Por quê?*

Rosa – *Porque você não se lembrou que essa foi a moça que você tentou passar por cima da última vez que veio a esse aeroporto.* ^[5]

[5] Trecho de conversa entre Rosa Trakalo e Niède Guidon, após visita às obras do aeroporto. Piauí, agosto de 2014.

LISTA DE IMAGENS

1. muitos ângulos – Pedra Furada. Piauí, Junho de 2013. C. Delfina.
2. lendo a terra – Escavação realizada pela missão franco-brasileira. Piauí, junho de 2013. C. Delfina.
3. “posso pisar aqui?” – Escavação realizada pela missão franco-brasileira. Piauí, junho de 2013. C. Delfina.
4. **Rosa** – *Niède, ainda bem que sua memória facial é ruim.* – Niède em visita à obra do aeroporto Serra da Capivara. Piauí, Agosto de 2014. C. Delfina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Trad. Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1997.

_____. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2007.

BASTOS, Solange. **O paraíso é no Piauí: a descoberta da arqueóloga Niède Guidon**. Rio de Janeiro: Família Bastos Editora, 2010.

CAVE of forgotten dreams. Direção Werner Herzog. 2010, 90 min.

DRÉVILLON, Elizabeth. **Le secret de la roche percée: Niède Guidon. Le destin d'une aventurière**. Paris: Fayard, 2011.

ENCOUNTERS at the end of the world. Direção Werner Herzog. 2007, 99 min.

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da Caixa Preta**. São Paulo: AnnaBlume, 2011

FOUCAULT, Michel. **Ordem do discurso**. Trad. Laura de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

_____. **Ditos e Escritos. Estética: literatura e pintura, música e cinema (vol. III)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p.264-298

FREIRE, Marcius. **Perrault, Rouch: derivas entre**. Significação, v. 38, 2012. Disponível em <http://www.usp.br/significacao/pdf/significacao_38.pdf#page=27> Acesso em 29 de setembro de 2013.

FUNARI, Pedro Paulo A. Arqueologia Brasileira: visão geral e reavaliação. In. **Revista de História da arte e Arqueologia**, v. 1, 1994. pp. 23-41.

JESUS Camp. Direção: Heidi Ewing, Rachel Grady. 2006, 87 min.

LARROSA, Jorge. O ensaio e a escrita acadêmica. In. **Educação & Realidade**, 28/2/2003. Disponível em <<http://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25643%3E%20%20Acesso%20dezembro%202012/0>> Acesso em 20 de dezembro de 2014.

LATOUR, Bruno. **Políticas da Natureza. Como fazer ciência na democracia**. Tradução Carlos Alberto Mota de Souza. Bauru: EDUSC, 2004.

MARANCA, Silvia. **O outro lado da pesquisa arqueológica da Fundação Museu do Homem Americano: suas origens**. 2002.

MELTZER, D. J. ADOVASIO, J.M. DILLEHAY, T.D. On a Pleistocene human occupation at Pedra Furada, Brazil. In. **Antiquity**, n. 68, 1994. pp. 695-714.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao Documentário**. Tradução Mônica Saddy Martins Campinas: Papirus, 2005.

NIETZSCHE, F. W. Da utilidade e desvantagem da História para a Vida. In. **Obras Incompletas** - Coleção “Os Pensadores”. Tradução de Rubens R. T. Filho. Rio de Janeiro: 1983. pp. 58-70.

ORLANDI, Eni P. Discurso, imaginário social e conhecimento. In. **Em aberto**, Brasília, ano 14, n. 61, jan./mar. 1994. Disponível em < <http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/911/817>> Acesso em 10 de janeiro de 2014.

_____. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. Campinas: Pontes, 2005.

_____. Silêncios: presença e ausência. In. **ComCiência** n. 101, Campinas, 2008. Disponível em <http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542008000400007&lng=en&nrm=iso> Acesso em 29 de setembro de 2013.

PASSOS, Mateus; BELDA, Francisco R. Transpondo o abismo: a construção de perfis de cientistas. In. **Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, v. 12, n. 23, 2013. Disponível em < <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/animus/article/view/8710> > Acesso em 25 de setembro de 2014.

PESSIS, Anne-Marie. **Imagens da pré-história: Parque Nacional Serra da Capivara**. FUNDHAM, 2003.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. Projeto História. In. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 15, 1997.

_____. Déa Ribeiro Fenelón. O que faz a história oral diferente. Projeto História. In. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, 1997.

PRATA, Antônio; MATTOSO, Chico; WERNECK, Paulo de Frontin; VEIGA, Zé Vicente da. **Cabras - Caderno de Viagem**, 1999.

PRIMI, Lilian. Niède Guidon - A mulher que mudou a história. In. **Revista Caros Amigos**, v. 193, março de 2013, pp. 31-32.

PUCCINI, Sergio. **Roteiro de Documentário. Da pré-produção à pós-produção**. Campinas: Papirus, 2009.

_____. Sobre as situações de filmagem no documentário. In. **Imagofagia, revista virtual de la Asociación Argentina de Estudios de Cine y Audiovisual**, Buenos Aires, n. 03, 2012. Disponível em <http://www.asaeca.org/aactas/puccini_serpio.pdf> Acesso em 20 de dezembro de 2012.

RABIGER, Michael. **Directing the documentary**. Boston: Focal Press, 1998.

RAMOS, Fernão Pessoa. **Mas afinal... o que é mesmo documentário?**. Campinas: Senac, 2008.

RAYMOND, Aaron. **O espectador enganado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de. **O povo do Zabelê e o Parque Nacional da Serra da Capivara no Estado do Piauí: tensões, desafios e riscos da gestão principiológica da complexidade constitucional**. 2010. Tese (Doutorado em Direito), Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SOUZA, Hélio Augusto Godoy de. **Documentário, Realidade E Semiose: os sistemas audiovisuais como fonte de conhecimento**. São Paulo: Annablume, 2001.

SWAIN, Tania Navarro. **Niède Guidon, arqueóloga : uma aventura no tempo**. 2011. Disponível em <<http://www.tanianavarrowswain.com.br/labrys/labrys20/aventura/niedept.htm>> Acesso em 02 de novembro de 2014.

THEODORICO, O Imperador do Sertão. Direção: Eduardo Coutinho. Globo Repórter, Rio de Janeiro: Rede Globo. 22 de agosto de 1978. Documentário.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento: o exemplo do Centro de Memória da UNICAMP. In. **Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

ZIOLI, MIGUEL. **PAULO DUARTE (1899-1984): um intelectual nas trincheiras da memória**. 2010. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis. 2010.

ARQUEOLOGIA PÚBLICA E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: APRESENTAÇÃO DE CONCEITOS E DE AÇÕES DESENVOLVIDAS NO LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA PÚBLICA PAULO DUARTE (LAP/NEPAM/UNICAMP)

Frederic M. C. Pouget

Victor Henrique Menezes

Thiago do Amaral Biazotto

Gabriela Souza Morais

Patrícia Pompeu

Ana Lídia Marques Monteiro

Aline Vieira de Carvalho

1. INTRODUÇÃO

Este texto é resultado das reflexões dos diversos alunos e pesquisadores que passaram pelo Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte (LAP) acerca dos termos Arqueologia Pública (A.P.) Divulgação Científica (D.C.) e das relações conceituais sobre patrimônio. Entre as diversas atividades desenvolvidas no LAP, foi proposto o desafio de mapear e refletir sobre esses termos que são basilares à atividade arqueológica. A Arqueologia Pública, por exemplo, tendo por premissa a ciência arqueológica como prática política e epistemológica junto a sociedade, trabalha de forma transversal com o campo da Divulgação Científica, um dos campos responsáveis pela construção de poderosos imaginários culturais sobre a arqueologia, e cujos debates definidores encontram-se principalmente no campo do jornalismo e da comunicação. A transversalidade também encontra frutos nas parcerias entre as discussões próprias da Arqueologia Pública e as suas vinculações com às noções patrimoniais tão caras aos temas da educação, por

exemplo. Destacamos que uma primeira versão deste texto foi publicada em 2014^[1]. Entre o ano da publicação e o contexto atual de produção do presente livro, o próprio artigo foi objeto de reflexão dos pesquisadores do LAP, passando, portanto, por atualizações teóricas e metodológicas e correções pontuais. Dessa forma, encontramos no presente texto, o registro das mudanças vivenciadas pelo próprio grupo que o produziu.

II. ARQUEOLOGIA PÚBLICA (A. P.)

Convém lembrar que a palavra “Arqueologia” vem do grego *archaios* (antigo) e *logos* (discurso, estudo, ciência). Assim, o significado primeiro da palavra nos remete ao estudo do antigo, do passado; significado este que a disciplina teve ao longo de quase toda a sua existência. Porém, atualmente, com as transformações ocorridas no campo teórico e o alargamento de seu campo de ação, a Arqueologia não se restringe apenas ao estudo do passado, e, como toda disciplina em constante reformulação teórica, não possui uma única definição.

Os autores deste texto entendem a Arqueologia como uma disciplina política em constante debate epistemológico que procura estudar o homem a partir de sua cultura material, ou seja, de tudo aquilo que foi produzido ou modificado por ele.

Não se constitui, então, uma área que estuda apenas o passado, nem uma disciplina auxiliar mas, na medida em que seus objetivos se referem às sociedades humanas, ela compartilha com outras disciplinas muitas questões e, assim como elas, necessita de uma abordagem interdisciplinar do seu objeto de estudo (Cf. FUNARI, 2006, p. 18). Pode-se dizer que um dos objetivos da disciplina é a compreensão das diversas sociedades a partir de sua cultura material, bem como a divulgação e compartilhamento das pesquisas. E é neste último objetivo que entram as questões e práticas relacionadas à Arqueologia Pública (A.P.), que tiveram sua ascensão por volta da segunda metade do século XX. Desde a década de 1970, os arqueólogos passaram a se questionar sobre as funções sociais da Arqueologia e como deveriam ser estabelecidas as relações entre academia e sociedade (Cf. CARVALHO e FUNARI, 2009). Foi nesse contexto que Robert McGimsey,

[1] Cadernos do LEPAARQ. Vol. XI | n°21.

professor da Universidade da Louisiana, publicou livro *Public Archaeology* (1972), considerado um marco na definição desse novo campo. Entre 1961 e 1985, ocorreram inúmeras iniciativas de divulgação do conhecimento arqueológico no Brasil, mas foi a partir da década de 1980 que se passou a refletir sobre os métodos, práticas, valores e significados da A.P. Deu-se início, portanto, a projetos que visavam a ações destinadas a comunidades com os materiais arqueológicos escavados, surgindo então a A.P. no Brasil (Cf. CARVALHO e FUNARI, 2009). Assim como toda disciplina, a A.P. não possui uma única vertente teórica. Em especial, Camila Wichers (2011, p. 71) aponta que “não existe uma Arqueologia Pública, mas diferentes Arqueologias Públicas”, com base em diversas experiências adotadas por diferentes arqueológicos (esses, por sua vez, tão diversos em suas formações iniciais: historiadores, antropólogos, pedagogos, geógrafos, biólogos etc.). Portanto, o tema da A.P. não é nenhuma novidade no mundo da arqueologia brasileira, no entanto é interessante notar como diversos autores tiveram uma percepção muito própria do que seria A.P. Como lembram Funari e Carvalho (2009), o que tange a todas as discussões acerca de sua definição “é a reflexão sobre como as pesquisas arqueológicas, realizadas dentro da academia ou mesmo pelas empresas de arqueologia, se relacionam com a sociedade”.

Deveras muitos autores empregam e aplicam em seus trabalhos de consultoria as práticas de arqueologia pública relacionada à gestão de recursos culturais, como apontam as teses de Bruno Ranzani Sanches (2011) e Tatiane Costa Fernandes (2008). Poderíamos apontar essa dinâmica como consequência do *boom* dos trabalhos de Arqueologia por contrato ou preventiva, gerados nos últimos anos, e o atendimento das demandas do próprio IPHAN para contrapartidas nos aspectos educacionais e especial em uma educação patrimonial. O ritmo alucinante, por muitas vezes, no qual esses trabalhos de consultorias são feitos acabam, por fim, determinando uma prática nem tão “pública” assim da arqueologia, ou seja, uma matriz de diálogo verticalizada de transmissão de conhecimento. Ainda que seja possível analisar esta perspectiva dentro de uma matriz cultural típica de um Estado autoritário e de uma sociedade brasileira que nunca foi muito propícia ao diálogo, é importante contrastar essa perspectiva de atuação da A.P. com uma prática multivocal da mesma. Assim, Segundo a arqueóloga Márcia Bezerra de Almeida:

[A A.P. é uma vertente da Arqueologia] preocupada em compreender as relações entre distintas comunidades e o patrimônio arqueológico, considerando o impacto do discurso acadêmico em sua visão de mundo, o lugar de suas narrativas na construção do passado e a gestão comunitária dos bens arqueológicos. (ALMEIDA, 2011, p. 62)

Entende, então, que os arqueólogos devam ter uma preocupação social. Percorrendo este mesmo caminho no debate teórico, a arqueóloga Tatiana Fernandes (2008, p. 33) entende A.P. como um “campo científico da Arqueologia destinado a discutir, intervir e rever a relação dialética entre ciência arqueológica e sociedade”. Portanto, para Fernandes, a Arqueologia está vinculada ao contexto no qual é produzida, de modo que não pode se isentar de sua responsabilidade como Ciência Social. Portanto, percebe-se que há certa proposta entre alguns arqueólogos e estudiosos preocupados com as relações sociais das sociedades, de que a A.P. é uma área preocupada com questões além do espaço acadêmico, cujas práticas tencionam ao envolvimento de diferentes comunidades com as pesquisas arqueológicas.

No entanto, não são todos os arqueólogos que veem com bons olhos as discussões e práticas em Arqueologia Pública. Funari e Bezerra demonstram que a A.P. ainda possui certa imagem negativa entre os arqueólogos brasileiros, sendo entendida por alguns como uma “especialização da Arqueologia com pouco ou nenhuma relevância, praticada por um pequeno número de profissionais” (FUNARI & BEZERRA, 2013, p. 95). Seguindo uma mesma linha, podemos citar o artigo de Lúcio Menezes Ferreira, docente da UFPel. Em seu artigo, o autor disserta que o problema da A.P. consiste no fato de que os arqueólogos acabam instrumentalizando as comunidades para manejar seu patrimônio e os membros destas tornam-se “peões” dos trabalhos arqueológicos, como se sociedade barganhasse suas coisas em troca de educação, cultura arqueológica e ressignificação de sua memória (Cf. FERREIRA, 2013, p. 98).

Portanto é importante ressaltar que A.P. não se pauta em uma faceta instrumental da arqueologia, como bem aponta Cornelius Holtorf (2007), no qual defende que todas as pessoas são detentoras de conhecimentos válidos e que podem ser estimulados a se relacionar com a Arqueologia, podendo esta ser um instrumento para a leitura crítica da nossa sociedade (Cf. CARVALHO e FUNARI, 2009). Seguindo a linha defendida por Holtorf, são notórios os trabalhos desenvolvidos pelo supracitado Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte (LAP), localizado na Unicamp, que entende a A.P. “como um campo político que permite a construção de diálogos entre as especificidades produzidas no interior da Arqueologia e a sociedade” (CARVALHO, 2011). Neste laboratório, são desenvolvidos projetos de Arqueologia Pública justamente pautados em ações de divulgação científica e educação patrimonial. No campo dialógico entre A.P. e a educação patrimonial, podemos citar o projeto “Diálogos patrimoniais”, desenvolvido desde o início de 2013. Tendo por intenção realizar, com alunos do ensino fundamental e

médio, experiências práticas em Arqueologia, o projeto envolve palestras e oficinas acerca das diversas etapas do trabalho arqueológico, desde escavações até a organização de exposições. No primeiro semestre de 2013, o projeto foi desenvolvido com os professores e alunos da Escola do Sítio de Barão Geraldo (Campinas-SP), que participaram das oficinas de escavação, conheceram o Laboratório, e realizaram a lavagem e curadoria das peças, bem como interpretaram um sítio artificial que escavaram. Por fim, organizaram uma exposição, na qual eles apresentaram o projeto aos pais e a outros membros da escola. O projeto foi selecionado pelo jornal Correio Popular no concurso “Experiência 10” e ganhou matéria no jornal, na data de 06/08/2013^[2], sendo o vencedor na categoria de Escolas Particulares, o que gerou mais duas matérias no jornal^[3].

Podemos destacar também, no âmbito da Arqueologia Pública em diálogo com a educação Patrimonial, os projetos “Arqueologia e Cidadania: leituras plurais de nosso mundo material” e “Acervo arqueológico do arquivo Paulo Duarte”, desenvolvido pelo LAP/Unicamp junto ao Programa de Iniciação Científica Júnior (PIC Jr ou PIC-EM./CNPq/Unicamp)^[4]. Com o objetivo de construir formações conjuntas ao público escolar, o laboratório recebe em suas dependências alguns dos alunos do ensino médio de escolas públicas de Campinas que são selecionados anualmente, pela universidade, para participarem do projeto. Estes alunos, ao longo de doze meses, atuam como pesquisadores dentro do laboratório, onde desenvolvem atividades práticas e de orientação nas áreas de Arqueologia, Patrimônio e História. Ao serem selecionados como pesquisadores nos citados projetos e antes de iniciarem as suas atividades práticas no LAP, os estudantes participam de formações, grupos de estudos, ministrados pelos estagiários do laboratório, no qual são realizadas leituras e discussões acerca de assuntos relacionados aos temas de Arqueologia, História, Patrimônio, Memória, entre outros. As atividades que são desenvolvidas dentro do laboratório, além de terem por objetivo a criação de diálogos com os estudantes participantes do projeto, pretende criar condições de formação conjunta em atividades técnicas de

[2] A matéria está disponível para leitura no link: http://correio.rac.com.br/_conteudo/2013/08/especial/experiencia10/87889-escavacoes-levam-a-viagem-pelas-antigas-civilizacoes.html

[3] As matérias estão disponíveis para leitura nos link: http://correio.rac.com.br/_conteudo/2013/10/especial/experiencia10/105904-inovacao-rumo-ao-conhecimento.html http://correio.rac.com.br/_conteudo/2013/10/capa/campinas_e_rmc/109612-premio-destaca-experiencias-nota-10.html

[4] Para maiores informações acerca do programa, acesse o site: <https://www.prp.unicamp.br/pt-br/pibic-em-programa-institucional-de-bolsas-de-iniciacao-cientifica-ensino-medio>

um laboratório de Arqueologia. Esses, por sua vez, além de receberem uma bolsa-auxílio e terem a oportunidade de realizar pesquisas dentro da universidade, recebem também vale-transporte, alimentação, seguro e assistência médica e odontológica para emergências; entregam dois relatórios semestrais à Unicamp e são estimulados a participarem de atividades acadêmicas, como palestras e eventos científicos (Cf. SALAMÃO et al., 2010, p. 1).

Em relação aos projetos citados é interessante questionar o quanto de diálogos há entre a universidade, museu e laboratório com as comunidades no momento de construção das ações, uma vez que estas são pautadas, selecionadas e organizadas pelas instituições. Existiria, nesses dois casos, uma A.P. transformadora?

Entre as suas atividades, inseridas nas práticas da Arqueologia Pública, também são desenvolvidas ações de D.C., como, por exemplo, palestras sobre Arqueologia e Patrimônio ministradas em escolas públicas e privadas de Campinas, ações em redes sociais e até mesmo experiências de escavações simuladas dentro do programa Ciência e Artes nas Férias, promovido pela Unicamp. Em parceria com o LABJOR/Unicamp, o LAP desenvolveu o projeto “Arqueologia e Divulgação Científica: Diálogos e Saberes”, financiado pela Petrobrás por meio do Edital SAB 2011 “Programa de Apoio à Difusão do Conhecimento Arqueológico”, da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Como explica os coordenadores do projeto, o objetivo foi apresentar ao público as diferentes vertentes e práticas da ciência arqueológica, “de forma a estimular a reflexão, interação e a compreensão desta ciência, bem como, incentivar a disseminação de informações científicas geradas pelos arqueólogos” (TEGA et al., 2013, p. 75). Entre os materiais, podemos elencar a Revista Arqueologia Pública, voltada ao mundo acadêmico, exemplo de que a D.C. também se realiza, como defende Silva (Cf. 2006, p. 58), entre os acadêmicos e seus pares; o gibi *De dinossauros ao patrimônio: descobrindo a Arqueologia*, voltado, em especial, ao público infantil; o blog Laboratório Virtual de Arqueologia Pública destinado ao público adolescente – e a transição dessa iniciativa para as redes sociais como *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*.

Neste particular, tem havido intensa discussão acerca do papel da *internet*, de forma que foi criado o termo *Digital Public Archaeology* para fazer referência aos projetos que objetivam melhorar o diálogo entre Arqueologia e o público da rede mundial de computadores. Parte-se do pressuposto que a Internet, por ser um espaço “livre”, seria um local mais democrático para se estabelecer o contato entre os profissionais de Arqueologia e seu público (Cf. RICHARDSON, 2013, p. 4). Contudo, diversas críticas estão sendo feitas por conta da ausência de uso crítico des-

se expediente, que muitas vezes veicula informações cuja veracidade ainda não foi auferida ou mesmo problematizações não foram levantadas. Ademais, a ideia de que a Internet atinge a todo público brasileiro é questionada, uma vez que, por conta de problemas socioeconômicos, ausência de habilidades, infraestrutura e outros, muitas pessoas não têm acesso à rede de computadores. Não se nega a potencialidade que o espaço virtual oferece, mas urge que tanto arqueólogos como seu público façam uso dele de modo crítico, com o intuito de tornar o jargão científico da Arqueologia mais palatável aos ditos leigos (Cf. RICHARDSON, 2013, p. 4).

CONCLUSÃO

Por meio dos debates aqui apresentados, buscamos conceituar e exemplificar – sem jamais esgotar – algumas das muitas práticas realizadas nos âmbitos da Divulgação Científica e a Arqueologia Pública, que, apesar de suas especificidades, podem dialogar de forma a beneficiar as diversas comunidades que se relacionam em diferentes escalas com a Arqueologia e o Patrimônio. Tentamos, portanto, mostrar como essas áreas – a despeito de suas especificidades – convergem para a necessidade da construção de conhecimentos junto às comunidades; atividade repleta de conflitos e, principalmente, de negociações. Como escreveu o arqueólogo americano Charles E. Orser Jr. (1992, p. 15), “os arqueólogos têm uma grande responsabilidade de comunicar suas descobertas tanto para outros arqueólogos como para o público em geral”, e essa comunicação pode ser empreendida tanto por meio de ações em Divulgação Científica da Arqueologia, como por meio da Educação Patrimonial e Arqueologia Pública. O que irá determinar a quais campos pertencem tais comunicações serão muito mais as suas práticas e as formas de lidar com o outro do que a busca pelo compartilhamento de pesquisas. Para além do compartilhamento, entende-se que há, nos três campos teóricos e práticos apresentados, uma busca por construções de diálogos, que está então além de meras explicações acerca do que fazem os arqueólogos e qual sua significação para a vida da população (Cf. ORSER, 1992, p. 15). Transformar a percepção ainda predominante na Academia e em algumas empresas de Arqueologia de que existe um público meramente assistente de seus trabalhos, para uma proposta de que atuamos junto a indivíduos e comunidades colaboradoras e ativas nas pesquisas arqueoló-

gicas e na gestão de seus patrimônios tornou-se premissa não apenas da A.P., mas também tem sido defendida no seio da Educação Patrimonial e da Divulgação Científica. O que procuramos deixar como questionamento é como, em projetos desenvolvidos no Brasil e em alguns países do exterior, tem sido a construção de conhecimento conjunta. Não pretendemos hierarquizar nenhuma das áreas, nem dizer em quais projetos estariam presentes as verdadeiras práticas em divulgação científica e A.P., visto que acreditamos que existem muitas maneiras de exercê-las, e, que não há uma fórmula específica para a construção de diálogos conjuntos ou divulgação de conhecimento científico. Cada comunidade possui características específicas, culturas e memórias construídas a partir de experiências diversas, e práticas desenvolvidas com sucesso em algumas, não necessariamente terão os mesmos resultados em outras. Entende-se também que ainda há uma necessidade de diálogos entre as áreas, que possibilitarão, por sua vez, uma maior construção de saberes junto à sociedade de forma ativa e democrática, independente da esfera em que o conhecimento esteja inscrito.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte (LAP/NEPAM/Unicamp), ao Nepam e as agências de financiamento Fapesp e Capes pelo suporte institucional e acadêmico oferecido. A responsabilidade pelas ideias restringe-se aos autores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTSCHUL, J. H. Alternative methods of disseminating archaeological findings from CRM contexts: examples from the American Southwest. In. **Archeologia e Calcolatori**, n. 13, 2002, pp. 179-186.

BEZERRA, M. “As moedas dos índios”: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil. In. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas**, Belém, v. 6, n. 1, jan.- abr., 2011, pp. 57-70.

_____; FUNARI, P. P. A. Arqueologia Pública na América Latina. In. **Educação Patrimonial e Arqueologia Pública: experiências e desafios**. Itajaí, SC: CasAberta editora, 2013. pp. 75-99.

CARVALHO, A. V. Nota de atividades: Laboratório de Arqueologia Pública. In. **História e-História**, 11/01/2011, pp. 1-4.

_____; FUNARI, P. P. A. As possibilidades da Arqueologia Pública. In. **História e-História**, 24/03/2009, pp. 1-7.

_____. Patrimônio e Diversidade: algumas questões para reflexão. In FUNARI, P. P. A.; CARVALHO, A. V. (Org.) **Patrimônio Cultural, Diversidade e Comunidades**. Primeira Versão, IFCH/Unicamp, 2011.

CARVALHO, A. V; MENEZES, V. H. S. Práticas em Arqueologia Pública: considerações acerca do projeto “LAP com as Escolas”. In. **Revista Arqueologia Pública. Edição Especial – ANAIS I Semana de Arqueologia - “Arqueologia e Poder”**, 2013, pp. 1-17.

FERNANDES, T. C. **Vamos criar um sentimento?! Um olhar sobre a Arqueologia Pública no Brasil**. 2007. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FERREIRA, L. M. Essas coisas não lhe pertencem: relações entre legislação arqueológica, cultura material e comunidades. In. **Revista Arqueologia Pública**, n. 7, 2013, pp. 87-106.

FUNARI, P. P. A. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FUNARI, P. P. A; ROBRAHN-GONZALEZ, E. M. Ética, Capitalismo e Arqueologia Pública no Brasil. In. **Editorial Arqueologia Pública**, n. 01, 2006, p. 1.

GRUNBERG, E. Educação Patrimonial — Utilização dos Bens Culturais como Recursos Educacionais. In. **MUSEOLOGIA Social**, Porto Alegre: Unidade Editorial, 2000. p. 95-110.

_____. Educação Patrimonial: Trajetórias. In. BARRETO, E.; BEZERRA, M; CAIXETA, M.J. (Org.), **Patrimônio Cultural e Educação: artigos e resultados**. Goiânia, 2008.

HOLTORF, C. **Archaeology is a Brand! The Meaning of Archaeology in Contemporary Popular Culture**. Walnut Creek: Left Coast Press, 2007.

MAGALHÃES, L. H. Educação Patrimonial: uma análise conceitual. In. **II Encontro Cidades Novas - A Construção De Políticas Patrimoniais: Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País**. Londrina, 2009, pp. 1-17.

- MCGIMSEY, C. R. **Public Archeology Studies in Archaeology**. Michigan: Seminar Press, 1972.
- ORSER, Charles Jr. **Introdução à Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1992.
- RANZANI DA SILVA, Bruno. **Das ostras, só as pérolas Arqueologia pública e arqueologia subaquática no Brasil**. 2011. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), UFMG, Belo Horizonte, 2011.
- RICHARDSON, L. A Digital Public Archaeology?. In. **Papers from the Institute of Archaeology**, 23(1), 10, 2013, pp. 1-12.
- SALAMÃO, A. A.; ROSSI, A. V.; ALVES, A. S.; SHIMAMOTO, G. G.; FAVARO, M. M. AM; COELHO, T. B. Iniciação Científica Júnior: experimentação e pesquisa integrando o ensino médio e a universidade. In. **XV Encontro Nacional de Ensino de Química (XV ENEQ)** – Brasília, DF, Brasil – 21 a 24 de julho de 2010.
- SCHIAVETO, S. N. O.; GILAVERTTE, A. P.; ANDRADE, D. S. Projeto Arqueologia e Educação: um olhar para o passado da região de Poços de Caldas. In. **Revista Arqueologia Pública**, Unicamp, n. 07, 2013.
- SCHWANZ, A. K. Educação Patrimonial - A pedagogia política do esquecimento?. In. **Cadernos de LEPAARQ (UFPEL)**, v. III, 2006, pp. 25-41.
- SILVA, H. C. O que é Divulgação Científica? In. **Ciência & Ensino**, vol. 1, n. 1, dez. 2006.
- SOUZA, F. C. A. Educação Patrimonial e Arqueologia Pública: A importância do registro oral para a preservação do Patrimônio. In. MACHADO, G.; SOUZA, F. C. A.; STEINBACJ, J. (Org.) **Educação Patrimonial e Arqueologia Pública: experiências e desafios**. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2013.
- TAMANINI, E. Educação em museus como anúncio e resistência popular: o desafio da construção de política pública. In. MACHADO, G.; SOUZA, F. C. A.; STEINBACJ, J. (Org.) **Educação Patrimonial e Arqueologia Pública: experiências e desafios**. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2013.
- TEGA, G.; CAMARGO, V. R. T.; CARVALHO, A. V.; FUNARI, P. P. A; FERREIRA, M. B. R. Ações do projeto Arqueologia e Divulgação Científica – Diálogos e Saberes: site e documentário. In. **Revista Arqueologia Pública**, Unicamp, n. 07, 2013.
- VALERA, A. C. A divulgação do conhecimento em Arqueologia: reflexões em torno de fundamentos e experiências. In. **Praxis ARCHAEOLOGICA**, v. 3, 2008, pp. 9-23.
- VOGT, C.; CERQUEIRA, N.; KANASHIRO, M. Divulgação e Cultura Científica. In. **ComCiência**, n. 100, 2008.

WICHERS, C. **Patrimônio arqueológico paulista: proposições e provocações museológicas**. 2011. Tese (Doutorado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ZAMBONI, L. M. S. **Heterogeneidade e subjetividade no discurso da divulgação científica**. 1997. Tese (Doutorado em Linguística), Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

SOBRE OS AUTORES

ALINE VIEIRA DE CARVALHO

Doutora pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (Nepam/IFCH/Unicamp) e mestre em História Cultural (História/IFCH/ Unicamp). Pesquisadora e coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais da Unicamp (NEPAM). Corresponsável pelo Laboratório Interdisciplinar do Patrimônio, Comunidades e Ambiente (LIPAC/Nepam – Unicamp). Coordenadora do Laboratório de Arqueologia Pública (LAP – Unicamp).

ANA LIDIA MARQUES MONTEIRO

Graduada em História pela Universidade Estadual de Campinas. Tem experiência na área de História.

CAMILA DELMONDES DIAS

Jornalista, especialista em Jornalismo Científico (labjor-Unicamp) Trabalha com gestão de negócios, marketing, publicidade e propaganda, e organização de eventos.

CLÁUDIO UMPIERRE CARLAN,

Professor Associado I de História Antiga e do Programa de Pós Graduação em História Ibérica da UNIFAL-MG; Doutor em História Cultural pela UNICAMP, Assessor de Relações Interinstitucionais e Internacionais.

CRISTIANE DELFINA

Graduada em Design pela UNESP e mestranda em Divulgação Científica e Cultural pelo Labjor – UNICAMP, atuou com produção e edição de documentários para a TV Futura, canal RBS SC e empresas como a Fundação Vale e Natura.

CRISTIANE EUGENIA AMARANTE

Doutoranda em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Mestre em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo MAE-USP. Pós-graduada em Arqueologia Subaquática pelo Instituto Politécnico de Tomar e Universidade Autônoma de Lisboa. Possui graduação em Pedagogia e em História.

ELIANA LUCIA FERREIRA

Possui Pós-doutorado em Avaliação Educacional do Ensino pela Universidade Nacional do Ensino a distância – UNED-Espanha, pós-doutorado em Linguística com ênfase em Análise de discurso pela UNICAMP. Doutorado e mestrado em Educação Física pela UNICAMP. É Professora Efetiva Associada do Depto. de Fundamentos da Faculdade de Educação Física (UFJF) e Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação.

ELIZABETE TAMANINI

Professora, Historiadora, com mestrado, doutorado e pós-doutorado em Educação, nas áreas temáticas Sociedade e Cultura, pela Universidade Estadual de Campinas/SP. Coordena o Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas e Práticas Educativas/GEPPPE/CNPq.

FERNANDO PESCE

Mestrando em História, com ênfase em História da Arte não-européia pela Unicamp (2015-2018). Bacharel e licenciado em História pela PUC-SP (2013). Pesquisador associado do Centro de Estudos Mesoamericanos e Andinos da USP (CEMA-USP)

FILIPPE NOE DA SILVA

Bacharel e licenciado em História pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2012). Mestre em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (2016), doutoramento na mesma instituição sobre escravidão, economia e sociedade na Roma Imperial e suas províncias. É docente nas Faculdades Integradas Maria Imaculada e na Rede Estadual de ensino em São Paulo.

FREDERIC MARIO CAIRES POUGET

Graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (2005), mestrado em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (2010) e doutorado em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (2015). Pós-doutorado junto ao Laboratório de Arqueologia Pública/NEPAM/UNICAMP.

GABRIEL FRECHIANI DE OLIVEIRA

Graduação em licenciatura em História pela Universidade Estadual do Piauí (2007) e especialização em Metodologia do Ensino de História e Geografia pelo Sistema Educacional EADCON (2009). Doutor em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe (2018) e Mestre em Antropologia e Arqueologia pela Universidade Federal do Piauí (2014).

GABRIELA SOUZA MORAIS

Mestre em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas. Graduada em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em 2014.

GLÓRIA TEGA CALIPO

Jornalista especialista em Divulgação Científica (USP), mestre em Divulgação Científica e Cultural (LABJOR/UNICAMP), pesquisadora do Laboratório de Arqueologia Pública (LAP/UNICAMP). Com experiência na área de Comunicação, Jornalismo, com ênfase em Divulgação Científica, sobretudo na área de Arqueologia.

LUCIO MENEZES

Professor Associado do Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFPel. Bolsista de Produtividade do CNPq. Professor Colaborador do Mestrado em Arqueologia Sul-americana da Universidade de Rennes I e do Mestrado em Antropologia Ibero-americana da Universidade de Salamanca.

MARIA BEATRIZ ROCHA FERREIRA

Livre Docente pela Faculdade de Educação Física da UNICAMP. Doutorado em Antropologia. Graduação e mestrado em Educação Física pela USP – Programa CAPES/Professor

Nacional Visitante Sênior na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados – Mato Grosso do Sul.

MARINA GOMES

Formada em Jornalismo pela Unesp-Bauru, mestre em Divulgação Científica e Cultural pelo Labjor-Unicamp e possui especialização em Bioquímica, Fisiologia e Treinamento Desportivo pelo Labex-Unicamp. É, também, editora da Revista ComCiência (Lajor/Unicamp).

MICHEL JUSTAMAND

Doutor em Ciências Sociais/Antropologia pela PUC/SP (2007) e possui pós-doutorado em Arqueologia pela UNICAMP (2017). Docente de Antropologia da UFAM, em Benjamin Constant. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA.

PATRÍCIA CRICO POMPEU

Possui graduação em História pela Universidade Estadual de Campinas (2014). Tem experiência na área de História.

PEDRO PAULO A. FUNARI

Professor titular do Departamento de História, IFCH, Unicamp. Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq.

TAIS PAGOTO BÉLO

Bacharel e Licenciada em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e mestre em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), da Universidade Estadual de São Paulo (USP). Possui doutorado em História Cultural, pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-doutoramento na University College London (UCL), e o segundo pós-doc pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

THIAGO DO AMARAL BIAZOTTO

Doutorando em História da Arte pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Possui graduação em História pela Universidade Estadual de Campinas e mestrado em História Cultural também pela Unicamp.

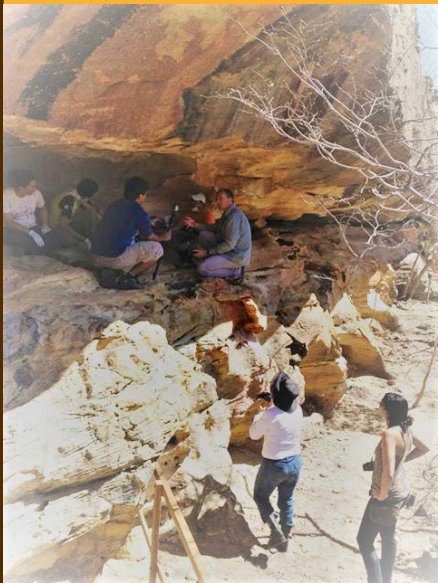
VERA REGINA TOLEDO CAMARGO

Doutora em Comunicação, com pós-doutorado em Multimídia/Unicamp. Pesquisadora do Labjor/Unicamp. Professora credenciada no Programa de Mestrado em Divulgação Científica e Cultura (IEL-Labjor-Unicamp).

VICTOR HENRIQUE MENEZES

Mestre em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

EQUIPE DO PROJETO, NOSSO AGRADECIMENTO



INFORMAÇÕES SOBRE A BONECKER EDITORA

Para saber como publicar com a BONECKER EDITORA,
visite o site www.bonecker.com.br.

Para receber informações sobre os próximos lançamentos, promoções, congressos e feiras de que participaremos, cadastre-se no site, curta a nossa página no *Facebook* ou envie um e-mail para contato@bonecker.com.br.



bonecker.com.br



facebook.com/BoneckerEditora



lojabonecker.com.br

Bonecker Editora

Rua Hermengarda 60, sala 407

20.710-010 Méier, Rio de Janeiro - RJ

Tel 21 4132-7122

Email: contato@bonecker.com.br

Este livro foi composto com as tipografias *Granjon* e *Minion Pro*
pela Editora Bonecker e impresso em papel offset 75 g/m².

A arqueologia apresenta um campo de conhecimentos complexos. Muitos associam-na à busca pelo tesouro, ao colecionismo, a grandes aventuras, dentre tantos outros signos. É uma ciência social, que ultrapassa a concepção mais tradicionalista de recuperação de objetos antigos, chegando à esfera de compreensão de sociedades por meio de objetos deixados por elas. Para a realização dessas ações, utiliza-se de e desenvolve metodologias científicas para extrair as melhores informações dos objetos. Como ciência que estuda as sociedades, a aproximação da Arqueologia com o público é fundamental. A aproximação também pode ser facilitada através da comunicação, permitindo tanto que a sociedade possa conhecer essa área do conhecimento, suas ações e pesquisas e, por outro lado, enfatiza-se a importância de divulgar o conhecimento arqueológico também entre a comunidade científica, para os não especialistas na área. Apresentamos as interfaces entre a Divulgação Científica e Cultural e as interconexões da Arqueologia com os mais diversos aspectos: colaborando com Estratégias de Educação Patrimonial e nas discussões do contexto da Arqueologia Pública. As ações desenvolvidas e relatadas sobre Divulgação Científica da Arqueologia trabalha diferentes vertentes e práticas dessa ciência, estimulando sua reflexão, interação e compreensão pela sociedade. Ao mesmo tempo, desenvolvem-se projetos e ações com os próprios arqueólogos que visam estreitar relações entre eles e os veículos midiáticos, facilitando a interação com os meios de comunicação de massa. Incentiva-se, dessa maneira, um fluxo de informações proativo, constante e preciso, incentivando a disseminação de informações científicas geradas pelos arqueólogos. É importante instrumentalizar a sociedade para o real entendimento dessa ciência. A divulgação científica permite que a ciência chegue às pessoas comuns, a todas aquelas que não são estudiosas, mas que constituem a imensa maioria e, de fato, todos nós, pois mesmo os cientistas são entendidos de suas áreas específicas, não de todas. A divulgação é a maneira da ciência ser relevante para todos. A divulgação torna-se essencial para a Arqueologia, como ciência de tão grande visibilidade. Mais do que tantas outras, aparece no cotidiano da imprensa escrita, falada e audiovisual, mas também na ficção, nos games, no cinema. Para a Arqueologia, o estudo e a reflexão sobre a divulgação é, portanto, de particular relevância. Este livro, resultado de um projeto sediado na Unicamp, procura reunir um conjunto de reflexões sobre os rumos da disciplina arqueológica no geral e no Brasil, e sobre a sua relação com a sociedade. Ficaremos contentes se levarmos os leitores a reflexões e ações críticas em benefício da socialização da Arqueologia, em benefício de todos.

